

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Governo  
PS/PSD afunda  
o País

**DEMISSÃO  
IMPOE-SE!**

Governo  
PS/PSD afunda  
o País

**DEMISSÃO  
IMPOE-SE!  
ALTERNATIVA  
GANHA FORÇA!**

Governo  
PS/PSD afunda  
o País

**DEMISSÃO  
IMPOE-SE!  
ALTERNATIVA  
GANHA FORÇA!**

**urgente  
novo governo  
nova política**

para uma vida melhor  
uma política de desenvolvimento  
reforço da democracia  
respeito pela Constituição  
e independência nacional

**PCP**

**uma grande força nacional  
para a saída da crise  
e a defesa da democracia**

## JORNADA DE ESCLARECIMENTO

Sábado e domingo, em todo o País, as organizações do PCP promoverão uma jornada nacional de esclarecimento sobre a situação política e social e as propostas do Partido para a solução da crise.

Sessões, porta-a-porta, visitas a mercados e outros locais, debates e reuniões farão parte desta iniciativa, na qual também se inclui, amanhã à noite, um comício em Lisboa com a participação do secretário-geral do PCP.

# COMÍCIO

com **Álvaro Cunhal**

Sexta-feira, 8 - 21.00 horas ● Pavilhão dos Desportos de Lisboa

# Conferência Nacional do PCP

**Sobre a via  
de desenvolvimento  
para vencer a crise**

Entrevista  
com Carlos Costa  
no Suplemento



AS LUTAS DOS TRABALHADORES prosseguem e reforçam-se contra a ruínosa política de um Governo completamente sujeito à vontade do grande patronato e do imperialismo. Na foto: trabalhadores do STAL manifestando-se sábado passado em Lisboa

Pág. 7

## TRÁS-OS-MONTES

**1.ª  
Assembleia  
da  
Organização  
Regional  
do PCP**

Suplemento



**Neste número:**

**Eleições autárquicas em debate no PCP**

Pág. 3

**Reforma Agrária  
contra a demagogia e a repressão**

Pág. 6

# SEMANA

## 30 Quarta-feira

A Diocese de Setúbal, em resposta ao governador-civil do distrito, afirma que a fome em Portugal é «consequência de uma política que secundariza o interesse comum aos interesses partidários pelo poder».

■ O funeral da vítima mortal do desastre do Cartaxo é integrado por milhares de pessoas que assim se solidarizam com as vítimas e exigem responsabilidades.

■ Nos campos da zona de intervenção da Reforma Agrária existem mais de 30 mil desempregados — é anunciado em conferência de imprensa.

■ Um contingente de cerca de cem soldados da GNR faz uma demonstração de força na MDF e nas ruas do Tramagal. De volta ao quartel, já de noite, mantém-se de prevenção.

■ Inicia-se em Atenas a conferência internacional pelo desarmamento nuclear e pela paz nos cinco continentes.

■ Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês afirma que as tropas do seu país estacionadas na fronteira com o Vietnam estão «preparadas para o ataque».

■ Durante um comício de solidariedade para com o povo Nakana, em França, um dirigente separatista afirma que «a independência é a única base do diálogo».

## 31 Quinta-feira



O Conselho de Estado, convocado pelo Presidente da República, reúne-se durante todo o dia.

■ A Assembleia Regional dos Açores protesta contra a actuação do Comando Americano da base das Lajes que impõe cláusulas do acordo laboral que ainda não entrou em vigor.

■ Mais de quinhentos activistas sindicais alertam, em Lisboa, a opinião pública para a ruína política do Governo para com o Sector Empresarial do Estado.

■ O diploma que extingue a CTM e a CNN é enviado ao Tribunal Constitucional pelo Presidente da República.

■ Filipe Gonzalez, o primeiro-ministro espanhol, continua em diligências para conseguir um consenso parlamentar sobre a NATO.

■ Em Manila começa o julgamento dos assassinos do dirigente oposicionista Benigno Aquino. Este é o penúltimo acto do processo, que só ficaria concluído com a queda do regime fascista.

## 1 Sexta-feira

O Presidente da República reafirma o conteúdo da mensagem de Ano Novo que despoletou esta última guerrilha institucional.

■ Professores de todo o País paralisam quinze minutos como protesto contra a suspensão do Conselho Directivo da escola do Cartaxo.

■ Demite-se o secretário-geral do PSD.

■ A propósito dos atentados bombistas, Soares afirma que o seu Governo vai «procurar acelerar a discussão final da Lei de Segurança Interna».

■ Washington não reconhece as actuais fronteiras dos países europeus.

■ A Grécia rejeita preços agrícolas da CEE, considerando-os inadmissíveis.

■ O governo agrílico acusa a China de fornecer armas e treinar militarmente os contra-revolucionários que actuam no seu país. A acusação é apresentada sob a forma de protesto formal do Afeganistão.

## 2 Sábado

Os delegados do Procurador da República consideram, no seu encontro nacional, que a proposta de nova Lei Orgânica ameaça a autonomia e independência do Ministério Público.

■ Reúne-se a primeira Assembleia de Debates da Juventude Comunista Portuguesa.

■ Inicia-se no Porto a reunião do Conselho Nacional do PSD.

■ O Dia do Sargento é comemorado em todo o País.

■ Professores da escola do Cartaxo consideram que a comissão de inquérito oficial às causas do desastre ocorrido nessa escola não é isenta.

■ O Movimento Democrático Popular chileno, ilegalizado há cinco dias, anuncia pretensões de desencadear um levantamento geral de massas este ano.

■ Mais de 12 mil manifestantes protestam na RFA, contra o estacionamento de mísseis norte-americanos Pershing-2 em território alemão-federal.

■ 5 feridos é o balanço da repressão que se abateu sobre cerca de mil trabalhadores que se manifestavam na cidade brasileira de França.

## 3 Domingo

Uma moção de confiança a Mota Pinto é votada no Conselho Nacional do seu partido. Resultado: o apoio «inequívoco e expresso» por ele exigido; 38 votos favoráveis, 36 desfavoráveis.

■ A gestão APU nas autarquias tem melhorado as condições de vida das populações, salienta o encontro de quadros do Partido sobre autarquias que se reúne durante o fim-de-semana.

■ O Sporting sagra-se vencedor da Taça dos Campeões Europeus de Corta-Mato, com Carlos Lopes a vencer. António Leitão e Rosa Mota vencem também o crosse das Amendoeiras.

■ Segundo estatísticas da GNR, em Portugal registaram-se mais 115 suicídios no ano transacto, em relação a 1983.

■ Segundo a CGTP-IN, o Governo pretende camuflar o agravamento das condições de vida, tentando dar uma imagem de pacificação social.

■ Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz, é empossado bispo da cidade de Joanesburgo.

■ Já na sua 48.ª semana, a greve dos mineiros britânicos deverá recrudescer após o malogro registado nas conversações.

## 4 Segunda-feira

A UGT declara uma greve por tempo indeterminado na Marinha Mercante que é considerada pela Federação dos Sindicatos do Mar como um autêntico lock out que visa facilitar ao governo a extinção da CTM e da CNN.

■ Em Lisboa, é inaugurado o Museu Nacional do Teatro.

■ O Ministério da Educação vai recrutar ex-polícias e militares para vigiar as escolas.

■ Na Câmara, a APU exige a revogação do despacho que desaloja o Teatro Estúdio de Lisboa.

■ O Orçamento militar da administração Reagan é o maior de sempre na história dos Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que se impõem reduções drásticas nas despesas com a assistência social e com a agricultura.

■ Em Nápoles inicia-se o julgamento dos 252 réus acusados de pertencerem à Mafia.

■ O governo nicaraguense pede à Costa Rica para impedir as acções de propaganda e acções armadas do grupelo contra-revolucionário ARDE.

■ Na União Soviética eleva-se a 2 milhões e 300 mil o número de candidatos a deputados.

■ Na Alemanha-Federal, o número de desempregados atinge o seu valor mais elevado desde o pós-guerra.

## 5 Terça-feira

Na sequência da «guerrilha» que lhe foi imposta pelas «minorias» do partido, Mota Pinto apresenta a sua demissão do cargo de presidente da Comissão Política do PSD.

■ Alvaro Cunhal afirma na RTP que é necessário «interromper o processo de destruição nacional», que tem vindo a ser seguido pelo Governo PSP/PSD.

■ O governo de Cabo Verde critica a conduta do Governo dirigido por Mário Soares pela duplicidade da sua política africana.

■ José Eduardo dos Santos, chefe de Estado angolano, qualifica «os bandos armados da União» como «parte integrante do exército sul-africano».

■ O ministro nicaraguense da Cultura, padre Ernesto Cardenal, afirma que «seria uma traição» abandonar o governo da Nicarágua.

### Editorial

# SAÍDA DEMOCRÁTICA PARA A CRISE POLÍTICA

O facto de maior repercussão da semana política em curso foi, sem sombra de dúvida, o estalar da nova e mais violenta irrupção da crise interna do PPD/PSD, comparsa do PS na coligação governante, na reunião do último fim-de-semana no Porto do seu Conselho Nacional e na de antontem em Lisboa da sua Comissão Política, a qual terminou, como se sabe, pela demissão «estratégica» do presidente do partido, o actual vice-primeiro-ministro, Mota Pinto.

O conflito reacendeu-se aparentemente e de novo à volta da chefia de Mota Pinto e vai ter novo episódio no próximo fim-de-semana.

Mas só aparentemente, porque, para além do significado pessoal e do equívoco papel do «vice» de Mário Soares na condução do Governo, a crise interna do PSD, vinda agora de novo à superfície, tem causas mais profundas que não se circunscrevem visivelmente à controversa acção de um homem e mesmo de um partido mas se atarjam à coligação no seu conjunto e à política que tem conduzido à frente do Estado.

E, pois, o fracasso de uma política contra-revolucionária na sua essência, e sobretudo a crescente oposição e resistência populares que suscita, o que está no âmago da crise que, para já, fez salter da chefia dos sociais democratas o professor de Coimbra.

O que de momento interessa realçar é que com este novo e significativo episódio, sobram as razões institucionais de fundo para a urgente demissão deste safado Governo e para o mandar inteirinho para casa.

O reacender da crise interna do PSD, apenas a dois meses da renegociação do acordo entre os dois partidos do Governo, a que deve juntar-se a sintomática letargia política actual do PS, visivelmente sem forças para os bruscos golpes de rins que as curvas do processo contra-revolucionário coloca à coligação governante, sucede-se a outros marcantes factos da crise política produzidos nas últimas semanas.

De natureza económica, financeira, social, institucional, repressiva, que se produzem numa cadência nova e incontornável nos dias actuais.

Factos como os do Orçamento do Estado e do «livro branco» do antigo ministro fascista e agora ministro da Indústria do PS, Veiga Simão; como os da nova escalada dos preços, da inflação, do agravamento do desemprego e das condições de vida do povo, das tensões sociais e da nova queda do valor real dos salários, pensões e reformas; como os do ensino, da saúde, da habitação, da segurança social; como os dos novos ataques às nacionalizações e à Reforma Agrária; como os que motivaram as reuniões do Conselho de Estado e os da intensificação da guerrilha institucional e de desestabilização das Forças Armadas; como os dos novos surtos terroristas e da formalização antidemocrática dos novos Serviços de Informação e da celerada proposta de lei de Segurança Interna; como os da intensificação das manipulações dos órgãos de comunicação social estatizados, e vários outros, são factos que pontuam o recrudescimento da crise política, que põem com força a questão de uma urgente alternativa política e de uma política alternativa que rasquem o caminho à solução democrática dos graves problemas nacionais.

A discussão do Orçamento do Estado nas comissões parlamentares com vistas à votação na especialidade de fins da próxima semana tem revelado de maneira mais precisa a verdadeira fraude financeira que o Governo quer impor ao País.

Mário Soares, Ernâni Lopes e outros membros do Go-

verno proclamam com desprazimento que os planos financeiros dos governantes garantem melhorias sociais para este ano de 1985.

E entretanto ocultam que no OE se prevê para o ano em curso uma taxa de aumento de salários inferior à taxa de inflação; que na subida proposta de 40% na carga fiscal, 37% incidem sobre o imposto profissional.

Os aumentos de preços produzidos já no começo do ano comem logo à nascerça os magros aumentos de salários, alguns dos quais se projectam para mais tarde, sem retroactivos, enquanto que as subidas dos preços foram já impostas em meados de Janeiro e começo de Fevereiro.

Mário Soares & C.ª prometem que não haverá novos empréstimos estrangeiros em 1985 e desmentem novas vendas de ouro das nossas reservas para tapar os buracos financeiros da política do Governo.

E entretanto sabe-se que foram recentemente alienadas mais de 20 toneladas de ouro por alegada recusa de um empréstimo estrangeiro de 400 a 450 milhões de dólares, isto no momento em que se verificam novas quedas na cotação do ouro e novas escaladas na cotação do dólar, actualmente vendido no mercado oficial a mais de 175 escudos.

A nossa vida externa vai dar um novo pulo nos planos de fraude financeira do Governo e a questão da renegociação nacional do pagamento da dívida, que implica a urgente demissão da clique governante, tornou-se uma questão inadivél e candente.

O chamado «livro branco» do ministro Veiga Simão corporiza uma sinistra e destruidora ofensiva em larga escala contra o sector público e empresarial do Estado sob a falsa fachada da «defesa» e utilidade das empresas públicas mais rendíveis e mais susceptíveis de garantir de imediato um arranque no nosso desenvolvimento económico.

Os planos delineados com minúcia pelo ministro para 18 empresas públicas da indústria e energia dão significativa e concreta expressão ao projecto contra-revolucionário calendarizado no acordo PSP/PSD de 11 de Dezembro contra as nacionalizações.

A venda na bolsa de todas as participações do Estado nas empresas de cujo capital seja parte a empresas e grupos privados; a transformação de muitas empresas públicas em sociedades anónimas (como nos casos da Ferrominas, da Empresa Carbonífera do Douro, das Pirites Alentejanas e outras); a subscrição pública de acções e venda de participações em sociedades anónimas já existentes (casos da Soporcel, da Sodipel, da Agrícola de Mira e outras); a entrega pura e simples ao capital privado de estabelecimentos e laboratórios do Estado; a venda de empresas actualmente incorporadas noutras grandes empresas nacionalizadas (casos Têxtil Lar-Ansião, Rações do Barreiro, Fisipe, Fomento, Protexil, Fertor e outras da Quimigal), são matéria do «livro branco» de Veiga Simão, hoje um homem de mão de Mário Soares para no sector da Indústria destruir algumas das mais significativas conquistas de Abril.

É no plano social que a política da clique Soares/Mota Pinto produz os maiores rombos.

A extinção da CTM e da GNN foi transitoriamente detida pela decisão do Presidente da República de submeter a lei ao Tribunal Constitucional. Dentro de 20 dias desde a entrada do processo de verificação da constitucionalidade da lei, o parecer do TC será conhecido. Mas a ameaça de desemprego sobre os trabalhadores das duas empresas subsiste.

## Comunicado conjunto Partido Comunista Português Partido Comunista Sírio

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal uma delegação do Partido Comunista Sírio composta por Nabih Ruseidat e Yakoub Garro membros do Comité Central.

A delegação do Partido Comunista Sírio foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e teve conversações com uma delegação do PCP composta por Sérgio Vilariques, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Durante as conversações realizou-se uma troca de informações acerca da situação em cada país, da actividade e luta de cada partido, de aspectos da situação internacional, particularmente no Médio Oriente.

Ambas as delegações condenaram a política agressiva e anexionista de Israel apoiada e instigada pelo imperialismo dos Estados Unidos da América e responsabilizaram tal política pelo agravamento da situação em toda a região.

Condenaram as manobras e os planos do imperialismo e do sionismo para dividirem o movimento de emancipação nacional e social do mundo árabe, para assim melhor atingirem os seus objectivos no domínio

da região. Condenaram igualmente o papel da reacção árabe ao serviço dos planos imperialistas.

As duas delegações condenaram em particular os planos e os projectos do imperialismo e do sionismo para liquidar a causa palestina ou impor-lhe «soluções» capitulacionistas tais como as de Camp David ou do Plano Reagan.

As duas delegações consideraram particularmente importante o restabelecimento da unidade das forças integrantes da OLP — e da sua aliança com a Síria e as forças progressistas e patrióticas do Líbano.

Ambas as delegações consideraram que uma paz justa e duradoura na região exige a retirada das tropas israelitas do sul do Líbano e de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, e o reconhecimento dos direitos nacionais palestinos, incluindo o direito de estabelecer um Estado Palestino, independente e soberano.

Ambas as delegações expressaram o seu apoio à realização de uma Conferência Internacional com todas as partes interessadas, incluindo a OLP como único e legítimo representante do povo palestino. Sublinharam a importância do papel da Síria na luta para fazer abortar os planos do imperialismo e do sionismo.

## Beja: condenação do terrorismo

No passado dia 1, a C. Distrital de Beja do PCP emitiu o seguinte comunicado:

«A comissão distrital de Beja do PCP condena energeticamente o recrudescimento dos atentados bombistas de carácter criminoso e provocatório, que se têm vindo a verificar no nosso distrito.

«Estes actos terroristas favorecem essencialmente aqueles que têm como objectivo na sua acção prática denegrir o regime democrático nascido da Revolução de Abril e dão pretextos aos que pretendem que se avance com leis fascizantes, como os serviços de informações e lei de «segurança interna» (novas polícias poli-

licas).

«A população laboriosa do nosso distrito está empenhada dentro do actual quadro constitucional, na luta contra a ofensiva às conquistas de Abril nomeadamente a Reforma Agrária, as liberdades democráticas, nacionalizações, pelo direito ao trabalho, ao pão e à paz.

«A população laboriosa do nosso distrito está empenhada na luta pela construção da baragem do Alqueva, aproveitamento integral das Pirites Alentejanas, funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e a continuação do ramal de Moura.

«A população do nosso dis-

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

trito, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

## Beja: condenação do terrorismo

No passado dia 1, a C. Distrital de Beja do PCP emitiu o seguinte comunicado:

«A comissão distrital de Beja do PCP condena energeticamente o recrudescimento dos atentados bombistas de carácter criminoso e provocatório, que se têm vindo a verificar no nosso distrito.

«Estes actos terroristas favorecem essencialmente aqueles que têm como objectivo na sua acção prática denegrir o regime democrático nascido da Revolução de Abril e dão pretextos aos que pretendem que se avance com leis fascizantes, como os serviços de informações e lei de «segurança interna» (novas polícias poli-

licas).

«A população laboriosa do nosso distrito está empenhada dentro do actual quadro constitucional, na luta contra a ofensiva às conquistas de Abril nomeadamente a Reforma Agrária, as liberdades democráticas, nacionalizações, pelo direito ao trabalho, ao pão e à paz.

«A população laboriosa do nosso distrito está empenhada na luta pela construção da baragem do Alqueva, aproveitamento integral das Pirites Alentejanas, funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e a continuação do ramal de Moura.

«A população do nosso dis-

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

## Saudação ao MPLA — Partido do Trabalho

Ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho

Queridos camaradas

Ao assinalar-se o 24.º aniversário do início da luta armada de libertação nacional endereçamos ao MPLA-Partido do Trabalho as nossas calorosas e fraternais saudações revolucionárias, testemunhando a mesma solidariedade de sempre para com a difícil mas exaltante e heróica luta do povo angolano por um futuro de paz e progresso social.

Nesta data histórica da luta do vosso povo reafirmamos a inteira solidariedade dos comunistas portugueses para com a vossa luta para libertar o território angolano ainda ocupado pelas tropas racistas, por termo à acção criminosa dos bandos armados, instrumentos da África do Sul e do imperialismo, alcançar a paz, edificar na República Popular de Angola uma sociedade próspera e progressista, a sociedade socialista.

Condenando firmemente a política do actual governo português de submissão ao imperialismo e de conspiração ne-

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»

tribuição, está empenhada na luta contra a política antipopolare e antipatriótica do Governo Soares/Mota Pinto e por um novo governo, uma nova política que respeite o Portugal de Abril.»



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira, 606-608 - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira, 606-608 - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 768345

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57, 2.º - 1000 Lisboa, Tel. 779826/779825/793751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Alcova de Evora: Alcova de Baxo, 13 - 7000 Evora, Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor de Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Eira, 6 - 3000 Coimbra, Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esc.º - 1000 Lisboa, Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda SI.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 776939/776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esc.º - 4000 Porto, Tel. 381067

Composto e Impresso na Heiska Portuguesa, R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média no mês de Janeiro: 39 480

PCP

# Encontro de Quadros do PCP sobre a preparação de eleições autárquicas

Manter e reforçar as actuais maiorias, obter a maioria em mais concelhos e freguesias e reforçar em geral as posições da APU nos órgãos autárquicos são os grandes objectivos definidos pelo PCP para as próximas eleições autárquicas. São objectivos que servem o país e que estão ao nosso alcance.

Este objectivo, formulado após o Encontro de Quadros do PCP sobre a preparação das eleições autárquicas que no fim-de-semana reuniu na Voz do Operário, em Lisboa, cerca de 200 dirigentes nacionais, regionais e locais do Partido (entre os quais vários camaradas da Comissão Política), decorrem da apreciação realista carreada pelas dezenas de

intervenções feitas no Encontro por camaradas de todo o País, resultantes das próprias de intenso trabalho e discussão colectivos localmente feitos.

Para os concretizar, o Partido ergue desde já a grande bandeira eleitoral que é o trabalho realizado pela APU ao serviço das populações — a sua gestão de reconhecida «superioridade, eficácia e profunda democraticidade», quer em maioria, quer em minoria (como afirmou o camarada Carlos Costa) quando lhe é permitida a intervenção construtiva dos seus eleitos.

Ainda assim — e talvez seja possível considerar se nos é permitido, que essa foi no Encontro a crítica-autocrítica mais

generalizada —, é preciso dar um grande passo em frente na divulgação desse trabalho. Nas palavras de um outro camarada, «fazemos — e isso é o mais importante —, mas não sabemos mostrar o que fazemos».

Quando o Encontro considera que o reforço do PCP e das listas que serão apoiadas pelos comunistas será uma contribuição segura, insubstituível e indispensável à defesa do regime democrático e à resolução dos problemas das populações; quando o Encontro permite afirmar que estamos já lançados na complexa tarefa que é concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e a um número recorde de mais de 3100 freguesias (mais 500 que em 1982) —

não merece dúvidas que é igualmente indispensável informar as populações do que têm sido as realizações, vitórias e dificuldades da APU e de quais são as condições indispensáveis para prosseguir, servindo cada vez melhor as populações.

O camarada Carlos Costa, na declaração que, terminado o Encontro, fez para a informação sobre as conclusões desses dois dias de trabalho e que abaixo reproduzimos, sumaria-as a certa altura, aplicáveis, afinal, no geral e a cada situação: trata-se de «aumentar o número de votos e a percentagem de votação nas listas apoiadas pelo PCP».

## Carlos Costa: «Grande confiança e optimismo»

O Encontro de Quadros sobre a preparação de eleições autárquicas que acaba de terminar contou com a participação de cerca de 200 dirigentes nacionais, regionais e locais do PCP, vindos de todos os distritos do País.

Na sequência do trabalho já realizado, este Encontro para a preparação das eleições autárquicas decorreu num clima de grande confiança, justificada pelo reconhecimento generalizado da superioridade, eficácia e profunda democraticidade da gestão autárquica da APU, em maioria, ou em minoria quando lhe é permitida a intervenção construtiva dos seus eleitos. Verificou-se que os programas eleitorais apresentados pela APU ao eleitorado foram em geral cumpridos e ultrapassados ou que o serão até ao fim do mandato nos casos em que a APU está em maioria. Apesar dos cortes de verbas e dos boicotes governamentais, é notável a soma de iniciativas e realizações que se traduziram em sensíveis melhorias das condições de vida das populações. A campanha de galvanização orquestrada em órgãos de comunicação social e alimentada a partir do Ministério da Administração Interna não alterará a evidência dos factos. A nossa confiança nos resultados eleitorais resulta do bom trabalho realizado pela APU nas autárquias; da gestão do PS, PPD e ODS em muitos municípios e freguesias, da verificação do extremo isolamento social e político do Governo, da fragilidade da coligação PS/PPD, da profunda degradação da situação económica e social, do generalizado descon-

tentamento popular e da expressão crescente da luta de massas.

Os objectivos eleitorais definidos pelo PCP para as próximas eleições autárquicas são manter e reforçar as actuais maiorias da APU em órgãos autárquicos; obter a maioria em mais concelhos e freguesias e reforçar em geral as posições nos órgãos autárquicos; aumentar o número de listas para Assembleias de Freguesia (em 1976 o Povo Unido apresentou 1117 listas, 2299 em 1979 e 2597 em 1982); o balanço realizado neste Encontro indica que poderemos concorrer a mais de 3100 freguesias em 1985. O distrito em que serão apresentadas mais listas será Braga (de 280 para 400); concorreremos a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e a freguesias que correspondem a 98% dos eleitores.

Outro objectivo será aumentar o número de votos e a percentagem de votação nas listas apoiadas pelo PCP; finalmente, contribuir através de um grande alargamento da unidade em torno das listas para as eleições autárquicas para a evolução positiva da situação política em geral e para o êxito das outras grandes batalhas em defesa do Portugal de Abril que se vão travar ao longo do ano de 1985.

O Encontro salientou que o reforço do PCP e das listas que serão apoiadas pelos comunistas será uma contribuição segura, insubstituível e indispensável à defesa do regime democrático e à resolução dos problemas das populações.

O Encontro analisou as eventuais consequências de uma coligação do PS com o PPD, extensível ou não ao CDS. Tal coligação, em geral condenada ao fracasso, representaria o prolongamento nas autárquias do descalabro da política do actual Governo e dos seus antecessores, a colocação de autárquias ao serviço da recuperação capitalista e a sua submissão aos interesses dos especuladores e contribuiria seguramente para acelerar a desagregação do Partido Socialista. Por outro lado, os apelos à coligação do PS com o PPD e talvez com o CDS reflectem o medo que tais partidos têm do juízo do povo sobre a sua política e do reforço do apoio e da confiança popular no PCP e nos seus aliados mais próximos. A recente declaração do secretário coordenador da FAUL do PS segundo a qual «a ausência de acordo autárquico PS-PSD pode permitir a vitória do PCP em Lisboa» é uma das expressões eloquentes de verdadeiro pânico do veredicto popular.

As anunciadas alterações às leis eleitorais, e neste caso, à lei eleitoral para os órgãos autárquicos, sendo igualmente expressão do medo com que o PS e o PPD encaram as eleições, demonstram também, pelo que delas já se conhece, que o Governo não hesita em, com uma total falta de escrúpulos, violar o alcance do princípio de representação proporcional constitucionalmente consagrado, tentar impor a burla eleitoral e limitações às liberdades e à igualdade de oportunidades das diferentes candidaturas.

O Encontro condenou também a alteração do número de eleitos dos órgãos autárquicos através do D-L n.º 100/84, em usurpação das competências da Assembleia da República. O PCP continuará a lutar para que o número de eleitos continue a ser o que vigorou nas

eleições autárquicas de 1979 e 1982, para garantir dessa forma o cumprimento da Constituição, preservar a democraticidade, o pluralismo e a participação popular no exercício do Poder Local.

O Encontro condenou ainda os restantes aspectos da política anti-autárquica do Governo PS/PPD, em particular a asfixia financeira da generalidade das autárquias, a transferência de encargos sem os necessários recursos e a tentativa de transformar o Poder Local num apêndice dócil e servil dos governos.

Finalmente, como condição necessária para sustentar a política de desastre nacional, defender o regime democrático, melhorar as condições de vida do povo e assegurar eleições sérias e isentas, o Encontro considerou necessário e urgente a demissão do Governo e outras

medidas institucionais que abram caminho a uma nova política e a um governo democrático.

É, portanto, com grande confiança e optimismo — como ficou patente no Encontro — que o PCP encara as próximas eleições autárquicas.

## Plenário em Braga

Do plenário promovido pela Comissão Concelhia de Braga do PCP no dia 26 de Janeiro, aberto a todos os eleitos e activistas da APU nas autárquias do concelho, transcrevemos — como anunciamos na passada semana — os pontos fundamentais.

Analisando a gestão da maioria PS na câmara e assembleias municipais, o plenário concluiu que esta se caracterizou pelo agravamento dos traços mais negativos dos mandatos anteriores, pelo aumento da corrupção, do compadrio, do caciquismo e das ilegalidades, pela subordinação da gestão autárquica a interesses de grupo, pela sua partidização e pela marginalização dos eleitos das outras forças políticas, pelo caciquismo e pela política do «saco azul» nas relações com as autárquias das freguesias, pelo alinhamento servil com o Governo PS/PSD à custa dos interesses de Braga.

A gestão da maioria liderada por Mesquita Machado deu ao Município de Braga a triste realidade de constituir hoje, no plano nacional, um dos sinónimos de corrupção e ilegalidades nas autárquias, apesar do que ter conseguido, a troco

de apoiar o plano nacional a política do Governo Mário Soares/Mota Pinto.

Parante este quadro político, o plenário considerou que a preparação desde já das próximas eleições autárquicas é inseparável da necessidade de reunir nas listas de candidatos

### PCP e APU — a alternativa a uma gestão corrupta

O plenário concluiu também que, no plano local como no plano nacional, está hoje à vista de todos a inutilidade da ideia do «voto útil» contra a direita que ainda levou muitos bracarense, democratas sinceramente empenhados na defesa das populações, a apoiar ou integrarem listas autárquicas do PS. O seu apelo apenas serviu para dar ao PS uma maioria que lhe permitiu realizar impunemente uma gestão corrupta e totalitária no município e, ao mesmo tempo,

Levar a voz da APU a todas as freguesias

Existem condições políticas muito favoráveis ao crescimento da APU nas próximas eleições autárquicas no concelho de Braga. Passa pelo reforço da APU, na câmara e na assembleia municipais, como nas autárquias das freguesias, a possibilidade de uma efectiva mudança para melhor na gestão das autárquias do concelho, a defesa e consolidação do Poder Local democrático ameaçado pela política centralizadora do Governo. Passa pelo reforço da APU a retirada ao PS de uma maioria que lhes tem servido para uma gestão cheia de irregularidades e sem controlo, ao serviço de um grupo e não do concelho.

O plenário definiu como objectivos fundamentais na orientação de todo o trabalho preparatório da APU para as próximas eleições autárquicas, nestas circunstâncias, os se-

guintes: aumentar a representação da APU na câmara e assembleias municipais, retirando desse modo a maioria ao PS; concorrer em todas as freguesias do concelho, levando a voz da APU a todas as assembleias de freguesia, trabalhando para ganhar a maioria em mais juntas de freguesia, além da Junta de S. Paio de Merelim.

O plenário apoiou a intenção dos eleitos da APU na câmara e nas assembleias municipais levarem a cabo em breve uma conferência de imprensa destinada a divulgar a sua apreciação pública acerca do relatório da Inspeção-Geral da Administração Interna, relativo à gestão municipal e em que serão divulgados novos dados sobre as irregularidades desta gestão.

O plenário aprovou a realização de novo plenário em finais de Março com o objectivo de analisar o desenvolvimento das linhas de trabalho agora apontadas quanto à preparação das próximas eleições autárquicas.

## Assembleia da República

### De quem é o Orçamento?

# Ministros empurram culpas... para as Finanças!

Trata-se, até ao fim desta semana, de debater na especialidade e por áreas, o Orçamento de Estado que foi aprovado na generalidade em plenário. Maratona presidida por Almerindo Marques, do PS, já que João Salgueiro, discordando da proposta governamental pediu a demissão do mandato. Reunida na Sala do Senado, a Comissão de Economia tem muito que fazer. E o menor dos seus males não será ouvir ministros e secretários de Estado justificarem um diploma de que dão a entender não serem os autores, descarregando as culpas — e muitas há — sobre o bode expiatório que é o ministro das Finanças.

Com efeito, para além de ser uma arquitectura urdida ao contrário do interesse do País e da maioria dos portugueses, o diploma tem mostrado erros graves, manipulações, subterfúgios que os deputados participantes na Comissão se têm esforçado por iluminar solicitando esclarecimentos. Papel destacado neste esforço tem sido, como é natural, o dos deputados do PCP. Mas os esclarecimentos dos membros do Governo não têm correspon-

do às solicitações que lhes são dirigidas. Ou por pouca vontade ou, o que é pior e já tem acontecido, por ignorância...

O escândalo denunciado pelo PCP quanto aos indicadores utilizados para o cálculo de verbas a atribuir às autárquias pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro é exemplar.

O PCP revelou, com base em documentação oficial, que o Governo havia falsificado tais indicadores. Perante o espanto dos deputados — todos consi-

deraram inadmissível a forma como foram tratados tais indicadores — a secretária de Estado confessou não se ter apercebido da situação...

A revisão do documento vai ser feita. Mas não é apenas aqui que os representantes do Governo se viram obrigados a apresentar alterações. Outro caso é o da Segurança Social pois que, quando se discutia já o Orçamento de Estado, o sr. Primeiro-Ministro quis ter a bondade de aumentar as pensões de 18 para 20 por cento, o que falseou completamente as contas. Há mais, porém:

No campo da Segurança Social o Governo confessou na prática a existência de um fundo «saco azul» — cerca de 5 milhões de contos, mais precisamente 4,9 milhões! Verba que transitou do ano passado para o ano corrente sem haver sido orçamentado como recei-

ta! Por outro lado, prevêem ir buscar ainda um empréstimo de 7 milhões de contos, soma que, subtraída dos 4,9 não orçamentados permitiria reduzir substancialmente o empréstimo. Mas trata-se de um «saco azul», destinado certamente a pagar votos na altura oportuna concedendo benesses na Segurança Social à boca das urnas...

Ainda nesta área há a referir que as dívidas das empresas à Segurança Social somavam, no final de 1984, 77 milhões de contos, segundo números do Governo. Isto quer dizer que, de há ano e meio — tempo de governação PS/PSD —, as dívidas subiram de 44 para 77 milhões, quase o dobro. E este Orçamento não prevê que a situação se modifique. Pelo contrário:

É que a contribuição para a Segurança Social corresponde a uma taxa mais ou menos fixa sobre a massa salarial. Ora o Governo afirma a pés juntos que não vai haver decréscimo do salário real nem aumentar o desemprego. A massa salarial, então, deveria aumentar 22 por cento, que é a taxa prevista de inflação. Mas... o que efectivamente se prevê é que o aumento das contribuições seja apenas de 15,6 por cento. Essa diferença significa a continuação do acumular da dívida ou... trata-se de demagogia à afirmação governamental de que o salário real não vai descer!

Não acabam aqui os desconcertos. Interessante, por exemplo, é saber que a previsão de 150 mil contos «para auxílio às famílias do distrito de Setúbal», expressamente dactilografadas foram riscadas à mão no Conselho de Ministros, no texto entregue pelo ministro para substituição do tal novo orçamento...

E que dizer do «artigo 10.º» que previa o congelamento das vagas abertas por aposentação e que o secretário de Estado da Administração Pública disse ter sido um «mero lapso»?

### Propostas congeladas

Ao gelo com que são recebidas as propostas de alteração que os comunistas têm apresentado, soma-se o congelamento de todas as propostas de alteração apresentadas que apenas serão voladas no final destes debates, para o fim desta semana.

Assim, o texto final que a Comissão vai fazer subir a plenário para votação na especialidade é ainda mistério.

Aqui vai o rol de algumas das propostas avançadas pelos deputados do PCP: na área da Cultura foram avançados reforços das dotações para o Plano de Conservação e Recuperação do Património Edificado do Bairro de Alfama — 100 mil contos; 120 mil contos para a compra e beneficiação do Pa-

lácio de Estói; 75 mil contos para a aquisição do Teatro de S. João no Porto. O grupo parlamentar comunista propôs ainda reforços de verbas para o Instituto Português do Livro — 10 mil contos; 140 mil para a Direcção-Geral dos Espectáculos e do Direito de Autor; 15 mil para o Gabinete de Relações Culturais Internacionais; 15 mil para Arquivos e Bibliotecas; 60 mil contos para Museus.

O financiamento em 1985 de transportes e de acção social escolar, por parte dos municípios, ver-se-ia aumentado, no caso de ser aceite proposta do PCP, de uma verba de 3,9 milhões de contos, a integrar no Fundo de Equilíbrio Financeiro. O PCP propôs ainda que o montante global desse Fundo, a distribuir a cada município, não fosse inferior ao atribuído

em 1984 acrescido de valor percentual de 30 por cento.

Ainda no capítulo de Finanças Locais, o PCP avançou com a proposta de financiamento da construção de sedes para juntas de freguesia — até ao montante de 220 mil contos. E propôs, para a instalação de novos municípios e freguesias, a verba de 200 mil contos. E também a transferência, para o município da Amadora de 80 mil contos destinados à compensação dos custos de instalação.

No campo da Segurança Social, o PCP propôs a eliminação de um artigo, no sentido de «garantir que não aumente a taxa de descontos dos trabalhadores abrangidos pelo regime especial de segurança social dos rurais». Foram ainda propostas outras eliminações do articulado que prevê na pro-

posta governamental a restrição dos direitos de trabalhadores contratados em regime de prestação de serviços. Os comunistas propuseram também que em 1985 não possam ser aumentados os descontos nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública para a Caixa de Aposentações, Montepio e ADSE.

No que toca à Comunicação Social, a proposta avançada pelo PCP de atribuir à Anop 195 mil contos, está de acordo com o formulado pelo Conselho Geral da empresa. Mas o Governo pensa outro modo. Entretanto não se sabe claramente o que pensa quanto aos subsídios a atribuir às empresas públicas de Comunicação Social nem responde às solicitações de esclarecimentos sobre as situações económicas das mesmas.

## Nacional

### Comemorações do 31 de Janeiro

Democratas das mais diversas tendências e correntes de opinião, entre os quais Luísa Cortesão, Alberto Andrade, Júlio Ribeiro, P.ª Serafim da Ascensão, Manuel dos Santos, Maria da Glória Padrão, Raul de Castro, Ângelo Veloso e Edgar Correia, promoveram no passado dia 31 de Janeiro uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso em que participaram várias dezenas de pes-

soas que depositaram uma coroa de cravos junto ao monumento evocativo desta data. Os presentes deslocaram-se ainda aos túmulos de António e Ruy Luis Gomes, Lobo Vital, Duarte Leite e Guilherme da Costa Carvalho, lutadores tenazes e determinados da liberdade e do progresso.

Usaram da palavra Armando Cotta e Oliveira Dias, vereadores da APU na Câmara do Porto,

que depois de recordar a revolta de 1891 e lembrar que o exemplo dos heróis de 31 de Janeiro não se apagará, afirmou: «estamos aqui a afirmar que aprendemos a lição dos heróis de 31 de Janeiro e que não consentiremos que o nosso país se afunde cada vez mais por obra dos que estão agarrados ao poder».

«Não basta esperar que o governo caia e que o nosso país volte a uma cultura autêntica, de acordo com os interesses da esmagadora maioria do povo. É preciso cerrar fileiras em torno dos objectivos comuns que unem os democratas».

Oliveira Dias faria ainda um paralelo entre a corrupção, a submissão ao imperialismo e o descalabro que estiveram na base do 31 de Janeiro e que persistem hoje, sob outras formas, na sociedade portuguesa.

Quinta-feira — 7 de Fevereiro às 13.30 h  
Tempo de Antena do PCP  
RDP-antena 1

**PCP**  
uma grande força nacional  
para a saída da crise  
e a defesa da democracia

## O monte dos escândalos

Não foi preciso muito tempo decorrido no debate na especialidade do Orçamento de Estado, na Comissão de Economia, para que viessem à tona os escândalos. Um dos mais clamorosos veio a lume quando se discutiam os indicadores utilizados para o cálculo de verbas a atribuir às autárquias pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro. Números na mão, os deputados do PCP provaram que o Governo falsificou esses indicadores. O resultado da manobra é claro e permite privilegiar autárquias em detrimento de outras. «Com claros intuídos eleitorais», conforme salienta uma nota da SIP comentando a manipulação.

Foi com base num documento oficial da Direcção-Geral da Administração Local que os comunistas demonstraram que «os índices de montanha, de turismo, de emigração e de desenvolvimento socioeconómico», índices que o Governo usa para estabelecer um critério de atribuição de verbas às autárquias, haviam sido alterados:

«No tocante aos índices de montanha», diz a nota da Secção de Informação e Propaganda do PCP, «o Governo atribuiu a zonas do litoral algarvio elevados índices (Tavira 93 por cento, Olhão 55 por cento, Lagoa 86 por cento, Portimão 91 por cento, Aljezur 100 por cento), enquanto municípios da zona da Serra da Estrela e de Bragança obtiveram índices comparativamente menos elevados (Covilhã 74 por cento, Gouveia 67 por cento, Seia 62 por cento, Belmonte 26 por cento, Miranda do Douro 55 por cento, Alfândega da Fé 35 por cento e Mirandela 5 por cento).

«Também quanto aos índices de turismo se registaram ma-

nipulações. O concelho de Oeiras apresenta-se com o mesmo nível dos concelhos de Santo Tirso, Cadaval e Ferreira do Zêzere, sendo três vezes inferior ao de Alijó.

«Saliente-se ainda que, de forma escandalosa, o Governo fez «desaparecer» todas as serras existentes nos distritos de Évora e Setúbal (atribuindo a todos esses concelhos um índice de montanha 0) e fixou para o concelho de Vila Viçosa o índice de turismo 0, quando é sabido que só o Palácio Ducal da vila tem por ano cerca de 61 mil visitantes registados.»

Não foram, porém, os comunistas os únicos a indignar-se. Deputados da própria coligação, à revelação dos factos, consideraram tratar-se de um escândalo «cujos contornos e implicações há que esclarecer».

O PCP já muitas vezes prevenira que a substituição da Lei das Finanças Locais «visava introduzir critérios de favoritismo», salienta a nota da SIP. Como agora se prova, tais avisos têm razão de ser. O Governo não hesita sequer em transformar a «geografia» de Portugal para servir os seus objectivos e a sua clientela.

Na Comissão parlamentar, o PCP exigiu a revisão total da distribuição de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, «com base em critérios objectivos devidamente verificados pela Assembleia da República e acompanhada do necessário reforço de verbas por forma a que, até que seja reposta em vigor a Lei de Finanças Locais aprovada por unanimidade em 1979, nenhuma autarquia no corrente ano, em termos reais, receba menos do que recebeu em 1984, além das verbas respeitantes aos novos encargos».

PCP

## ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

### — momentos destacados na vida democrática do Partido

#### Domingo, em Vila Real Regional de Trás-os-Montes

Curiosos dos dois distritos que constituem a região, os delegados eleitos à 1.ª Assembleia da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP encontram-se no próximo domingo na cidade de Vila Real. «Com o PCP, liberdade e desenvolvimento» é o lema que presidirá aos trabalhos desta Assembleia, cujo início está previsto para as 9 horas, no Cine-teatro Real.

Como sublinha a DORT do PCP em nota divulgada no passado dia 2 sobre a realização da Assembleia, o Partido «afirma-se na região como um grande agrupamento partidário com quase 5 mil militantes e cerca de uma centena de organismos, com um razoável nível de organização interna, profundamente enraizado nas massas populares da região».

«O trabalho preparatório da Assembleia», acrescenta a DORT, «é mais uma prova da força e da vivacidade do grande colectivo dos comunistas transmontanos e durieneses. A Assembleia culminará esse trabalho preparatório e será também expressiva imagem do 10 anos de luta pela melhoria das condições de vida do povo da região, pelo progresso de Trás-os-Montes e Alto Douro.»

#### A importação de batata de semente...

Referindo-se à situação actual, a DORT salienta que a 1.ª Assembleia se realiza «num momento caracterizado pelo rápido agravamento das condições de vida do Povo

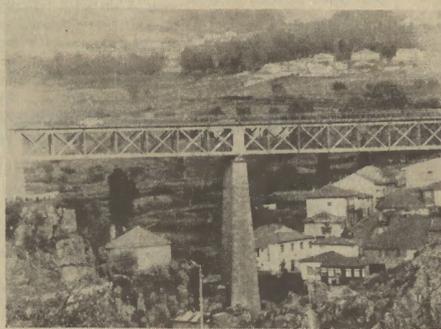
português, consequência da política de desastre nacional do Governo Soares/Mota Pinto. Governo cada vez mais isolado política e socialmente e a quem não resta outra alternativa senão a imediata demissão.»

«Nas reuniões de preparação da Assembleia — prossegue a DORT — foram bem patentes os graves reflexos na região dessa política: as dificuldades de escoamento da batata e a baixa no seu preço, pelo contrabando desse produto da Espanha, pela importação desregulada da batata de semente — cerca de 80 000 toneladas — com prejuízos evidentes para os produtores do Barroso, Chaves, Vinhais e Bragança.»

O prosseguimento da política de encerramento das Linhas Férreas — agora já se fala no encerramento da própria Linha do Douro no percurso transmontano, «é outra questão levantada pela DORT do PCP que alerta ainda para o bloqueamento do aproveitamento dos ferros de Moncorvo, a paralisação de empresas (Milnorte e Vicominas) e os problemas surgidos com o aquecimento e funcionamento dos edifícios escolares da região.

Uma política que fez aprovar um Orçamento que prejudica gravemente as autarquias dos dois distritos — Vila Real e o 3.º distrito mais prejudicado e Bragança é o 5.º; nas transferências ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro não é política que possa servir a região.

E conclui a DORT: «As reuniões para discussão do projecto da resolução política da Assembleia e para



concretização destes objectivos, hoje mais que nunca, só será possível com outra política e outro governo que tenha em conta os interesses económicos do País e do concelho.»

Mas também a «Uniteca» (agora Wandschneider) que aparece de novo numa situação económica difícil, com salários em atraso, e a «Santos e Lima», empresa têxtil em Ermesinde, também com salários em atraso, o sector dos mineiros de lousa, com importantes raízes no concelho, os seus problemas e suas lutas, são também abordados no documento.

Prosseguir e melhorar a acção nestes sectores é uma linha fundamental do trabalho do Partido no concelho, particularmente quando persistem grandes atrasos de recrutamento, organização e mobilização.

O documento aborda ainda diversos aspectos relativos à intervenção dos comunistas nas autarquias, nomeada-

mente nas Juntas de Valongo e de Ermesinde e nas Assembleias onde os eleitos da APU dão uma importante participação. O objectivo de ganhar as eleições em Campo, freguesia em que a APU alcançou em 82 uma votação de 40,5% (a 200 votos do PS), está também colocado. Aliás, a conquista de algumas significativas melhorias nesta freguesia (caso da extensão da carreira do «94») tem a marca do trabalho dos comunistas e da APU, do seu conhecimento e ligação aos problemas locais e à população, da sua capacidade de intervir e trabalhar para a resolução dos problemas.

Relativamente ao reforço do Partido em Valongo, cuja organização ultrapassa os 800 militantes, são apontadas várias medidas no terreno do funcionamento e estruturação da organização, da composição da Comissão Concelhia, dos Centros de Trabalho, da informação e propaganda, dos fundos e dos quadros.



#### Sábado Concelhia de Valongo (Porto)

Realiza-se no próximo sábado, às 15 horas, no salão da Junta de Freguesia de Valongo, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Valongo, que contará com a presença do camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC.

A Assembleia fará um balanço da actividade desenvolvida pelo Partido e apresentará propostas de trabalho na base da análise da situação política e social do concelho de Valongo, no quadro do profundo agravamento dos problemas dos trabalhadores e da população em geral.

A Assembleia elegerá ainda a Comissão Concelhia do Partido.

No sentido da discussão do relatório de actividades e

propostas de trabalho e da eleição dos delegados à assembleia realizara-se reuniões nas várias organizações. A discussão foi feita na base de um projecto de documento de orientação política, que faz uma breve caracterização do concelho e aponta as direcções principais de trabalho da organização concelhia.

A luta dos trabalhadores da «Cifa» pelo pagamento dos salários, pela manutenção dos postos de trabalho e pela viabilização da empresa, merece um destaque especial. Com cerca de 1600 trabalhadores, a maior empresa do concelho de Valongo é um exemplo da acção dos grandes grupos capitalistas

no nosso país — no caso, os Mellos — que com completa impunidade e com a complicidade dos governos de recuperação capitalista (desde 76 para cá) exploram e sabotam a economia nacional, num profundo desprezo pelos interesses dos trabalhadores e do povo. Mas a «Cifa» é também um magnífico exemplo de resistência dos trabalhadores, das suas capacidades de intervenção e de luta, em defesa dos seus interesses.

«A luta desenvolvida pelos trabalhadores da «Cifa» é bem conhecida no concelho: greve e ocupação da empresa durante 15 dias e noites, marchas de fome, cortes de estrada, sinos a rebate, concertações, vigílias, idas aos órgãos de poder, são lases de uma longa e árdua luta que não terminou. A ligação dos trabalhadores à empresa, a sua unidade e mobilização para a luta têm sido e serão factores essenciais a ter em conta no prosseguimento desta luta. Por outro lado, a

#### 9 de Março Distrital de Castelo Branco

Na cidade da Covilhã, decorrerá no próximo dia 9 de Março a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Castelo Branco do PCP.

Como destaca o Executivo da C. Distrital do Partido «a realização da Assembleia visa fazer o balanço do trabalho realizado, seus sucessos e insucessos, traçar orientações para o futuro e eleger a nova Comissão Distrital, que visa dirigir o trabalho do Partido no Distrito até à realização da II Assembleia».

O projecto de Relatório/Resolução será distribuído pelas organizações a partir

#### 10 de Março Distrital da Guarda

Em reunião efectuada no passado mês de Janeiro, a Comissão Distrital da Guarda do PCP decidiu marcar para 10 de Março a 1.ª Assembleia da Organização do Partido deste distrito da Beira Interior.

Em contacto com a Redacção do «Avante!», aquele organismo do Partido refere que foi aprovado um plano de actividades — plenários e reuniões — preparatórios da Assembleia. A discussão do documento-base e a eleição dos delegados constituem as principais preocupações da actividade preparatória da Assembleia.

mente nas Juntas de Valongo e de Ermesinde e nas Assembleias onde os eleitos da APU dão uma importante participação. O objectivo de ganhar as eleições em Campo, freguesia em que a APU alcançou em 82 uma votação de 40,5% (a 200 votos do PS), está também colocado. Aliás, a conquista de algumas significativas melhorias nesta freguesia (caso da extensão da carreira do «94») tem a marca do trabalho dos comunistas e da APU, do seu conhecimento e ligação aos problemas locais e à população, da sua capacidade de intervir e trabalhar para a resolução dos problemas.

Relativamente ao reforço do Partido em Valongo, cuja organização ultrapassa os 800 militantes, são apontadas várias medidas no terreno do funcionamento e estruturação da organização, da composição da Comissão Concelhia, dos Centros de Trabalho, da informação e propaganda, dos fundos e dos quadros.

Relativamente ao reforço do Partido em Valongo, cuja organização ultrapassa os 800 militantes, são apontadas várias medidas no terreno do funcionamento e estruturação da organização, da composição da Comissão Concelhia, dos Centros de Trabalho, da informação e propaganda, dos fundos e dos quadros.

mente nas Juntas de Valongo e de Ermesinde e nas Assembleias onde os eleitos da APU dão uma importante participação. O objectivo de ganhar as eleições em Campo, freguesia em que a APU alcançou em 82 uma votação de 40,5% (a 200 votos do PS), está também colocado. Aliás, a conquista de algumas significativas melhorias nesta freguesia (caso da extensão da carreira do «94») tem a marca do trabalho dos comunistas e da APU, do seu conhecimento e ligação aos problemas locais e à população, da sua capacidade de intervir e trabalhar para a resolução dos problemas.

Relativamente ao reforço do Partido em Valongo, cuja organização ultrapassa os 800 militantes, são apontadas várias medidas no terreno do funcionamento e estruturação da organização, da composição da Comissão Concelhia, dos Centros de Trabalho, da informação e propaganda, dos fundos e dos quadros.

Relativamente ao reforço do Partido em Valongo, cuja organização ultrapassa os 800 militantes, são apontadas várias medidas no terreno do funcionamento e estruturação da organização, da composição da Comissão Concelhia, dos Centros de Trabalho, da informação e propaganda, dos fundos e dos quadros.

## Leiria

### As conclusões do recente encontro distrital de

Sob o lema «com o PCP, um distrito em progresso», decorreu recentemente na Marinha Grande um encontro distrital de quadros do PCP. O debate ali realizado proporcionou uma análise às questões de organização partidária nos diversos concelhos do distrito de Leiria. Neste capítulo foi debatida a última campanha de recrutamento efectuada, a qual permitiu o alargamento do Partido neste distrito com a inscrição de 300 novos militantes.

A situação económica e social na região foi também tema em foco neste encontro distrital, registando-se apontamentos muito significativos, que foram confirmados pelo profundo conhecimento do PCP aos problemas, às realidades e às aspirações populares.

O levantamento do estado de preparação do trabalho para as próximas eleições autárquicas e dos preparativos eleitorais no quadro da APU mereceram, no início deste ano de 1985, ano de eleições para o Poder Local, uma atenção muito especial. Fez-se também o balanço ao meritório trabalho dos eleitos da APU, tendo sido definidas algumas orientações para a acção nas autarquias. Os quadros comunistas presentes foram unânimes na ne-

cessidade de reforçar toda a dinâmica unitária em torno da Aliança Povo Unido.

Das principais conclusões e decisões saídas deste encontro de quadros aqui deixamos em seguida um rápido apontamento.

- Confirmar a convocação para o próximo mês de Junho a 1.ª Assembleia de Organização Regional de Leiria do PCP.
- Continuar o reforço da Organização do Partido a todos os níveis, melhorando a estruturação e continuando a campanha de reforço das células de empresa, melhorando e fortalecendo as Comissões Concelhias e criando novas Comissões de Freguesia.
- Continuar o alargamento do Partido, colmatando as deficiências verificadas em alguns homens e mulheres mais prestigiadas, orientado para a Juventude, para as empresas e camadas sociais onde a influência do Partido é ainda reduzida.
- Reforçar o contacto regular com todos os camaradas e regularizar e actualizar o pagamento das quotas.
- Concorrer em todos os órgãos autárquicos do Distrito.
- Ganhar, manter e alargar o

nosso espaço político, reforçando a nossa presença nos órgãos autárquicos, e dando atenção às novas Freguesias criadas.

- Promover uma ampla discussão no seio do Partido em todos os Concelhos e Freguesias, com vista ao arranque e à programação de todo o trabalho para as eleições autárquicas.
- Definir urgentemente objectivos eleitorais, dando prioridade para os nossos esforços que tenham em conta os objectivos a atingir.
- Iniciar a preparação das listas, alargando ao máximo a unidade, ganhando mais independentes e mesmo homens honestos de outros partidos para as listas da APU.
- Reforçar, assim, a dinâmica unitária da Aliança Povo Unido.
- Lançar no quadro da APU um vasto conjunto de Encontros Concelhias e de outras iniciativas tendentes a inventariar os principais problemas e encontrar soluções que venham a ser incluídas nos futuros programas eleitorais.
- Criar desde já Comissões Eleitorais que garantam o controlo de execução na formação das listas e do planeamento do trabalho, funcionando em estreita coordenação com as Comissões Concelhias.

## Juventude



### 1.ª Assembleia de D

Cerca de oitenta quadros de direcção da JCP e de quadros ligados ao movimento unitário estiveram reunidos no passado sábado em Lisboa para discutir a actividade da organização nas comemorações do Ano Internacional da Juventude. Outros objectivos da reunião foram os debates em torno do reforço da JCP e do desenvolvimento do movimento juvenil. Foi a primeira Assembleia de Debates da Juventude

Comunista Portuguesa, estruturada esta saída do recente Congresso.

Nesta primeira Assembleia — órgão consultivo — foi debatida a necessidade de um grande empenhamento da organização na jornada de divulgação das conclusões do 2.º Congresso, que se realiza esta semana, simultaneamente com a jornada de esclarecimento do PCP, a 8, 9 e 10.

Em debate estiveram tam-

bém as actividades da JCP e do movimento juvenil mais marcantes para 1985, nomeadamente a participação activa dos jovens nas actividades do ano que lhes é dedicado, no XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, na luta contra o desemprego, os contratos a prazo e a degradação do sistema de ensino, bem como nas comemorações do 24 e 28 de Março e nas eleições autárquicas.

## UNIVERSIDADES

### Problemas dos estudantes da Academia do Porto

A Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP, reunida no último dia do mês passado, concluiu que os resultados das eleições já realizadas para os órgãos de gestão e associações de estudantes na Academia do Porto pugnam pelo avanço das listas unitárias e alargamento da sua base de unidade, por um lado, e pelo recuo das listas partidárias da direita, que não só não conseguiram recuperar o terre-

no já perdido, como continuam a perder posições na Academia, por outro.

Ao analisar o funcionamento dos órgãos de gestão, a DOESP da JCP verificou que, devido à não apresentação de candidatura de docentes, alguns conselhos pedagógicos ainda não tomaram posse, o que inviabiliza a sua actividade.

Para este organismo da

JCP, «a paralisação dos órgãos de gestão trás grandes prejuízos aos estudantes e, ao mesmo tempo, dá força àqueles que querem destruir a gestão democrática nas Universidades». Daí que, ao convocar para o próximo dia 9 de Março um encontro de jovens comunistas pertencentes aos órgãos de gestão, apela a todos «os colegas que foram eleitos para estes órgãos para que denunciem esta situação e não abdi-

### Jovens comunistas denunciam verbas para a Educação no C

O Orçamento do Estado para 1985 é um nado-morto. Ainda não tinha sido aprovado na generalidade e já ninguém concordava com o conteúdo do documento. Por todo o País tem sido unânime a sua condenação, a que agora se juntam as vozes dos jovens comunistas, tanto do Algarve como do Porto. Em causa está a fatia correspondente à Educação.

A Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP manifesta o seu «repúdio

pela diminuição real das verbas para a educação» e que é de cerca de 15 por cento. De facto, se no ano passado era de 10 por cento do total das verbas contidas no OE, este ano não vai além dos nove por cento.

Este corte de verbas, a que se junta a «necessidade» consignada no OE de se aumentarem as propinas, terá consequências gravosas na Universidade do Porto.

Igualmente contra a fatia da

Educação no OE se manifestou a Direcção Regional do Algarve da JCP, para quem «constitui mais um atentado aos direitos dos estudantes, negando aos mesmos o apoio social a que têm direito». De facto, na proposta governamental não estão incluídas verbas para os serviços sociais da Universidade do Algarve.

Assim, para os jovens comunistas, o Ministério da Educação persiste «na manutenção de uma situação única no ensi-

### Lisboa: «Os estudantes estão em na real resolução dos seus prob

O Organismo de Direcção do Comité Local de Lisboa da JCP, reunido recentemente, considerou os resultados para as eleições das associações estudantis no ensino secundário da cidade «como sendo muito positivos e como sendo a confirmação de que os estudantes estão empenhados na real resolução dos seus problemas, através do apoio expresso às listas unitárias e independentes e às suas propostas, numa via de verdadeira gestão democrática nas AE's e na vida escolar em geral».

Ainda abordando o problema

do ensino, este organismo da JCP afirma que o desastre ocorrido na escola do Cartaxo e os sucessivos acidentes frente à escola de Telheiras demonstram a incompetência e a despreocupação do Ministério da Educação, que «permite que existam situações como estas, de perigo iminente, por todo o País».

Depois de constatar o agravamento do «verdadeiro atentado» ao regime democrático que é a política deste Governo, e que «diariamente aumenta a disponibilidade e a participação dos jovens na luta do povo

português», o Organismo de Direcção do CLL da JCP analisou as medidas governamentais de comemoração do Ano Internacional da Juventude, considerando-as superficiais e demagógicas, e reafirmou o seu apoio integral à proposta apresentada pela APU na Câmara Municipal de Lisboa.

Sobre este último ponto, os participantes na reunião salientam que a aprovação ou rejeição desta proposta «demonstrará aos moradores da cidade quem está efectivamente interessado na resolução dos problemas ou quem se limita a

#### Sábado Sector dos Transportes Lisboa

São 365 os delegados eleitos à 3.ª Assembleia da Organização dos Transportes da ORL do PCP, que decorrerá no próximo sábado, dia 9, na Academia de S. Amaro, em Lisboa.

O início dos trabalhos está previsto para as 10 horas e a sessão de encerramento para as 18 horas. Aqui se registará a intervenção do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

A Assembleia, que reunirá ainda numerosos convidados, tem como lema «Reforçar o Partido, defender as nacionalizações, continuar Abril».

No Suplemento desta edição do «Avante!» publicamos hoje a última das entrevistas realizadas a propósito da situação no sector.

#### 5.ª Zona de Lisboa

A 5.ª zona da Organização Local de Lisboa do PCP reúne no próximo domingo, dia 10, a sua 2.ª Assembleia, no salão da Junta de Freguesia de Benfica, a partir das 10 horas.

No decorrer dos trabalhos será eleito o novo organismo de direcção.

José Casanova, da Comissão Política do PCP, intervirá no encerramento da Assembleia.

#### Dia 16 de Fevereiro Seguros do Porto

«Reforçar o Partido, defender os postos de trabalho, demitir o Governo» — é o lema da Assembleia da Organização de Seguros do Porto do PCP, marcada para o dia 16 deste mês, na Avenida Fernão Magalhães, 247, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: análise, discussão e votação do documento-base da organização de direcção; eleição do OD.

A Assembleia decorrerá em dois períodos: das 9 às 12 horas e das 14 às 18 h. Um camarada da Comissão Política do Partido intervirá na sessão de encerramento.

## Leiria

# As conclusões do recente encontro distrital de quadros

Sob o lema «com o PCP, um distrito em progresso», decorreu recentemente na Marinha Grande um encontro distrital de quadros do PCP. O debate aí realizado proporcionou uma análise às questões de organização partidária nos diversos concelhos do distrito de Leiria. Neste capítulo foi debatida a última campanha de recrutamento efectuada, a qual permitiu o alargamento do Partido neste distrito com a inscrição de 300 novos militantes.

A situação económica e social na região foi também tema em foco neste encontro distrital, registando-se apontamentos muito significativos, que confirmaram de novo a profunda ligação do PCP aos problemas, às realidades e às aspirações populares.

O levantamento do estado de preparação do trabalho para as próximas eleições autárquicas e dos preparativos eleitorais no quadro da APU mereceram, no início deste ano de 1985, ano de eleições para o Poder Local, uma atenção muito especial. Fez-se também o balanço ao mérito trabalho dos eleitos da APU, tendo sido definidas algumas orientações para a acção nas autarquias. Os quadros comunistas presentes foram unânimes na ne-

cessidade de reforçar toda a dinâmica unitária em torno da Aliança Povo Unido.

Das principais conclusões e decisões saídas deste encontro de quadros aqui deixamos em seguida um rápido apontamento.

- Confirmar a convocação para o próximo mês de Junho a 1.ª Assembleia de Organização Regional de Leiria do PCP.
- Continuar o reforço da Organização do Partido a todos os níveis, melhorando a estruturação e continuando a campanha de reforço das células de empresa, melhorando e fortalecendo as Comissões Concelhias e criando novas Comissões de Freguesia.

- Continuar o alargamento do Partido, colmatando as deficiências verificadas em alguns homens e mulheres mais prestigiadas, orientado para a Juventude, para as empresas mais importantes, para as Freguesias e para as classes e camadas sociais onde a influência do Partido é ainda reduzida.

- Reforçar o contacto regular com todos os camaradas e regularizar e actualizar o pagamento das quotizações.

- Concorrer em todos os órgãos autárquicos no Distrito.
- Ganhar, manter e alargar o

nosso espaço político, reforçando a nossa presença nos órgãos autárquicos, e dando atenção às novas Freguesias criadas.

- Promover uma ampla discussão no seio do Partido em todos os Concelhos e Freguesias, com vista ao arranque e à programação de todo o trabalho para Eleições Autárquicas.

- Definir urgentemente objectivos eleitorais, dando prioridade para os nossos esforços que tenham em conta os objectivos a atingir.

- Iniciar a preparação das listas, alargando ao máximo a unidade, ganhando mais independentes e mesmo homens honestos de outros partidos para as listas da APU.

- Reforçar, assim, a dinâmica unitária da Aliança Povo Unido.

- Lançar no quadro da APU um vasto conjunto de Encontros Concelhias e de outras iniciativas tendentes a inventariar os principais problemas e encontrar soluções que venham a ser incluídas nos futuros programas eleitorais.

- Criar desde já Comissões Eleitorais que garantam o controlo de execução na formação das listas e do planeamento do trabalho, funcionando em estreita coordenação com as Comissões Concelhias.

- Preparar um grande Encontro Distrital sobre o trabalho autárquico e as eleições.

- Reforçar a informação e toda a estrutura de propagação alargando o esclarecimento político, promovendo a publicação de Boletins e Folhas Informativas e novas, valorizando o trabalho dos eleitos, as iniciativas e propostas do PCP e da APU.

- Participar activamente na Jornada Nacional de Esclarecimento e Propaganda marcada para 8, 9 e 10 de Fevereiro.

- Fazer uma ampla divulgação das consequências, do corte de verbas e do arbóreo da sua distribuição às autarquias do Distrito, que comprometem juntamente com os cortes do OE nos campos da habitação, saúde e educação o progresso e o desenvolvimento do Distrito.

- Continuar a dar especial atenção à luta da classe operária, dos trabalhadores e do Povo no nosso Distrito contra a fome e miséria, os salários em atraso, o desemprego, o aumento indiscriminado e ilegal dos contratos a prazo, a repressão, com o aumento do custo de vida, por melhorias salariais, contra a discriminação salarial das mulheres trabalhadoras e da Juventude.

- Apoiar as iniciativas dos reformados e suas organizações contra as pensões e as reformas de miséria pelo seu caderno reivindicativo.

- Promover a denúncia e organizar o combate às graves consequências que a política económica e financeira do governo tem na economia regional com particular incidência nos sectores da Construção Civil, Plásticos, Vidreiros, Barro Vermelho, Produtos de Cimento e Pescas.

- Apoiar e dar especial atenção às lutas e reivindicações dos agricultores gravemente afectados pela política económica do governo, bem como às reclamações dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

- Preparar desde já e transformar o Dia 8 de Março numa importante jornada de luta contra a carestia. Organizar e transformar o dia 16 de Março um dia de luta do sector nacionalizado e das conquistas de Abril. Preparar o 25 de Abril e o 1.º de Maio em todo o Distrito, transformando-os em grandiosas jornadas de massas.

- Comemorar condignamente o 40.º Aniversário da II Guerra Mundial.

## Porto:

### campanha da imprensa do Partido



«Numa altura em que os principais meios de comunicação social são manipulados pelo Governo PS/PSD e por outras forças de direita, fazer chegar a imprensa do Partido às mãos dos trabalhadores é uma tarefa necessária e urgente».

Esta campanha visa aumentar significativamente, nas organizações do distrito do Porto, a difusão do «Avante!» e do «Militante» contrariando a actual situação em que várias organizações do nosso Partido não estão a dar a necessária atenção a esta importante frente de trabalho.



Assim, para planificar e dinamizar a campanha, reuniu recentemente a Comissão de Imprensa do Partido junto da DORP, tendo concluído estar já a campanha a avançar nas várias organizações, que estabelecem metas, reúnem os responsáveis e os difusores e tomam medidas de direcção e de sensibilização. Esta comissão decidiu a publicação de um boletim, a edição de um cartaz e a feitura de mapas emulatórios para organizações e difusores.

Nesta reunião constatou-se também que várias organizações têm já iniciativas marcadas, nomeadamente a Organização Local do Porto que montará semanalmente seis bancas em outros tantos pontos da cidade e a organização de Gondomar que tem previstas bancas no centro do concelho e em Elira. Foram ainda trocadas experiências de molde à campanha avançar nas melhores condições, tendo sido sugerido, «como importante factor de dinamização», reuniões amplas de difusores e debates sobre comunicação social e manipulação e sobre o papel da imprensa do Partido.

Nesta reunião constatou-se também que várias organizações têm já iniciativas marcadas, nomeadamente a Organização Local do Porto que montará semanalmente seis bancas em outros tantos pontos da cidade e a organização de Gondomar que tem previstas bancas no centro do concelho e em Elira. Foram ainda trocadas experiências de molde à campanha avançar nas melhores condições, tendo sido sugerido, «como importante factor de dinamização», reuniões amplas de difusores e debates sobre comunicação social e manipulação e sobre o papel da imprensa do Partido.

## Juventude



# 1.ª Assembleia de Debate reuniu sábado

Cerca de oitenta quadros de direcção da JCP e de quadros ligados ao movimento unitário estiveram reunidos no passado sábado em Lisboa para discutir a actividade da organização nas comemorações do Ano Internacional da Juventude. Outros objectivos da reunião foram os debates em torno do reforço da JCP e do desenvolvimento do movimento juvenil. Foi a primeira Assembleia de Debates da Juventude

Comunista Portuguesa, estrutura esta saída do recente Congresso.

Nesta primeira Assembleia — órgão consultivo — foi debatida a necessidade de um grande empenhamento da organização na jornada de divulgação das conclusões do 2.º Congresso, que se realiza esta semana, simultaneamente com a jornada de esclarecimento do PCP, a 8, 9 e 10.

Em debate estiveram tam-

bém as actividades da JCP e do movimento juvenil mais marcantes para 1985, nomeadamente a participação activa dos jovens nas actividades do ano que lhes é dedicado, no XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, na luta contra o desemprego, os contratos a prazo e a degradação do sistema de ensino, bem como nas comemorações do 24 e 28 de Março e nas eleições autárquicas.

A Assembleia — lê-se no comunicado final da reunião — pronunciou-se pela indissociável ligação entre a concretização destes importantes acontecimentos juvenis e a necessidade de inverter a política governativa que está a levar a uma situação de desastre nacional», tendo concluído que este objectivo só é alcançável «através do alargamento da luta e da unidade com base nas estruturas de intervenção

dos jovens na sociedade, na perspectiva da concretização de uma nova política para a juventude».

Outra importante conclusão desta Assembleia foi a de que, em 1985, a tarefa central dos jovens portugueses é tudo fazerem para que o Governo seja demitido e que esse objectivo é, não só possível, «como se torna claro para um número cada vez maior de jovens que a alternativa política

no quadro do regime democrático se aproxima».

Os jovens comunistas, depois de constatarem que o Ano Internacional da Juventude está a ser amplamente governamentalizado e que as propostas do Governo estão largamente distanciadas das actividades da juventude, salientaram a necessidade de se aumentar o grau da organização

juvenil, por forma a resolver os seus problemas.

### Primeira reunião

Este novo órgão da juventude foi criado no seu II Congresso e tem como objectivos — segundo o comunicado emitido no final da reunião — «o aprofundamento das suas conclusões, do significado político da

actividade dos jovens comunistas e a sua maior ligação ao movimento da juventude».

A Assembleia de Debates, que discutiu a forma de funcionamento e os temas de discussão em reuniões futuras, tem uma composição variável e será convocada sempre que a Direcção Nacional da JCP entenda que é necessário o aprofundamento da discussão.

## UNIVERSIDADES

# Problemas dos estudantes da Academia do Porto

A Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP, reunida no último dia do mês passado, concluiu que os resultados das eleições já realizadas para os órgãos de gestão e associações de estudantes na Academia do Porto pugnam pelo avanço das listas unitárias e alargamento da sua base de unidade, por um lado, e pelo recuo das listas partidárias da direita, que não só não conseguiram recuperar o terre-

no já perdido, como continuam a perder posições na Academia, por outro.

Ao analisar o funcionamento dos órgãos de gestão, a DOESP da JCP verificou que, devido à não apresentação de candidatura de docentes, alguns conselhos pedagógicos ainda não tomaram posse, o que inviabiliza a sua actividade.

Para este organismo da

JCP, «a paralisção dos órgãos de gestão trás grandes prejuízos aos estudantes e, ao mesmo tempo, dá força àqueles que querem destruir a gestão democrática nas Universidades». Daí que, ao convocar para o próximo dia 9 de Março um encontro de jovens comunistas pertencentes aos órgãos de gestão, apela a todos «os colegas que foram eleitos para estes órgãos para que denunciem esta situação e não abdi-

quem da sua posição, ou seja, para que actuem como membros efectivos dos conselhos pedagógicos, na tentativa de resolver os problemas dos estudantes que os elegeram».

A DOESP manifesta a sua preocupação pela situação a que estão a ser conduzidos muitos estudantes, bolseiros e não-bolseiros, devido à manutenção dos diminutos montantes de capitações e bolsas.

Ao denunciar a passividade da maioria das AEs do Porto face ao arrastamento do processo e ao desprezo pelos interesses estudantis revelado pelo ministro da Educação e pelo Governo, este organismo apela aos estudantes da Academia para que desenvolvam novas acções de protesto no sentido de obter rapidamente o aumento das bolsas.

Os jovens universitários comunistas solidarizaram-se com os estudantes do Instituto Superior de Serviços Sociais do Porto, em luta contra o pagamento das propinas e pela integração da escola no ensino superior oficial. Ainda relativamente a esta escola, a DOESP repudia a anulação da matrícula aos estudantes e apela a todos os membros da Academia para que promovam iniciativas de solidariedade para com estes seus colegas.

Finalmente, a DOESP da JCP «saúda os estudantes universitários do Porto pela realização do Ano Internacional da Juventude e apela a todas as estruturas para que promovam iniciativas comemorativas deste ano, nomeadamente iniciativas que abordem os problemas dos jovens universitários e que proponham medidas para os resolver».

# Novo regime não resolve problemas dos desempregados

O Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa tornou público, no próprio dia da entrada em vigor do documento, uma nota em que se insurge contra o seguro de desemprego e subsídio de desemprego, considerando que «as reivindicações juvenis de atribuição de subsídio a todos os desempregados, e nomeadamente aos jovens à procura do primeiro emprego, continuam na ordem do dia».

De facto, para a JCP, apesar de o decreto melhorar um pouco a situação que lhe era anterior e de ter sido objecto de uma grande campanha de propagação demagógica nos órgãos de informação, os problemas dos desempregados não vão ser resolvidos.

O que se passa é que com

este novo regime, que entrou em vigor no passado dia 1, «apenas um número bastante restrito de desempregados terá direito ao subsídio e ao seguro», uma vez que só aqueles que são atingidos para o desemprego desde essa data por ele são abrangidos, ficando de fora os mais de 600 mil desempregados actualmente existentes.

A JCP que «tudo fará para esclarecer os jovens do conteúdo do actual Decreto-Lei e para denunciar a demagogia governamental lembra que todos os que tenham trabalhado menos de três anos consecutivos (no caso de seguro) ou de seis meses (no que concerne ao subsídio) não são abrangidos pelo diploma, ficando assim marginalizados a quase to-

talidade dos contratados a prazo. Marginalizados continuam também a ser os jovens à procura do primeiro emprego.

Assim, afirma o Executivo da Direcção Nacional dos jovens comunistas, «com mais esta medida, o Governo PS/PSD mostra claramente o que entende por comemorar o Ano Internacional da Juventude».

Por isso, a JCP, ao mesmo tempo que reafirma «como fundamental a luta em defesa dos postos de trabalho e pela criação de novos empregos que absorvam progressivamente o desemprego, apela a todos os jovens para que, através das mais variadas formas de protesto e reivindicação, intensifiquem a luta contra o desemprego e pelo direito ao trabalho».

# Movimento estudantil na Beira Interior

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) da JCP reuniu-se recentemente para analisar a situação política, o movimento juvenil e o esforço de aplicação das decisões do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa.

No final da reunião, o plenário apela a todos os jovens da região para que participem das mais diversas formas na vá-

rias acções de luta pela demissão do Governo PS/PSD.

Os jovens comunistas destacaram as recentes lutas do ensino secundário na região, nomeadamente a «recepção» ao ministro Seabra convocada por todas as Associações de Estudantes da Covilhã e as greves estudantis no anexo da escola Afonso Albuquerque e na escola preparatória da Guarda, as quais registaram valores de adesão de 100 por cento no

primeiro caso e de muito perto disso no segundo. O plenário saudou também a lista unitária que venceu as eleições para a Associação de Trabalhadores-Estudantes na escola Campos Melo.

Finalmente, a DORBI da JCP manifestou uma vez mais repúdio pela transferência de competências para as autarquias sem os correspondentes meios financeiros.

# Lisboa: «Os estudantes estão empenhados na real resolução dos seus problemas»

O Organismo de Direcção do Comité Local de Lisboa da JCP, reunido recentemente, considerou os resultados para as eleições das associações estudantis no ensino secundário da cidade «como sendo muito positivos e como sendo a confirmação de que os estudantes estão empenhados na real resolução dos seus problemas, através do apoio expresso às listas unitárias e independentes e às suas propostas, numa via de verdadeira gestão democrática nas AEs e na vida escolar em geral».

Ainda abordando o problema

do ensino, este organismo da JCP afirma que o desastre ocorrido na escola do Cartaxo e os sucessivos acidentes frente à escola de Telheiras demonstram a incompetência e a despreocupação do Ministério da Educação, que «permite que existam situações como estas, de perigo iminente, por todo o País».

Depois de constatar o agravamento do «verdadeiro atentado» ao regime democrático que é a política deste Governo, e que «diariamente aumenta a disponibilidade e a participação dos jovens na luta do povo

português», o Organismo de Direcção do CLL da JCP analisou as medidas governamentais de comemoração do Ano Internacional da Juventude, considerando-as superficiais e demagógicas, e reafirmou o seu apoio integral à proposta apresentada pela APU na Câmara Municipal de Lisboa.

Sobre este último ponto, os participantes na reunião salientam que a aprovação ou rejeição desta proposta «demonstrará aos moradores da cidade quem está efectivamente interessado na resolução dos problemas ou quem se limita a

«levantar poeira» para nos tapar os olhos».

Para a concretização dos objectivos do AIJ, concluíram, é necessário «o reforço da unidade juvenil, em torno de objectivos concretos e da resolução dos seus problemas».

Nesta reunião foi também abordada aquela que é, afinal, a maior realização internacional juvenil no ano que lhe é dedicado, o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes que se realiza em Moscovo, tendo-se apelado para que os jovens se integrem na preparação desta importante

iniciativa, subordinada ao lema «pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade».

Finalmente, o Organismo de Direcção da CLL da Juventude Comunista Portuguesa elaborou o seu plano de trabalho para 1985, tendo como base da sua apreciação a mobilização dos jovens e a canalização de esforços para a resolução dos problemas da juventude, decidindo ainda empenhar-se profundamente na campanha nacional de divulgação das conclusões do 2.º Congresso, particularmente das 25 propostas de política alternativa.

# Degradação das instalações escolares é geral

## ● JCP exige vistoria às escolas algarvias

«O recente e mortífero acidente na Escola Secundária do Cartaxo veio evidenciar as situações de insegurança e o perigo de ocorrência de acidentes nas nossas escolas, consequência da inexistência de regulares vistorias às condições das instalações, e ao estado de degradação das mesmas».

A afirmação pertence à Di-

recção da Organização Regional do Algarve da JCP que exige a realização de uma inspecção à rede escolar algarvia, de forma a conhecer-se a situação real e a poder-se prevenir a ocorrência de outros sinistros.

Para este organismo da Juventude Comunista Portuguesa, se não forem tomadas tais medidas, «a responsabilidade

de futuros acidentes cabe única e exclusivamente ao Ministério da Educação».

De facto, sublinham os jovens comunistas, este Ministério tem conhecimento da degradação das instalações da rede escolar algarvia. Por isso, salienta, sabe serem urgentes vistorias regulares às escolas da região, por forma a prevenir-se novos acidentes.

# nte quadros

- Preparar um grande Encontro Distrital sobre o trabalho autárquico e as eleições.
- Reforçar a informação e toda a estrutura de propagação alargando o esclarecimento político, promovendo a publicação de Boletins e Folhas Informativas, valorizando politicamente o trabalho dos eleitos, as iniciativas e propostas do PCP e da APU.
- Participar activamente na Jornada Nacional de Esclarecimento e Propaganda marcada para 8, 9 e 10 de Fevereiro.
- Fazer uma ampla divulgação das consequências, do corte de verbas e do arbítrio da sua distribuição às autarquias do Distrito, que comprometem juntamente com os cortes do OE nos campos da habitação, saúde e educação o progresso e o desenvolvimento do Distrito.
- Continuar a dar especial atenção à luta da classe operária, dos trabalhadores e do Povo no nosso Distrito contra a fome e miséria, os salários em atraso, o desemprego, o aumento indiscriminado e ilegal dos contratos a prazo, a repressão, com o aumento do custo de vida, por melhorias salariais, contra a discriminação salarial das mulheres trabalhadoras e da Juventude.
- Apoiar as iniciativas dos reformados e suas organizações contra as pensões e as reformas de miséria pelo seu carácter reivindicativo.
- Promover a denúncia e organizar o combate às graves consequências que a política económica e financeira do governo tem na economia regional com particular incidência nos sectores da Construção Civil, Plásticos, Vidreiros, Barro Vermelho, Produtos de Cimento e Pescas.
- Apoiar e dar especial atenção às lutas e reivindicações dos agricultores gravemente afectados pela política económica do governo, bem como às reclamações dos pequenos e médios comerciantes e industriais.
- Preparar desde já e transformar o Dia 8 de Março numa importante jornada de luta contra a carestia. Organizar e transformar o dia 16 de Março um dia de luta do sector nacionalizado e das conquistas de Abril. Preparar o 25 de Abril e o 1.º de Maio em todo o Distrito, transformando-os em grandiosas jornadas de massas.
- Comemorar condignamente o 40.º Aniversário da II Guerra Mundial.

## Porto: campanha da imprensa do Partido

«Numa altura em que os principais meios de comunicação social são manipulados pelo Governo PS/PSD e por outras forças de direita, fazer chegar a imprensa do Partido às mãos dos trabalhadores é uma tarefa necessária e urgente».



te», por isso decorre até 31 de Maio a campanha de difusão de imprensa do Partido decidida pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP. Esta campanha visa aumentar significativamente, nas organizações do distrito do Porto, a difusão do «Avante!» e do «Militante» contrariando a actual situação em que várias organizações do nosso Partido não estão a dar a necessária atenção a esta importante frente de trabalho.

Assim, para planificar e dinamizar a campanha, reuniu recentemente a Comissão de Imprensa do Partido junto da DORP, tendo concluído estar já a campanha a avançar nas várias organizações, que estabelecem metas, reúnem os responsáveis e os difusores e tomam medidas de direcção e de sensibilização. Esta comissão decidiu a publicação de um boletim, a edição de um cartaz e a feitura de mapas emulatórios para organizações e difusores.

Nesta reunião constatou-se também que várias organizações têm já iniciativas marcadas, nomeadamente a Organização Local do Porto que montará semanalmente seis bancas em outros tantos pontos da cidade e a organização de Gondomar que tem previstas bancas no centro do concelho e em Eflora. Foram ainda trocadas experiências de molde à campanha avançar nas melhores condições, tendo sido sugerido, «como importante factor de dinamização», reuniões amplas de difusores e debates sobre comunicação social e manipulação e sobre o papel da imprensa do Partido.

# ebate reuniu sábado

A Assembleia — lê-se no comunicado final da reunião — «pronunciou-se pela indissociável ligação entre a concretização destes importantes acontecimentos juvenis e a necessidade de inverter a política governativa que está a levar a uma situação de desastre nacional», tendo concluído que este objectivo só é alcançável «através do alargamento da luta e da unidade com base nas estruturas de intervenção

dos jovens na sociedade, na perspectiva da concretização de uma nova política para a juventude».

Outra importante conclusão desta Assembleia foi a de que, em 1985, a tarefa central dos jovens portugueses é tudo fazerem para que o Governo seja demitido e que esse objectivo é, não só possível, «como se torna claro para um número cada vez maior de jovens que a alternativa política

no quadro do regime democrático se aproxima».

Os jovens comunistas, depois de constatarem que o Ano Internacional da Juventude está a ser amplamente governamentalizado e que as propostas do Governo estão largamente distanciadas das actividades da juventude, salientaram a necessidade de se aumentar o grau da organização

juvenil, por forma a resolver os seus problemas.

### Primeira reunião

Este novo órgão da juventude foi criado no seu II Congresso e tem como objectivos — segundo o comunicado emitido no final da reunião — «o aprofundamento das suas conclusões, do significado político da

actividade dos jovens comunistas e a sua maior ligação ao movimento da juventude».

A Assembleia de Debates, que discutiu a forma de funcionamento e os temas de discussão em reuniões futuras, tem uma composição variável e será convocada sempre que a Direcção Nacional da JCP entender que é necessário o aprofundamento da discussão.

## Novo regime não resolve problemas dos desempregados

O Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa tornou público, no próprio dia da entrada em vigor do documento, uma nota em que se insurge contra o seguro de desemprego e subsídio de desemprego, considerando que «as reivindicações juvenis de atribuição de subsídio a todos os desempregados, e nomeadamente aos jovens à procura do primeiro emprego, continuam na ordem do dia».

De facto, para a JCP, apesar de o decreto melhorar um pouco a situação que lhe era anterior e de ter sido objecto de uma grande campanha de propaganda demagógica nos órgãos de informação, os problemas dos desempregados não vão ser resolvidos.

O que se passa é que com

este novo regime, que entrou em vigor no passado dia 1, «apenas um número bastante restrito de desempregados terá direito ao subsídio e ao seguro», uma vez que só aqueles que são atirados para o desemprego desde essa data por ele são abrangidos, ficando de fora os mais de 600 mil desempregados actualmente existentes.

A JCP que «tudo fará para esclarecer os jovens do conteúdo do actual Decreto-Lei e para denunciar a demagogia governamental lembra que todos os que tenham trabalhado menos de três anos consecutivos (no caso de seguro) ou de seis meses (no que concerne ao subsídio) não são abrangidos pelo diploma, ficando assim marginalizados a quase to-

talidade dos contratados a prazo. Marginalizados continuam também a ser os jovens à procura do primeiro emprego.

Assim, afirma o Executivo da Direcção Nacional dos jovens comunistas, «com mais esta medida, o Governo PS/PSD mostra claramente o que entende por comemorar o Ano Internacional da Juventude».

Por isso, a JCP, ao mesmo tempo que reafirma «como fundamental a luta em defesa dos postos de trabalho e pela criação de novos empregos que absorvam progressivamente o desemprego, apela a todos os jovens para que, através das mais variadas formas de protesto e reivindicação, intensifiquem a luta contra o desemprego e pelo direito ao trabalho».

## Movimento estudantil na Beira Interior

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) da JCP reuniu-se recentemente para analisar a situação política, o movimento juvenil e o esforço de aplicação das decisões do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa.

No final da reunião, o plenário apelou a todos os jovens da região para que participem das mais diversas formas nas vá-

rias acções de luta pela demissão do Governo PS/PSD.

Os jovens comunistas destacaram as recentes lutas do ensino secundário na região, nomeadamente a «recepção» ao ministro Seabra convocada por todas as Associações de Estudantes da Covilhã e as greves estudantis no anexo da escola Afonso Albuquerque e na escola preparatória da Guarda, as quais registaram valores de adesão de 100 por cento no

primeiro caso e de muito perto disso no segundo. O plenário saudou também a lista unitária que venceu as eleições para a Associação de Trabalhadores-Estudantes na escola Campos Melo.

Finalmente, a DORBI da JCP manifestou uma vez mais repúdio pela transferência de competências para as autarquias sem os correspondentes meios financeiros.

## Degradação das instalações escolares é geral

### ● JCP exige vistoria às escolas algarvias

«O recente e mortífero acidente na Escola Secundária do Cartaxo veio evidenciar as situações de insegurança e o perigo de ocorrência de acidentes nas nossas escolas, consequência da inexistência de regulares vistorias às condições das instalações, e ao estado de degradação das mesmas».

A afirmação pertence à Di-

recção da Organização Regional do Algarve da JCP que exige a realização de uma inspecção à rede escolar algarvia, de forma a conhecer-se a sua situação real e a poder-se prevenir a ocorrência de outros sinistros.

Para este organismo da Juventude Comunista Portuguesa, se não forem tomadas tais medidas, «a responsabilidade

de futuros acidentes cabe única e exclusivamente ao Ministério da Educação».

De facto, sublinham os jovens comunistas, este Ministério tem conhecimento da degradação das instalações da rede escolar algarvia. Por isso, salienta, sabe serem urgentes vistorias regulares às escolas da região, por forma a prevenir-se novos acidentes.

# Um fim-de-semana de esclarecimento!

Para os militantes comunistas o fim-de-semana que se avizinha será dedicado ao esclarecimento, num trabalho político de grande significado, em contacto directo com as massas.

● **A quem se dirige essa jornada nacional?** Ao povo português, aos trabalhadores, à grande maioria dos portugueses.

● **O que há de «especial» para comunicar a tanta gente?** Aquilo que a maior parte dos órgãos de Comunicação Social, a começar pela TV, tenta todos os dias esconder e deturpar. Há que mostrar todos os efeitos da política ruinosa do PS/PSD empregados no Governo dirigido por Soares e Mota Pinto. Não apenas os efeitos que todos sentimos em nossas casas, nos nossos bolsos, na mercearia. Também os efeitos e as consequências desastrosas no plano nacional. Consequências que se agravam do ponto de vista económico, social e cultural. Consequências que tocam também a própria democracia e a liberdade dos portugueses.

Há que mostrar tudo isso. E mais alguma coisa. Aquilo que a Comunicação Social abafa e deturpa no dia-a-dia. As opiniões, as propostas e as alternativas avançadas pelo PCP para a resolução dos graves problemas do povo e do País. A crise não é uma fatalidade. É possível sair dela. Com o PCP, partido dos trabalhadores. Com o entusiasmo e a participação viva de quem produz. De quem quer construir um futuro digno, à altura do espírito de Abril. Amanhã, sábado e domingo os militantes comunistas vão levar este esclarecimento, esta mensagem a todo o lado, explicando desde logo (e demonstrando) que quanto mais tempo durar esta política de ruína nacional mais difícil será depois a recuperação do País.

Conscientes da importância que a batalha do esclarecimento desempenha no âmbito da actividade do Partido, conscientes das necessida-

des de esclarecimento de massas que a luta democrática impõe, conscientes do esforço que é necessário desenvolver para contrapor a verdade e o esclarecimento à mentira, à calúnia e à discriminação com que o Partido e as suas posições são frequentemente tratados na maioria da informação — controlada e manipulada pelo Governo —, conscientes de tudo isto, os militantes comunistas e as suas organizações preparam para este fim-de-semana um trabalho intenso que incluirá o recurso a diferentes meios de contacto e informação das pessoas.

Além das sessões de esclarecimento programadas e onde participarão dirigentes nacionais, regionais e locais do Partido — destacando-se desde já o comício com Álvaro Cunhal amanhã à noite em Lisboa —, um pouco por todo o lado estão previstos os «porta-a-porta», as bancas, os carros de som, a distribuição de documentos informativos nas ruas de maior movimento, nos mercados, praças e feiras, nas paragens e estações dos transportes, nos campos desportivos, à porta das salas de espectáculos, nas empresas e outros locais de trabalho, e ainda a afixação de panos e faixas, colagens e outras iniciativas.

A somar a tudo isto teremos ainda as sessões de encerramento das Assembleias das Organizações do Partido, marcadas para o próximo fim-de-semana, sessões essas abertas ao público e onde dirigentes do PCP terão também oportunidade de expor a análise que o Partido faz da situação política e as suas propostas para a solução dos graves problemas nacionais.

A jornada de esclarecimento será, estamos certos, mais um êxito da acção do Partido. Por nós falamos, uma vez que chegaram aqui à nossa Redacção as notícias da programação nas várias Organizações Regionais...

## Algumas das muitas sessões previstas

Nem só de sessões de esclarecimento «viverá» a jornada nacional marcada para este fim-de-semana. A distribuição de documentos informativos, mão a mão, será, por exemplo, um dos meios mais usados.

A título de exemplo aqui deixamos, contudo, a informação de algumas sessões públicas do PCP previstas para a jornada nacional de esclarecimento. São só exemplos.

### Distrito de Lisboa

Lisboa: comício com Álvaro Cunhal amanhã à noite no pavilhão dos Desportos.

### Distrito de Santarém

- Santa Justa: com Vitor Fernandes (dia 8).
- Fornos Lagoiços: com Armando Rodrigues (dia 8).
- Casal da Charneca: com Eugénio Pisco (dia 9).
- Vale de Figueira: com Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP (dia 9).
- E ainda: dia 8 — Alcanena e Santa Margarida.

### Distrito do Porto

- Matosinhos: às 21 e 30 do dia 8 na Escola de Santa Cruz do Bispo.
- Porto: no Pavilhão do Centro de Trabalho de Aníbal Cunha, dia 9, às 15 e 30.
- Águas Santas: na Comissão de Moradores de Pedrouços, dia 9, às 21 e 30.

### Distrito da Guarda

Almendra: dia 9, com José Soeiro, membro da CP do CC do PCP.

### Distrito de C. Branco

Tortosendo: amanhã (dia 8), com José Paulo Gasção, membro da DORBI.



Vila Velha de Ródão: na freguesia do Fratel, com Armando Moraes, membro do CC do PCP.

Covilhã: na Escola Central, 21 horas, com José Soeiro, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Porto do Tejo: dia 9, com Armando Moraes, membro do CC do PCP.

Malpica do Tejo: dia 10, às 20 horas, com José Soeiro, membro da CP do CC do PCP.

### Distrito de Setúbal

Laranjeiro: no CT do Partido, amanhã (dia 8), com José Pedro Soares, do CC.

## PCP analisa a situação no concelho da Moita

Reunida recentemente, a Comissão Concelhia da Moita do PCP concluiu que «1984 foi um ano negro para os trabalhadores e para a população do concelho, como o foi para todos os trabalhadores e para o Povo português».

De facto, naquela região, «por sabotagem do patrão e irresponsabilidade do Governo, consumou-se o martírio dos trabalhadores da Socorex, que assistiram ao leilão em hasta pública da empresa onde trabalharam dezenas de anos». Também naquele concelho foi encerrada a empresa corticeira Goral, a Ibéria iniciou o ano com salários em atraso, na Gefa são vinte e cinco os trabalhadores com processos de despedimento, na Norobra a esmagadora maioria dos traba-

lhadores não recebe salários e apertou-se o garrote financeiro a uma série de pequenas e médias empresas corticeiras.

A todas estas arbitrariedades têm ainda que se juntar os recentes aumentos de bens e serviços sociais que muito agravam a situação dos trabalhadores e da população em geral.

Por outro lado, a Comissão concelhia da Moita constatou que «no concelho, como em todo o País, o descontentamento é generalizado, como o demonstra a intensificação das lutas que envolvem cada vez mais trabalhadores e sectores da população».

Em contraste com a situação social no concelho está o trabalho das autarquias APU, que este organismo do PCP

conclui ter «alcançado resultados tão significativos que nenhuma campanha propagandística e desinformadora consegue ofuscar».

Na sua última reunião, a Comissão concelhia da Moita analisou o trabalho partidário do ano transacto e traçou as perspectivas e os objectivos para 1985.

No seu balanço de trabalho ficou a certeza de que o resultado foi positivo, os objectivos definidos justos e no fundamento alcançados. Reforçou-se a organização e alargou-se a influência do Partido.

Este organismo do PCP, que saudou os novos militantes, também aprovou as principais linhas de orientação para o trabalho de 1985.

## Camaradas falecidos

### Fernando Madeira

Vítima de grave doença, faleceu no passado dia 23 de Janeiro o camarada Fernando Madeira, trabalhador do Banco Pinto e Sotto Mayor. Integrou a Comissão Sindical da delegação que em 1975 participou no processo de nacionalização da Banca.

Militante activo e dedicado, era membro do secretariado da célula do Partido do BPSM.

### Carlos Alberto Gonçalves

Com apenas 27 anos, faleceu recentemente o nosso ca-

marada Carlos Alberto Fernandes Gonçalves, comerciante, das Arrozeiras, Moita.

Aos familiares, companheiros e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Terra

# Sindicatos agrícolas do Sul desmontam demagogia do Governo

- Projectos oficiais nada resolvem
- Sabotagem e crimes dos agrários continuam impunes

A demagógica campanha orquestrada pelo Governo PS/PSD nos últimos dias com a devida cobertura dos órgãos de comunicação por si controlados, tendo como pretexto a lei seguro de desemprego, os projectos profissionais de aprendizagem e o salário real dos trabalhadores e o custo de vida, acaba de ser desmontada pela Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul através de um comunicado dirigido aos trabalhadores e à população, no qual se afirma que o que acontece, sim, é o prosseguimento da «política de fome e miséria, com a tentativa de liquidar a Reforma Agrária, ignorando as enormes e positivas potencialidades das UCP's/Cooperativas para a transformação democrática da nossa agricultura».

Começando por desmascarar aquilo que classifica de «descarada e vergonhosa demagogia» aquela estrutura representativa dos trabalhadores da agricultura começa por lembrar que só nos três distritos do Alentejo existem cerca de 500 herdades abandonadas e subaproveitadas, ocupando uma área superior a 200 mil hectares (150 dessas herdades possuem barragens e charcos desaproveitados há vários anos), dezenas de olivais e pomares têm sido devastados e arrancados, milhares de quilos de azeitona ficam por apanhar todos os anos.

E perante este quadro onde pontificam a sabotagem e a cri-

minalidade que tem feito o Governo? Onde estão as medidas e a resposta por parte das autoridades às dezenas de casos denunciados pelos sindicatos com vista a pôr cobro aos atentados à economia, a pôr fim ao desemprego na agricultura?

## Encher os bolsos ao patronato

Conforme salienta o comunicado, nada de concreto e positivo até hoje foi feito, insistindo o Executivo em fazer orelhas moucas às reclamações da Reforma Agrária e em responder com a mentira e a calúnia

às denúncias dos trabalhadores.

A atestá-lo está, por exemplo, o tão apregoado projecto-piloto de combate ao desemprego que o Governo liderado por Mário Soares utilizou há cerca de um ano como uma manobra para iludir a opinião pública mas que, no fim de contas, como na altura denunciaram os trabalhadores e os seus sindicatos, apenas serviu para entregar ao patronato do Alentejo mais de 800 mil contos.

Situação idêntica se passa agora com o tão apregoado seguro de desemprego. Se não, veja-se: Inicialmente, com o decreto lei n.º 138/77, para se ter direito ao subsídio eram precisos 78 dias de trabalho antes do despedimento, estar abrangido pelo regime geral ou ser sócio efectivo da Casa do Povo.

Depois, sob o pretexto de melhorar a lei, apareceu o decreto-lei n.º 297/83 que estipulava 180 dias de trabalho nos últimos 360 (ou seja, passava de 78 para 180 dias de trabalho) para que o trabalhador pudesse recorrer ao subsídio.

Agora, com o decreto lei n.º

20/85, para que o trabalhador possa beneficiar do seguro de desemprego são precisos 36 meses de trabalho a tempo inteiro ou parcial e sejam beneficiários do regime geral da Segurança Social.

Ora, sabendo o Governo que milhares de trabalhadores não conseguem três meses de trabalho consecutivos, vir exigir 36 é no mínimo vergonhoso, impede que a maioria dos trabalhadores tenham acesso ao subsídio e só poderá significar, como salienta a Federação, que este Governo está completamente de «costas viradas para o povo».

Refira-se ainda que no capítulo II da mesma lei é instituído um esquema de seguro social de desemprego que estipula que o requerente deve ter 180 dias de trabalho nos últimos 360; contudo o trabalhador só poderá requerer novo subsídio quando forem decorridos 360 dias sobre a cessação do anterior, tendo ainda que trabalhar alguns dias nos últimos 90. Por outras palavras, isto quer dizer, na prática, que esta lei pretende que milhares de trabalhadores deixem de receber de facto o subsídio.

## Governo mente

Obviamente que em face disto não se pode falar de evasão no combate a este flagelo; em preocupação pela situação dos trabalhadores no desemprego ou qualquer outra lenga-lenga. Tal como os trabalhadores afirmam tudo isto não passa de refinadas mentiras, em tudo semelhantes, por exemplo, aos chamados projectos profissionais de aprendizagem.

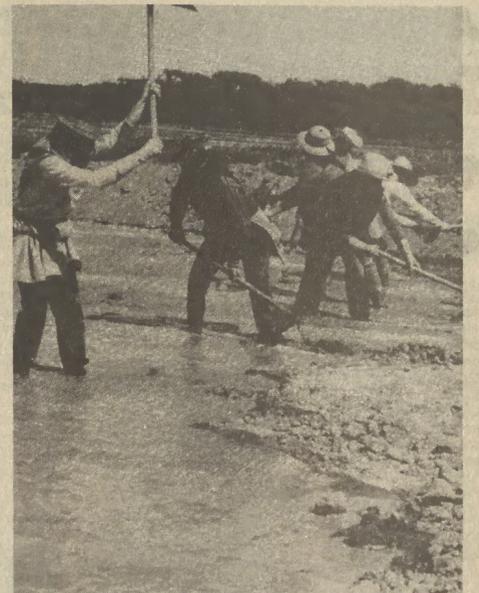
A este propósito, lembra o comunicado da Federação o caso do centro de formação profissional de Évora que acaba de anunciar, com o acordo da UGT, um «dito projecto de aprendizagem juvenil, fora do quadro real em que vivemos, assente na discriminação e violação de direitos já conseguidos pelos trabalhadores e seus sindicatos de classe».

Segundo o referido projecto os jovens irão receber uma chamada bolsa de formação, a qual no primeiro ano representa 30 por cento do salário mínimo nacional para o sector; no segundo ano, 40 por cento; no terceiro, 50 por cento; e no quarto 60 por cento.

Deste modo pode perguntar-se, como o fazem os trabalhadores, onde é que está o respeito pelo CCT em vigor? Onde está o princípio de a trabalhar igual salário igual? Com que direitos ou poderes estão os serviços de formação profissional, ladeados de «meia dúzia de fantoches da UGT, autorizados a fazer projectos para violar a legislação em vigor?»

Mas há mais. Com este projecto, o Governo tem em mira a entrega de mais uns milhares de contos ao patronato. Com efeito, o patronato recebe dos cofres públicos, no primeiro ano, a totalidade do dinheiro dispendido; recebendo no segundo ano, 70 por cento; no terceiro, 50 por cento; e no quarto, 25 por cento. Traduzindo por linguagem mais clara isto significa que o patronato não paga quaisquer encargos sociais, fica com o trabalho pronto sem dispendir um centavo, retira todos os lucros e ainda recebe dinheiro do Estado.

A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul não deixa por último, nesta sua tomada de posição pública, de alertar para a falsidade das declarações dos membros do Governo so-



Insistindo numa política de ataque sistemático à Reforma Agrária o Governo PS/PSD gera a fome e a miséria, ignora as enormes potencialidades das UCP's/Cooperativas Agrícolas democraticamente geridas pelos trabalhadores e o seu indispensável contributo para o desenvolvimento agrícola nos campos do Alentejo e Ribatejo.

bre a questão dos salários reais e do custo de vida.

Recorda aquela estrutura que o custo de vida subiu 30 por cento em 1984, os trabalhadores perderam 11 por cento do seu salário real em 1983 e cerca de 40 por cento desde 1976. Deste modo nenhuma garantia existe de que o Governo impeça, como afirma, que o custo de vida não vá, no

ano em curso, além dos 22 por cento.

Razões de sobra, pois, como única forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores e defender o regime democrático, para o apelo no sentido de intensificar a luta «pelo derrube do Governo Soares/Mota Pinto e pela formação de um novo governo com uma política democrática».

## Encontro de jovens agrícolas em Beja

# Empenho na resolução dos problemas e na defesa do 25 de Abril

## ● Condenada política do Governo

Com a presença de centena e meia de jovens eleitos em plenários nas freguesias e lugares do distrito de Beja, realizou-se no último domingo, no Salão dos Bombeiros Voluntários daquela cidade, o 1.º Encontro de Jovens Operários Agrícolas.

Subordinado ao lema «Construir o Futuro, com a força da juventude, no caminho de Abril», o Encontro analisou os problemas mais candentes que afligem os jovens daquele distrito, nomeadamente as perspectivas de futuro perante a actual situação, o desemprego, o direito ao trabalho e à formação profissional, as consequências que derivam da ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária, a luta pela paz e a independência nacional, as questões ligadas à cultura e ao desporto, a organização sindical.

Registando uma grande vivacidade, quer pela quantidade quer pelo nível das intervenções (ficou patente um profundo conhecimento dos problemas em debate), os trabalhos deste primeiro Encontro revelaram-se de uma grande importância para os jovens, importância tanto maior quanto é sabido a difícil e grave situação em que estes se encontram.

Na opinião dos participantes esta situação é devida à política de recuperação capitalista praticada pelos sucessivos governos de direita desde 1976, particularmente agravada pelo actual, dirigido por Mário Soares, pelo que é necessário urdir uma política e um governo que respeite e prossiga os ideais de Abril e que governe na base do desenvolvimento e na perspectiva de construir um futuro melhor para todos.

## Política ruinosa

Ao analisar a orientação que tem vindo a ser seguida pelo actual Executivo, o Encontro concluiu ainda que — segundo o projecto de conclusões aprovado no final dos trabalhos — é necessário pôr cobro à sua acção destruidora e ruinosa, para o povo e o País, pelo que é necessário «uma nova política e um novo governo» que respeite o 25 de Abril e «os direitos da juventude». Nesse sentido os jovens presentes no passado domingo em Beja exortam todos os jovens do distrito para que participem em todas as acções de massas que venham a realizar-se com «este objectivo prioritário».

Detendo-se no problema do desemprego, flagelo que atinge mais de dez mil trabalhadores do distrito de Beja dos quais

25 por cento são jovens, o Encontro responsabilizou a ofensiva de sucessivos governos contra a Reforma Agrária e a ausência de uma política de desenvolvimento da região, considerando que «só por falta de vontade política dos governantes ou por má fé é que o problema continua por resolver».

Enumerando algumas vias que poderão rapidamente solucionar o problema do desemprego, o Encontro apontou a entrega aos trabalhadores desempregados e aos pequenos e médios agricultores das terras que estão abandonadas ou subaproveitadas e que os agrários continuam a não querer semear, e, por outro lado, o descongelamento do projecto do Alqueva, o qual permitirá criar só por si 25 mil postos de trabalho directos.

## Exploração dos agrários

Quanto ao «direito ao trabalho» os jovens operários presentes em Beja consideram que «só com o trabalho se desenvolve e enriquece uma sociedade», o que não é manifestamente a situação presente dado que temos «um governo que não se preocupa em criar postos de trabalho», antes pelo contrário, «todos os dias os destrói».

tendo-se ainda comprometido, quanto ao local da feira, a dar uma resposta até ao próximo sábado, dia 9, muito embora tenha garantido desde logo que «os agricultores não ficarão sem a sua feira».

Entretanto, para fazer o ponto à situação e analisar a resposta do responsável camarário e decidir das medidas a tomar, está marcado para sábado, às 20 horas, em Casais do Campo, um plenário concelhio de agricultores.



Daí que, na opinião dos delegados, este Governo não «tenha lugar no Portugal que queremos, e o 25 de Abril abriu», e que, por isso, seja necessário continuar a luta «pelo fim da exploração da juventude, pelo respeito dos seus direitos, pelo fim dos contratos a prazo».

No domínio da formação profissional o Encontro concluiu que para o desenvolvimento da agricultura é necessário mão-de-obra especializada, só possível de obter com uma formação honesta que tenha em conta os direitos dos jovens consignados contratualmente.

Ainda sobre esta matéria o Encontro repudiou o novo decreto-lei sobre formação profissional o qual não é mais, segundo a opinião dos delegados, do que «um instrumento para os agrários continuarem a explorar» o trabalho juvenil.

## Respeitar a Reforma Agrária

No que diz respeito à Reforma Agrária os jovens operários agrícolas exprimiram a ideia de que só com esta nova e avançada forma de exploração da terra é possível desenvolver a

agricultura e criar mais postos de trabalho.

Nesta medida exigiram o respeito pela Reforma Agrária, a reposição da legalidade democrática nos campos do Alentejo e Ribatejo, o fim da ofensiva e a devolução de todas as terras, gados e máquinas ilegalmente roubados aos trabalhadores.

Depois de analisar algumas questões respeitantes à organização sindical, à paz e à independência nacional, o documento de conclusões aprovado pelos jovens delegados detém-se em algumas considerações sobre o 25 de Abril. Sublinham os participantes, designadamente, que «só com o 25 de Abril é possível encontrar saídas para a grave situação que o País atravessa», realçando ainda, por outro lado, a sua firme vontade «de lutar por Abril, contra aqueles que o querem destruir».

No decorrer dos trabalhos, os delegados aprovaram também duas moções, uma contra o desemprego e outra repudiando os atentados bombistas; e ainda duas saudações, uma, ao XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a realizar este ano em Moscovo, e outra ao Ano Internacional da Juventude.

mente no Zambujal com o fim de analisar as consequências que advêm da proibição de venda do queijo e as medidas a tomar para ultrapassar rapidamente o problema.

No decorrer do plenário os agricultores manifestaram a sua apreensão pela situação presente que os tem vindo a prejudicar seriamente perante a passividade dos organismos oficiais que até à data nenhuma medida tomaram no sentido da sua efectiva resolução.

De acordo com uma proposta aprovada pelos participantes no plenário foi decidido lançar um abaixo-assinado a entregar às entidades oficiais: solicitar uma vistoria sanitária ao gado de modo a comprovar-se se existe ou não brucelose na região; exigir a continuação do fabrico de queijo fresco e a sua venda livre, caso não sejam detectados casos de doença e, para os casos eventualmente existentes, a respectiva indemnização.

Na altura os agricultores presentes decidiram ainda

# 9.ª Conferência Junho, em Évora

## ● Preparação já começou nos campos da Reforma Agrária

Com a sua realização anunciada para os dias 1 e 2 de Junho, em Évora, a 9.ª Conferência da Reforma Agrária propõe-se dar um «significativo contributo para a elaboração de uma nova política que vise desenvolver e modernizar a agricultura portuguesa, numa perspectiva democrática, constitucional e nacional». Quem o afirma é a Comissão Organizadora da Conferência que para o efeito já iniciou o trabalho preparatório, o qual, numa primeira fase, consistirá no preenchimento de algumas centenas de inquéritos às UCP's/Cooperativas, documentos esses que por sua vez irão permitir uma avaliação fiel e rigorosa da situação actual que se vive nos campos da Reforma Agrária.

No entender dos seus promotores — uma estrutura que integra os Secretariados das UCP's/Cooperativas, Federações e Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, ligas e associações de pequenos e médios agricultores e ainda a CRARA (Associação de Apoio à Reforma Agrária) — a realização da 9.ª Conferência reveste-se de particular importância dado que tem lugar num ano em que a agricultura, bem como toda a economia portuguesa, sofrem uma grave crise em resultado de uma política totalmente inadequada às realidades socioeconómicas e aos interesses nacionais.

Outros indicadores fazem prever, ao mesmo tempo, que a realização da 9.ª Conferência ocorre num ano em que o Go-

verno (se não lhe for posto trabuco) procurará intensificar a destruição da agricultura através de nova legislação inconstitucional (designadamente as Leis das Estruturas Agrícolas, Arrendamento Rural e Emparelhamento), diplomas empedaçadamente elaborados com o intuito de agravar ao extremo a vida das unidades de produção e dos pequenos agricultores, particularmente rendeiros e seareiros.

## Trabalho preparatório

No âmbito do trabalho preparatório, para além dos inquéritos a que já nos referimos, proceder-se-á entre 1 de Abril e 10 de Maio à realização de

reuniões e plenários nas UCP's/Cooperativas, no sector agrícola privado e entre os agricultores, com vista à eleição dos delegados e à discussão das principais questões a levar à Conferência.

Entre essas questões, que desde já estão a suscitar um generalizado interesse e que certamente irão situar-se no centro das atenções dos trabalhos, contam-se a luta em defesa da Reforma Agrária e a reposição da legalidade democrática; o reforço da organização interna das UCP's/Cooperativas e o apontar de medidas que solucionem as dificuldades que derivam da prolongada ofensiva; aspectos da produção (produtividade, novas tecnologias, organização do trabalho, etc.); defesa dos interesses dos trabalhadores da agricultura no sector privado; problemas e reivindicações dos pequenos e médios agricultores.

Tal como em anos anteriores, para além dos delegados, participarão nos trabalhos da Conferência algumas centenas de convidados, entre os quais se contam instituições, personalidades e organizações e estruturas sindicais, nacionais e estrangeiras.

# Aumentos agravam situação da agricultura

## — considera o MARN-Beiras

O MARN-Beiras (Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte e Beiras) tornou pública uma manifestação de repúdio pelos recentes aumentos dos factores de produção, agravamentos que vêm dificultar consideravelmente a difícil situação em que se encontram os homens do campo e suas famílias.

Esta tomada de posição surge na sequência de uma reu-

não da direcção daquele Movimento realizada no passado domingo, na sua sede, em Coimbra, no decorrer da qual foi analisada a preparação do Encontro/Festa dos Rendeiros das Beiras, a realizar no próximo dia 24 (um domingo), no Rancho de Coimbra, colectividade situada naquela cidade.

A propósito deste importante encontro, os participantes na reunião analisaram detalhadamente alguns dos problemas

que mais afectam os agricultores-rendeiros, tendo apontado algumas propostas que, em seu entender, poderão contribuir para a respectiva resolução.

De acordo com a nota à imprensa, no referido Encontro haverá ainda um espaço de confraternização e convívio preenchido com a actuação do Rancho Folclórico Regional «Cantarinhas das Meãs», Rancho Folclórico Etnográfico de Castanheira do Campo — S. Silvestre e Rancho Infantil de Zouparria — S. Silvestre.

Ainda quanto aos aumentos dos factores de produção, nomeadamente os adubos, que viram o seu preço agravado em 18 por cento, a direcção do MARN considera que eles vieram contra a «promessa do ministro da Agricultura que recentemente havia concordado que os agricultores portugueses pagavam o adubo mais caro da Europa» e, como tal, «não haveria nos tempos mais próximos novos aumentos».

«Promessas vãs a que nós, agricultores, já estamos habituados», conclui a direcção daquele Movimento.

## Agricultores algarvios exigem subsídios e linhas de crédito

Agricultores do barlavento algarvio, recentemente reunidos em Poço de Gueno e em Silves para analisar os prejuízos sofridos pelas geadas e pelas cheias que assolaram a região decidiram reclamar do Governo um subsídio que permita cobrir os prejuízos sofridos.

Nas referidas reuniões os agricultores que usam da palavra consideraram que o ano de 1985 começou muito mal para eles, saldando-se por largos milhares de contos de prejuízos resultantes das intempéries, a que se vieram juntar os aumentos dos adubos, rações, pesticidas, electricidade e gasóleo.

De acordo com uma nota tomada pública os agricultores decidiram ainda que seja aberta de imediato uma

linha de crédito a baixo juro para repor as culturas perdidas, a revisão dos últimos aumentos dos factores de produção; o imediato pagamento do subsídio de gasóleo referente a 1984; a eliminação da taxa de contador; e a garantia de preços mínimos e escoamento para os produtos.

Com vista a fazer valer as suas reclamações os agricultores aprovaram ainda a constituição de uma comissão que promova contactos com as diversas entidades e que, sempre que o entenda, promova iniciativas que possam contribuir para a resolução dos problemas.

## Produtores de queijo fresco exigem a sua venda livre

Mais de 500 produtores de queijo fresco da região do Rabaçal, concelho de Condeixa-a-Nova, respondendo ao apelo da sua União de Agricultores, reuniram-se recente-



**Internacional**

# EUA falam de guerra povos do mundo lutam pela paz

O panorama político internacional foi dominado nos últimos dias por uma intensa actividade diplomática em que as questões da paz e da guerra, do desarmamento e da corrida aos armamentos, ocuparam o lugar central. Em vários pontos do mundo — Nova Delhi, Genebra, Estocolmo, Moscovo, Atenas — responsáveis políticos das mais diferentes esferas ideológicas apelaram à opinião pública internacional para que se conjuguem todos os esforços na luta pela causa da paz e do desarmamento, visando um desarmamento completo e geral.

Neste coro de rara unanimidade soou com particular agudeza a voz discordante dos EUA, que em declarações quase simultâneas de Reagan, George Shultz e Caspar Weinberger fizeram ouvir trombetas de guerra, confirmando a trágica conclusão a que chegaram os chefes de Estado ou de Governo da Índia, Argentina, México, Grécia, Suécia e Tanzânia na sua reunião em Nova Delhi... Um grupo reduzido de homens e máquinas pode decidir, desde cidades distantes, a nossa sorte. Cada dia que vivemos é um dia de graça, como se a Humanidade fosse um condenado que se encontra na cela da morte aguardando o momento incerto da execução e que, como todo o sentenciado inocente, se recusa a crer na execução.

A oportunidade desta afirmação não podia ser maior. Porque a administração Reagan aproveitou a passagem do 40.º aniversário da Conferência de Yalta (em que os principais dirigentes da coligação anti-hitleriana analisaram os problemas relacionados com o fim da guerra na Europa, entre outros aspectos) para afirmar, pela voz do secretário de Estado George Shultz, que os Estados Unidos não reconhecem as actuais fronteiras dos países europeus, considerando totalmente artificial a actual divisão política da Europa,

que os EUA nunca reconheceram como legítima ou permanente.

Porque Shultz afirmou também que os interesses vitais e a responsabilidade moral dos EUA exigem que a nação norte-americana ajude os seus amigos na sua luta pela liberdade.

Porque Reagan defendeu de novo a semana passada que o Congresso dos EUA deve aprovar as verbas para os missisiles intercontinentais MX, na premissa de que as relações com a URSS se devem desenvolver a partir da negociação e da força.

Porque o secretário de Estado da Defesa, Weinberger, foi claro ao dizer que os EUA devem voltar às negociações de Genebra com a URSS, em Março próximo, numa posição de força, ou seja, prosseguindo o seu programa de modernização estratégica e demonstrando a sua determinação em permanecer fortes.

Enquanto isso, em Atenas, mais de meia centena de personalidades de todo o mundo participava na conferência subordinada ao tema «Iniciativa para a Paz nos cinco continentes», subscrevendo o apelo do primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, às potências nucleares, convidando-as a reconhecer e a assumir as suas responsabilidades face à civilização e ao direito à vida.



Em Estocolmo, por seu turno, iniciava-se mais uma sessão da Conferência sobre o desarmamento na Europa, com a apresentação pela delegação soviética da proposta de «Tese fundamentais do tratado de não-recurso recíproco à força militar e de manutenção de relações de paz». Uma proposta de tratado que não se destina, como sublinharam os subscritores, a repetir o princípio de não-recurso à força, tal como está consagrado na carta da ONU e na Acta Final de Helsínquia, mas a desenvolver a sua natureza obrigatória e convertendo a renúncia ao emprego da força em norma da vida internacional.

Em Moscovo a agência soviética «Tass» divulgava uma

entrevista concedida pelo chefe de Estado e secretário-geral do CC do PCUS, camarada Tchernenko, à cadeia de televisão americana «CNN», centrada sobretudo nas relações soviético-americanas e nas negociações de Genebra.

Uma entrevista em que o dirigente soviético, falando sobre as dificuldades e obstáculos nas referidas conversações, evocadas por numerosos funcionários norte-americanos, alertou para o que se está a preparar a opinião pública para discussões estériles que durariam anos, ao mesmo tempo que se defende o aumento dos armamentos nucleares e a aceleração da realização dos programas especiais.

A militarização do espaço, afirmou o camarada Tchernenko, não só representaria o torpedeamento do tratado soviético-americano sobre a limitação dos sistemas de defesa anti-missil, como significaria praticamente o fim de qualquer possibilidade de limitação dos armamentos nucleares, catalizando a corrida incontrolável aos armamentos.

Uma corrida para o holocausto que os povos de todo o mundo recusam e contra o qual se mobilizam. A esperança suscitada pelo acordo em prosseguir as negociações de Genebra só se manterá viva se os EUA sentirem toda a pressão internacional contra a sua demente corrida aos armamentos. Caso contrário, um reduzido grupo de homens e máquinas poderá mesmo decidir a nossa sorte...

## A coragem política

Ronald Reagan pediu na segunda-feira ao Congresso dos EUA para ter a «coragem política» de aprovar a sua proposta de orçamento para o ano fiscal que se inicia em Outubro.

Coragem política de facto necessária para votar favoravelmente um aumento de 30 milhões de dólares no sector da defesa;

Coragem política para aprovar ao mesmo tempo um corte de 40 milhões

de dólares nos gastos sociais;

Coragem política para concordar com cortes no sector da habitação, da educação, dos transportes, da assistência social;

Coragem política para votar a favor da redução de 5 por cento nos salários de todos os funcionários federais;

Coragem política de aprovar um défice de 180 mil milhões de dólares (mais 122 mil mi-

lhões de que no actual ano fiscal);

Coragem política de aprovar um aumento das despesas com a defesa em mais 5,9 por cento!

O mínimo bom-senso aconselharia os membros do Congresso e do Senado dos EUA a ter coragem política para rejeitar um tal orçamento. Como se pode falar de paz com tais projectos de guerra que não poupam sequer os próprios cidadãos norte-americanos?

# El Salvador Os direitos humanos e o caminho do diálogo

A organização norte-americana «American's Watch» divulgou há dias um relatório sobre a situação dos direitos humanos em El Salvador, onde ressalta a conclusão de que neste domínio a realidade continua horrível.

Segundo o documento, entre Julho e Outubro do ano passado, o exército e as organizações paramilitares de extrema-direita assassinaram mais de um milhar de civis, enquanto os «raids» da aviação e do exército salvadoreños continuam a fazer centenas de mortos entre a população indefesa.

O relatório faz ainda notar a impunidade com que actua os militares, sublinhando que nos últimos cinco anos nenhum foi alvo de qualquer processo por violação dos direitos do homem.

A denúncia desta situação, repetidamente feita pelas forças patrióticas, desmascara cabalmente a falsidade das alegações da administração Reagan de pretensos «progressos substanciais» no que respeita aos direitos humanos em El Salvador e que têm servido de argumento para a aprovação de novos e crescentes auxílios ao governo salvadoreño.

A divulgação do referido relatório coincidiu de resto com o anúncio de mais um flagrante desrespeito pelo direito à vida dos prisioneiros de guerra, no caso duas guerrilheiras capturadas por efectivos da guarda nacional salvadoreña.

De acordo com as infor-

mações difundidas pela Notisal (agência da FMLN/FDR), a prisão da comandante Yanet Hasbun, conhecida como «Florencia» e da combatente Maximina Villatoro foi noticiada por diferentes jornais salvadoreños com base em informações de fontes militares do governo.

A notícia, de finais de Janeiro, precisava que ambas as prisioneiras haviam sido transferidas para a sede do comando do Estado Maior das Forças Armadas em San Salvador, onde estavam a ser interrogadas. Segundo a rádio «Venceremos», uma das duas emissoras da FMLN, as duas guerrilheiras estavam a ser submetidas a torturas físicas e psicológicas.

A surpresa surgiu quando posteriormente o Comité de Imprensa das Forças Armadas (Coprofa) distribuiu um comunicado negando que as comba-

ntes da FMLN se encontrem prisioneiras dos militares.

Para a Farabundo Martí as razões deste procedimento são óbvias: o exército salvadoreño continua a violar os acordos de Genebra sobre os prisioneiros de guerra, não obstante o governo de El Salvador o ter subscrito. Esta actuação contrasta em absoluto com a prática seguida pela FMLN, que nos últimos quatro anos libertou cerca de três mil prisioneiros de guerra, incluindo um vice-ministro da Defesa e numerosos capitães, tenentes e maiores, no cumprimento desses acordos.

De salientar, por outro lado, o facto deste novo incidente constituir mais um obstáculo ao prosseguimento do diálogo entre o governo e a FMLN/FDR, que as forças de extrema-direita lideradas por Robert D'Aubuisson visam impedir a todo o custo.

Como afirmam os representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária, não se pode descartar ainda a possibilidade das duas guerrilheiras terem sido vítimas dos excessos dos seus captores, como tragicamente tem ocorrido inúmeras vezes.

O presidente Napoleón Duarte — afirma a nota divul-

gada pela Notisal — tem agora uma excelente oportunidade para exercer a sua condição de Comandante Supremo das Forças Armadas, e reiteradamente proclama, e ordena a apresentação da comandante Yanet Hasbun e de Maximina Villatoro, como foi solicitado pela comissão não governamental dos direitos humanos de El Salvador e por outras petições de parlamentares europeus e de organismos humanitários internacionais.

Se o não fizer, Napoleón Duarte está a sancionar a vio-

# ÁFRICA DO SUL Nelson Mandela responde a Pretória

O desenvolvimento do movimento popular contra o racismo, o agravamento da crise económica e social e o aumento das pressões internacionais contra o apartheid, estão a provocar na África do Sul a crescente preocupação das autoridades racistas, que se desdobram no anúncio de medidas demagógicas com que desesperadamente tentam evitar a sua inevitável liquidação.

A proposta de libertação de Nelson Mandela, dirigente do Congresso Nacional Africano preso há mais de 22 anos — o preso político mais antigo do mundo — na condição do ANC renunciar à luta armada, é bem o testemunho desse desespero.

Símbolo vivo da luta do povo africano contra o apartheid, representante incontestado da resistência contra o racismo, Nelson Mandela continua, apesar do seu longo e terrível cativeiro, bem presente na vida política da África do Sul.

A resposta de Mandela à proposta dos racistas de Pretória, dada através de uma entrevista concedida na prisão a lord Bethel, membro britânico do Parlamento Europeu, demonstra bem o espírito combativo e a esperança que o animam:

A luta armada do ANC contra os interesses económicos do apartheid é-nos imposta pelo próprio governo. Se querem que a abandonemos, têm a bola no seu campo. Devem reconhecer o nosso direito à legalidade, tratá-nos como um partido político e negociar conosco. Enquanto não o fizerem, terão de se haver com a luta armada.

A reacção de Pretória não se fez esperar: um porta-voz da presidência anunciou que o governo não encara a possibilidade de negociações com o ANC nem o seu reconhecimento, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros Roelof Botha classificava as afirmações de Mandela de «assunto muito delicado».

A questão está no entanto longe de ser encerrada. A oposição interna não pára de crescer e de se alargar a sectores cada vez mais vastos. Após a tomada de posição de diversas organizações de industriais sul-africanos a favor do reconhecimento dos direitos dos negros, o presidente do Partido Progressista Liberal, Frederik Van Zyl Slabbert, criticou duramente a política do governo.

Falando na sessão de abertura do chamado parlamento das «três câmaras», o dirigente da oposição branca na África do Sul acusou as autoridades de terem arrastado o país para uma crise económica que fez baixar drasticamente o nível de vida da população, criticou a repressão com que se pretendia impedir as manifestações contra a discriminação racial e apresentou uma moção de desconfiança ao governo.

A recusa à política de apartheid — disse aquele dirigente —, que desacredita a África do Sul perante a opinião pública internacional, é uma urgência indispensável da actualidade do país.

De salientar ainda a denúncia feita pela Frente Democrática Unida (UDF), que agrupa setecentas organizações multirraciais anti-apartheid, no que se refere às chamadas «reformas» anunciadas recentemente por Pieter Botha; trata-se de uma manobra que visa fazer crer à comunidade internacional que a África do Sul está a caminho da democracia, mas que na verdade tem por objectivo tornar mais eficaz o estatuto de sub-humano dado aos negros.

Sintomático é que apenas a Casa Branca tenha saudado tais «reformas». Em Washington, o porta-voz da administração Reagan, Robert Sims, afirmou que os EUA acolhem favoravelmente a declaração de intenções do presidente Botha quanto às mudanças constitutivas para a maioria negra na África do Sul.

Um acolhimento que não é partilhado pelos mais diversos norte-americanos que conti-



Nelson Mandela

nuam a manifestar-se contra o apartheid junto à embaixada da África do Sul em Washington e a ser presos pela polícia.

Nem tão-pouco pela opinião pública internacional, cujas pressões levaram já Botha a admitir que as circunstâncias e os acontecimentos no res-

to do mundo têm uma influência incontestável no país.

O racismo e o apartheid estão condenados. A solidariedade com os que os combatem ajudarão a libertar mais depressa a África do Sul.

# NICARÁGUA Defender a Revolução reconstruir o país

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, apresentou recentemente à Assembleia Nacional nicaraguense um projecto de reforma do sistema de salários, que visa garantir uma remuneração mais justa do trabalho, nomeadamente no que se refere aos operários ocupados na produção de bens materiais.

Esta iniciativa, que surge na sequência da realização da Assembleia Nacional da Central Sandinista dos Trabalhadores, no final do mês passado, insere-se no programa económico do governo para o ano em curso, cujo objectivo principal é o de ultrapassar as dificuldades provocadas pelo virtual estado de guerra em que vive o país.

Para além dos graves problemas provocados pela guerra não declarada que lhe é movi-

da pelos EUA e pela acção dos contra-revolucionários a soldo da CIA, os dirigentes sandinistas têm-se empenhado em dar resposta a questões inerentes à própria construção de uma sociedade nova na Nicarágua. Algumas dessas questões foram de resto debatidas na Assembleia da Central Sandinista dos Trabalhadores, cujas conclusões apontam a necessidade de aumentar a produção, reforçar a disciplina e a produtividade, bem como a participação das organizações sindicais na gestão das empresas e fábricas, no combate à burocracia e outros aspectos negativos que entravam a reconstrução da economia nacional.

O empenhamento dos trabalhadores nicaraguenses e das suas organizações de classe na reconstrução do país — que passa, como também fizeram notar, pelo planeamento e pela elaboração pelo governo de normas de produção e adopção de medidas capazes de fomentar o trabalho consciente, combater as actividades especulativas e aumentar a qualidade de vida da população — é tanto mais importante quanto os prejuízos provocados entre 1981 e 1984 pela contra-revolução nos sectores produtivos orça os 260 milhões de dólares e as sabotagens e bloqueios provocaram perdas adicionais da ordem dos 837 milhões de dólares.

Defender a revolução, o que no caso vertente da Nicarágua significa continuar a deslocar para a defesa importantes verbas que poderiam ser aplicadas noutros sectores, e apostar

ao mesmo tempo na reconstrução nacional, não é tarefa fácil. Sobretudo porque os Estados Unidos continuam a desenvolver todos os esforços para lhe impor a sua política, através da força.

A retirada norte-americana das conversações de paz com a Nicarágua, no México; a recusa em aceitar as decisões do Tribunal Internacional de Haia; o boicote descarado das iniciativas do Grupo de Contadora e a aprovação (imminente) de novas verbas para a chamada guerra secreta contra a Nicarágua, constituem elementos mais do que bastantes para deixar claro que a administração Reagan se propõe prosseguir a escalada belicista na América Central.

Uma escalada que provocou na Nicarágua, nos últimos quatro anos, três mil mortos, cerca de dois mil feridos e quase quatro mil desaparecidos.

Uma escalada que passa pela crescente militarização das Honduras, El Salvador e Costa Rica, e pelo aumento das tensões em toda a América Central, tornando-se num sério perigo para a paz em toda a região centro-americana.

Uma escalada, enfim, que dificulta ao máximo toda a actuação das autoridades nicaraguenses, incluindo o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo com os partidos políticos na sequência do diálogo nacional levado a cabo ainda antes das eleições em Novembro último; a realização periódica de eleições; a liberdade de imprensa e de expressão do pensamento; a liberdade de organização; a liberdade e democracia sindical; o respeito pela propriedade privada, cooperativa, individual e estatal.

Trata-se, no fundo, de criar todas as condições para impedir o normal funcionamento das autoridades sandinistas — que nas eleições de 4 de Novembro tiveram o seu mandato ratificado por 66,9 por cento do eleitorado — para as acusar depois pela situação causada pela permanente agressão e desestabilização levada a cabo pelo imperialismo norte-americano e seus agentes.

Um artifício velho de muitos anos que não deixa contudo de poder ter os seus frutos, quando não devidamente denunciado pelos que verdadeiramente se empenham na defesa da paz e da democracia.

O que significa que hoje, e amanhã, e depois há que manter acesa a chama da solidariedade com a Nicarágua.



A «guarda nacional» em acção, num bairro operário de Santiago

lação pelo exército do acordo de «humanização da guerra» estabelecido aquando do primeiro encontro para o diálogo entre o governo e a FMLN-FDR, realizado a 15 de Outubro, em La Palma, e a reforçar as posições dos que, no seio

do próprio regime, se propõem levar a cabo o golpe palaciano que o afastará do poder.

E também, o que é incomparavelmente mais grave, a impedir a procura de soluções pacíficas para a guerra salvadoreña.

## Países da Indochina querem a Paz

Realizou-se no mês de Janeiro a conferência semestral que reúne os ministros dos Negócios Estrangeiros do Vietnam, Laos e Kampuchea. Na reunião, realizada na cidade de Ho Chi Minh, foi aprovado um comunicado comum em que se afirma a vontade de desenvolver relações de boa vizinhança em toda a região, nomeadamente através do desenvolvimento de relações bilaterais. Destaca-se ainda a importância que teria uma normalização de relações com os Estados Unidos que «deveriam contribuir para uma paz e estabilidade duradouras na Ásia do Sudeste».

A conferência debruçou-se nomeadamente sobre a situação no Kampuchea, reafirmando-se que tal não é um «problema entre os Estados de ASEAN e os da Indochina», e que uma solução pode ser encontrada através da liquidação da «clique

criminoso de Pol Pot» (responsável, quando no poder, pelo massacre de mais de três milhões de pessoas).

## Dirigente da Frelimo assassinado por terroristas

Assumane N'Taula, membro do Comité Central do Partido Frelimo, foi assassinado por bandos terroristas, dia 22, na província de Niassa. Na mensagem de condolências dirigida pelo CC do Partido Frelimo à família do camarada assassinado destaca-se o seu papel «na organização e mobilização da população na guerrilha» e afirma-se que a morte de N'Taula «pelas mãos criminosas dos bandidos armados, em pleno exercício dos seus deveres de militante e patriota, reforça a determinação do nosso partido e de todo o povo em prosseguir ainda com maior vigor o combate até à liquidação total e completa do banditismo armado». Banditismo armado que conta também com fortes apoios aqui em Portugal.

# Suplemento

**Avante!**

Ano 53 - Série VII  
N.º 580  
7 de Fevereiro de 1985  
Suplemento n.º 144  
Não pode ser vendido  
separadamente

## Conferência Nacional do PCP

*Sobre a via  
de  
desenvolvimento  
para vencer  
a crise*

ENTREVISTA COM **CARLOS COSTA**

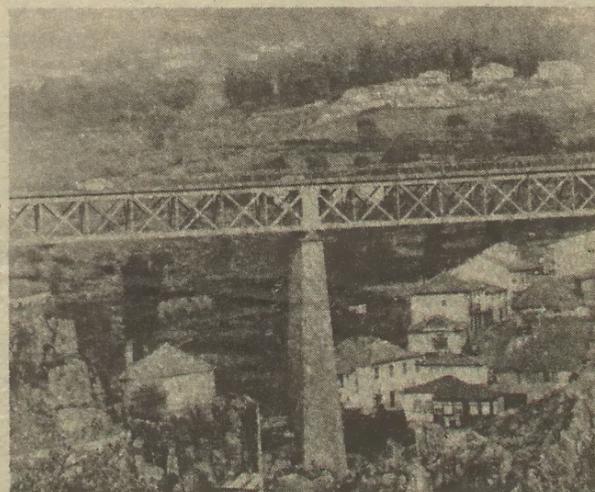
Págs. 2/3

## TRANSPORTES A Assembleia é no sábado

Págs. 8/9/10

## TRÁS-OS-MONTES

1.<sup>a</sup>  
Assembleia  
da  
Organização  
Regional  
do PCP



Págs. 6/7

## O DESASTRE DO CARTAXO



**O luto e a luta  
que o Governo  
semeia**

Págs. 4/5

# a Talhe de FOICE

## O agastamento

Interessado no presente e no porvir da coisa pública nacional, o leitor ávido precipita-se sobre as lusitanas gazetas no sentido de obter exacta informação quanto a essa agitada reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD na portuense Junta de Freguesia do Bonfim e na qual o senhor professor Pinto ficou com dois votos à maior.

A informação é copiosa.

Sabe-se que o industrial Melo esteve quase, quase a esmurrar o publicista Júdice. O mesmo sr. Melo produziu uma sentença política — esclarecem os periódicos — da maior relevância para o futuro do País: «Isto — tonitruou — é tudo uma garotada».

O debate político-ideológico que esteve na origem do incidente é relevante. O sr. Melo terá dito ao sr. Júdice que ele, Júdice, não tinha moralidade política. Posto o que, fulgurante, concluiu: «o senhor cale-se porque tem idade para ser meu neto».

O argumento, convenhamos, é de peso.

Na réplica, o sr. Júdice colocou uma hipótese de estudo que formulou da seguinte forma: «o sr. eng. Eurico de Melo se calhar é parvo». Quanto às incidências etárias da questão, avançou mesmo vertentes genealógicas: «podia talvez ser filho dele, mas não quero reagir como se tivesse a idade mental de um seu neto».

Em adenda ao debate, o correligionário do sr. Júdice, sr. Santana Lopes, avançou uma proposta concreta a respeito do sr. Melo: «Que vá para casa, pois está gá-gá».

Entretanto, o senhor Rogério Martins demite-se de vogal da Comissão Política. A NP informa, pressurosa e categórica, que a decisão é «irrevogável» e de natureza «política». O esclarecimento é precioso, pois havia algumas suspeitas que a decisão fosse de natureza não-política.

O sr. Salgueiro produziu a orlopédica sentença de que tem «grande dificuldade em calçar os sapatos de Mota Pinto». Apesar deste afirmado respeito pelo património pedestre do vice-primeiro-ministro, o incondicional apoiante deste, sr. Ilídio Peixoto da Concelhia do Porto, parainfou elegantemente uma medida relativamente ao sr. Salgueiro: «é preciso — disse — correr com estes gajos». Segundo outras versões, a afirmação teria sido que «temos de correr com esta canalha que quer dar cabo do partido».

Nem os gajos nem a canalha, que se saiba, comentaram. Houve também a história da votação da proposta de apoio ao professor Pinto subscrita por 45 (quarenta e cinco) conselheiros: decidido o escrutínio secreto, verificou-se que apenas 38 (trinta e oito) criaturas a haviam votado favoravelmente. Conclui-se por conseguinte que, num arroubo de verticalidade política, sete conselheiros subscreveram o papel em público e votaram contra ele em secreto. Verifica-se assim a pujança ética e ideológica do pessoal PPD.

O professor Pinto, claro, sentiu-se com estas coisas. Aliás, tivera já anteriormente uma poderosa frase, de linear clareza e cintilante determinação: «Pelo que já ouvi, deveria demitir-me já, mas penso que não é esse o interesse da maioria dos militantes, por isso não o faço, o que não significa que não o venha a fazer se continuar este agastamento».

À hora a que se escrevem estas linhas ignoram-se ainda as evoluções do agastamento. Parece porém evidente que está tudo muito agastado e, o que é mais, bastante desgastado.

O desgastamento que está na origem do agastamento reside, conforme se sabe, no governo PS/PSD onde está o senhor professor Pinto e que se encontra num estado de desgaste completo. Políticos desgastados têm sempre tendências a agastar-se.

O que sucede é que o agastamento de que o sr. professor Pinto se ressentiu no Bonfim (e concordar-se-á que foi feliz a escolha do local...) não é nada comparado com o que lavra por esse País fora.

E, como se sabe também, quando as coisas se desgastam, é mister substituí-las. Mas rapidamente para não avariarem mais os restantes mecanismos e assegurar-se de novo regulares funcionamentos ■

■ R. C.

# Importante contributo para a solução dos problemas nacionais

— assim definiu Carlos Costa, em entrevista ao «Avante!», o grande objectivo da Conferência a realizar no fim do próximo mês

**E**stá marcada para os próximos dias 30 e 31 de Março uma Conferência Nacional do Partido sobre «a via de desenvolvimento para vencer a crise». Sobre os objectivos da iniciativa e o seu enquadramento na realidade nacional, assim como sobre os trabalhos preparatórios em curso, registámos as opiniões do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

**Foi já há sete anos que o PCP realizou a sua Conferência Nacional sobre problemas económicos que aprovou um documento de conclusões e uma proclamação. É possível afirmar-se que ao longo deste espaço de tempo decorrido até à realização da nova Conferência as análises e propostas aprovadas em Junho de 1977 se mantiveram actuais?**

Antes de responder directamente à tua pergunta desejava lembrar, para evitar qualquer errada dedução, que no espaço dos sete anos a que te referes, o PCP realizou não apenas uma, mas sim três Conferências Nacionais sobre problemas económicos: a «Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica», que ficou conhecida por «A Saída da Crise»; a «Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia», realizada em 1978, e a «Conferência do PCP — Portugal e o Mercado Comum», realizada em 1980. A Conferência Nacional do Partido que se realizará em Março sobre «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise», será, portanto, de facto a quarta Conferência Nacional do Partido sobre problemas económicos.

Ora, se é verdade que a Conferência de 1977 é um marco de referência obrigatório das análises e propostas do Partido (depois do 25 de Abril) sobre a situação económica do País, também é verdade que as duas últimas Conferências realizadas, embora de âmbito mais delimitado, foram de grande importância, pois deram respostas a duas questões centrais da vida económica (e política) nacional.

Lembro ainda que o IX e X Congressos do Partido, realizados em 1979 e 1983, procederam a análises fundamentais da situação económica e definiram as grandes orientações do Partido em tal matéria.

Isto para não falar de importantes documentos do Comité Central e até de vários Seminários e Encontros sobre questões económicas, que tiveram lugar depois da Conferência de 1977 e que deram notáveis e inovadores contributos para a análise crítica às políticas de direita e para a definição de orientações sectoriais do Partido.

Podemos afirmar que nenhum outro partido realizou nesta matéria actividade comparável à do nosso, e que o nosso Partido tem feito um esforço de constante actualização de análise e propostas.

Sucedem, porém, que a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista começou, nos seus traços essenciais, em 1976, conduzida pelo PS de Mário Soares (recordemos os decretos da chamada contra-revolução legislativa) e, com ela, o súbito agravamento (e criação de novas condições de agravamento) da situação económica do País.

O prosseguimento agravado desta política, ao longo dos últimos anos, pelos governos de direita (com ou sem o PS), por um lado, e a profundidade da análise e das propostas feitas na Conferência de 1977, por outro, faz com que muito do essencial das nossas propostas de 1977 se mantenha de pé. Não é por acaso que, ao longo destes anos, muitos economistas têm glosado as nossas teses de 1977, como, por exemplo, a de substituição de importações por produção nacional, e um desses governos criou até um organismo do Estado para estudar tal matéria... Muitos outros exemplos poderíamos citar.

Mas a situação económica, financeira e social do País é hoje muitíssimo mais grave e, daí, a necessidade de novas e generalizadas análises e respostas que constituem uma alternativa global à actual política económica que põe em causa o próprio regime democrático.

Na verdade, a cruzada de forçada

centralização, de autêntica espoliação de capital (designadamente do património do Estado) e da mais-valia em benefício de meia dúzia de capitalistas, agrários e multinacionais, a sabotagem económica generalizada, não só eleva ao extremo a gravidade da situação económica, financeira e social, como constitui uma verdadeira conspiração económica contra o regime democrático.

**Significarão, pois, essas tuas palavras que é o agravamento rápido das condições económicas, financeiras e sociais do nosso país que levou a direcção do nosso Partido a realizar a Conferência? Ou foi a complexidade da situação política, com eleições autárquicas, eleições presidenciais, mesmo a hipótese de eleições legislativas antecipadas, que determinou a realização da Conferência este ano e em Março?**

É um facto incontroverso (salvo por parte de pessoas com a credibilidade de Mário Soares) que a situação económica e financeira do País se torna hoje, dia-a-dia, muito mais grave, muito mais degradada, de muito mais difícil recuperação. A situação financeira interna e a dívida externa do nosso país colocam-se hoje num grau qualitativamente diferente. A dívida externa, que pelo seu colossal volume constitui um verdadeiro atentado contra a soberania nacional e a economia portuguesa, começa a ser insustentável, e o nosso sistema financeiro encontra-se à beira da ruptura. A isto nos conduziu uma política de classe ferozmente antioperária e inevitavelmente antinacional, uma política recessiva que só tem trazido fome e miséria para o povo e benesses para o grande capital.

Não marcámos a data da Conferência apenas por estarmos a assistir à rápida degradação da situação política, nem por ser um ano carregado de eleições de vários tipos. Esta Conferência já anteriormente prevista, foi marcada na reunião do Comité Central de 28 de Novembro de 1984 para a data de 30 e 31 de Março, tendo em conta a necessidade e urgência de a realizar, o tempo mínimo indispensável para a sua preparação, o pesadíssimo calendário de realizações do Partido em 1984 e, naturalmente



também, as previsões que poderíamos fazer sobre a evolução da situação política.

Poderemos dizer que foram vários os aspectos que puseram na ordem do dia a necessidade da realização desta nova Conferência Económica. Primeiramente, a urgência em alertar, com o maior impacto público possível, o nosso povo, todas as forças sociais e políticas interessadas em sustentar e combater a crise numa perspectiva de interesse nacional, para a gravidade da situação e os perigos dela decorrentes para a sobrevivência da própria democracia. Em segundo lugar, porque, como disse, houve alterações qualitativas na própria degradação económica, que impõem um esforço de estudo, de reflexão, de análise científica. Em terceiro lugar, o momento político particularmente complexo que estamos a viver, vai exigir das forças políticas e sociais que se opõem à política de destruição das forças produtivas nacionais, à anarquia, à corrupção, à desestabilização económica e financeira prosseguida pelos governos de direita, alternativas claras, soluções concretas e realistas para os principais e mais urgentes problemas da nossa Pátria.

**As Conclusões da Conferência, infere-se das tuas palavras, virão assim a ter um papel importante para a clarificação da crise política?...**

Naturalmente. E nem poderia deixar de ser assim. Da Conferência sairão, certamente, não apenas uma caracterização profunda da crise económica, financeira e social que avassala o País e as suas causas, mas também aquilo que poderíamos chamar a alternativa de política económica proposta pelo PCP quer no aspecto global, quer sectorial.

E ninguém minimamente informado sobre as questões económicas, poderá alhear-se daquilo que vamos esclarecer e propor. Isto decorre, aliás, de uma outra realidade mais profunda. É que sem o PCP e sem os trabalhadores, por mais vezes que se dê às teorias económicas, por mais modelos que se criem e números que se manipulem, não haverá soluções possíveis para os gravíssimos problemas económicos nacionais.

É exactamente por termos a no-



*A Conferência sobre questões económicas organizada pelo PCP em 30 e 31 de Março é a quarta grande iniciativa dedicada pelo Partido ao tema, numa clara demonstração do empenho e da capacidade dos comunistas em debaterem os grandes problemas nacionais e proporem soluções alternativas à ruínoza política de direita*

ção da importância da nova Conferência que temos de nos empenhar, colectivamente, na mobilização de vontades, energias, conhecimentos e inteligências para a sua preparação e realização.

**A Conferência de 1977 apresentou alguns traços peculiares em comparação com iniciativas congéneres. Se, por um lado, não foi uma pura reunião política partidária, por outro, também não foi o puro debate de especialistas de questões económicas ou técnicas: em certa medida, foi uma junção das duas, um grande debate colectivo sobre problemas económicos.**

**Para a de 1985 mantém-se esta perspectiva, mantêm-se as metodo-**

**logias de preparação e realização que lhe deram forma?**

**Que passos estão a ser dados — ou foram já — para a preparação?**

Talvez seja de começar por dizer que, na realidade, a Conferência começou a realizar-se há muitos meses. E isto tem a ver com um traço novo que a sua preparação apresenta. É que, tendo já em mira essa iniciativa económica, ao longo do ano de 1984, e ainda no princípio deste ano, viemos realizando Seminários e Debates, públicos e internos, sobre algumas das questões mais importantes da área económica. Assim, tratámos assuntos tais como: a questão energética, o abastecimento do País e os organismos de «coordenação económi-

ca», o desenvolvimento siderúrgico, o comércio externo e a dívida externa, ciência e tecnologia e desenvolvimento económico, etc. Muitos dos trabalhos efectuados para estes encontros já estão adiantados e serão importantes contributos para a Conferência.

O estilo, o método que dá um cunho especial às nossas iniciativas e as diferenças de todas as outras é, de facto, o do trabalho colectivo, a discussão colectiva, para a qual concorrem especialistas, técnicos, trabalhadores produtivos e de serviços, numa visão global dos problemas económicos e sociais, na procura das melhores soluções para os trabalhadores, para o País e para os portugueses. E esse traço naturalmente que já está

presente e continuará a estar na fase preparatória e durante os dois dias da realização da Conferência. Neste momento, por exemplo, estão em marcha, por iniciativa de células, de alguns grupos de trabalho e de algumas organizações regionais, debates alargados sobre certas matérias, onde, como noutras alturas tem ocorrido, poderão participar amigos do Partido, trabalhadores e técnicos que, não sendo militantes do PCP, se mostrem interessados em neles estar presentes e intervir.

Estamos certos de que prosseguindo tal método, a Conferência constituirá um êxito para o nosso Partido e um importante contributo para a solução dos problemas nacionais. ■

■ Henrique Custódio

# O desastre do Cartaxo

## O luto e a luta que o Governo semeia

**R**ecado: «A comissão de Gestão está neste momento ocupada». Ponto final, nada de conversas com jornalistas. Cá fora, ao portão, um contínuo nervoso controlava as entradas com zelo encomendado. Uma mulher-polícia fazia-lhe companhia, que não par na tarefa fiscalizadora. Alunos já graúdos e com atenção adulta passarinhavam na estrada (a Escola Secundária do Cartaxo, construída há cinco anos com dinheiros americanos e cheia de prafrentexes que até explodem, está localizada à beira de uma estrada nacional). Andavam à coca de professores para lhes expor problemas, marcar encontros, pedir conselhos, dar e colher informações. Eles, os professores, eram os únicos que podiam entrar na Escola, onde a Comissão de Gestão imposta pelo ministério de Seabra se mantinha encerradíssima e ocupadíssima. E começando nesse mesmo dia (segunda-feira passada) a mandar os próprios docentes para casa já que «não há nada para fazer», a escola está encerrada «e agora é esperar que o ministério ponha tudo em ordem». Só que tanto professores como alunos entendem não ter nada que ir para casa. Por isso continuam a ir à sua escola apesar de os últimos não poderem agora entrar — por isso foi de qualquer modo possível contactar com a escola apesar da Comissão de Gestão se encontrar «de momento ocupada». Quanto ao Conselho Directivo suspenso pelo ministro Seabra estava todo fora, em Lisboa, diligenciando o necessário para responder à inqualificável actuação do ministério ao anunciar a sua suspensão sem nada lhes comunicar e, mais grave, justificando-a com acusações de negligência totalmente infundamentadas e deliberadamente incriminatórias.

Já que a Comissão de Gestão estava assim tão ocupada e a Escola tão encerrada, fizemos como os alunos: abordámos na estrada (passeios, não há) os professores que chegavam. Joaquim Lopes, professor de Português na Escola e nosso conhecido acidentalmente reencontrado após muitos anos, foi o primeiro contacto. Recordou conhecidas divergências ideológicas entre nós para frisar que não tinha relutância em comentar para o «Avante!» um problema tão sério como aquele (sem se querer, configurava-se ali uma das linhas de força que percorrem este caso: a do total isolamento do ministro e do seu ministério, tendo à perna tudo e todos numa indignação que transborda muito para além da compartimentação político-partidária).

Resumi com nitidez a situação, confirmando a solidariedade total dos professores da Escola para com o seu Conselho Directivo («até agora não houve uma única voz discordante nessa solidariedade»), informando sobre a indignação geral pela forma incriminatória totalmente injustificada com que o ministério suspendeu o Conselho Directivo («não é admissível uma atitude destas por parte do ministério»), esclarecendo em que pé estavam as coisas na Escola Secundária do Cartaxo («uma comissão de gestão imposta pelo ministério e integrando, por força da lei, o professor mais antigo da Escola, substituiu coercivamente, é o termo, o Conselho Directivo, enquanto uma comissão de inquérito anda fazendo investigações») e recordando que os professores continuam activos quer no apoio às vítimas («há equipas que se deslocam diariamente a Lisboa, aos locais de hospitalização»), quer no mobilizar de esforços para reabrir a escola rapidamente e em segurança.

O próprio Joaquim Lopes nos apresentaria mais dois colegas ambos do mesmo Grupo (Português) e por sinal activistas sindicais: Aurélio Marques, do Secretariado de Santarém

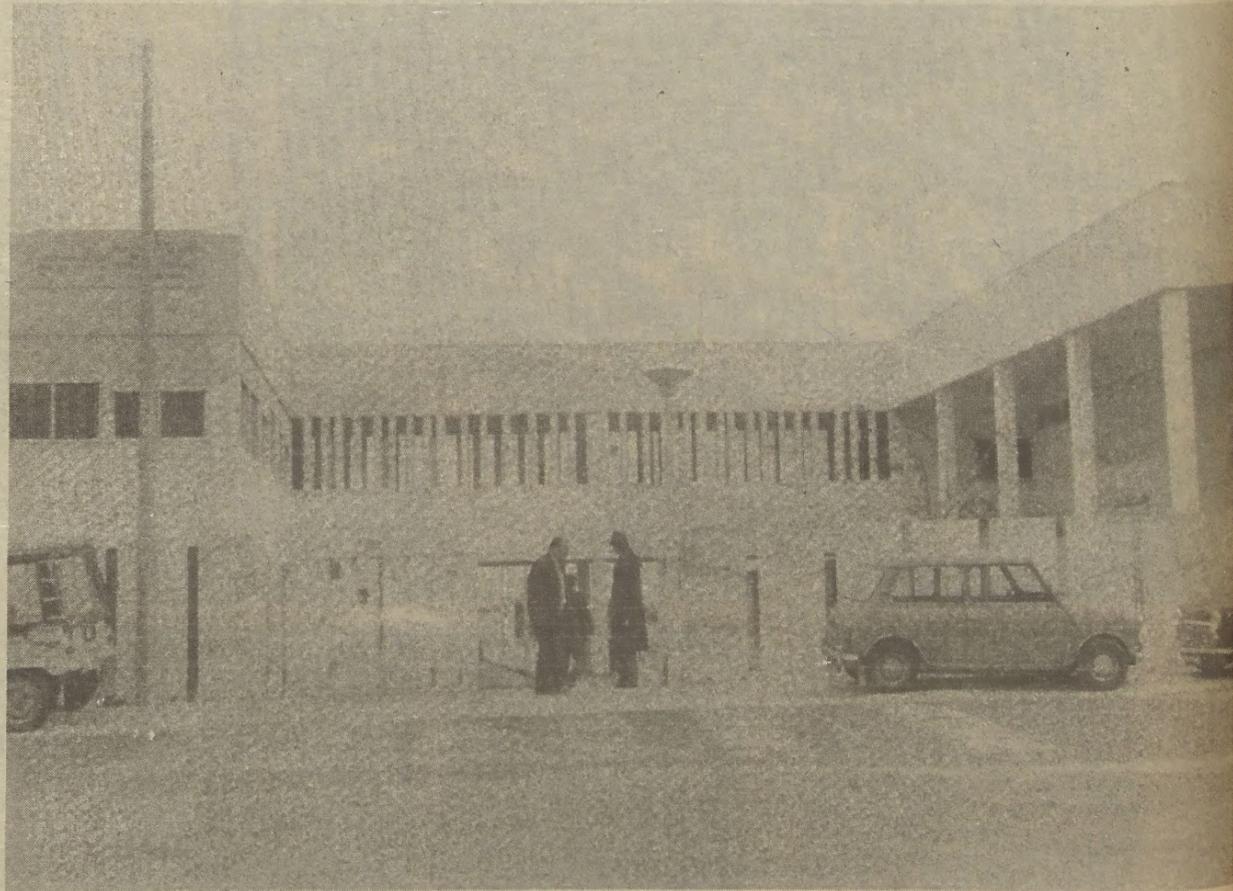
do SPGL, e António Silva, delegado sindical da Escola Secundária do Cartaxo. Esbatia-se cada vez mais o contratempo provocado pela indisponibilidade de sobre-ocupada Comissão de Gestão em receber a Imprensa...

### Um estender de chaves

Transferimo-nos para o café-restaurant em frente da Escola — o único nas imediações e o natural abastecedor das sandes com que a maioria dos alunos «resolve» os almoços que a cantina fechada lhes não fornece... por falta de verbas (quando virá o inquérito ministerial para averiguar da anomalia?!). À volta de umas bicas avançámos mais um pouco no «ponto



Fernando Galinha falando à nossa reportagem: «Querem mandar os professores para casa?»



A porta da Escola Secundária do Cartaxo. Sem passeio e bem à beira da estrada, como se pode ver pela «zebra» da passagem de peões. E estreitamente guardada por um contínuo, como quer uma Comissão de Gestão sem tempo para a Comunicação Social

da situação» que de certa forma pretendíamos fazer.

Não se condena uma pessoa antes de ser julgada, recordou Aurélio Marques, voltando mais uma vez à questão das suspeitas lançadas inconscientemente pelo ministério sobre o Conselho Directivo. Mas não era só isso: A escola não tem quaisquer plantas das instalações de gás, electricidade, água, saneamento, etc. O que existe resume-se a um «croqui» das salas. Ainda hoje se estão a receber equipamentos que

às vezes nem se sabe para que servem, enquanto se aguarda há anos a chegada de outros, bem urgentes...

E tem mais — ajuntou António Silva — quando esta escola foi entregue à comissão instaladora, há cinco anos a sala que agora explodiu não estava pronta, encontrava-se em acabamentos e vedada por tapumes. Seria entregue mais tarde pelo empreiteiro com um simples estender de chaves. Nenhuma informação, vistoria, nada.

Apenas as chaves.

Apenas as chaves. O costume. Quantas escolas abriram este ano compulsivamente e com obras por terminar? E quantas não têm, como esta, quaisquer plantas dos seus equipamentos básicos? Que inquérito se usa numa circunstância destas?

Aurélio Marques ainda rematária, no meio da pressa em que ambos estavam (iam para Lisboa): o Ministério só é diligente e consciencioso na sua tentativa de centralizar todos os cordelinhos da gestão e procurar minar a gestão democrática das escolas...

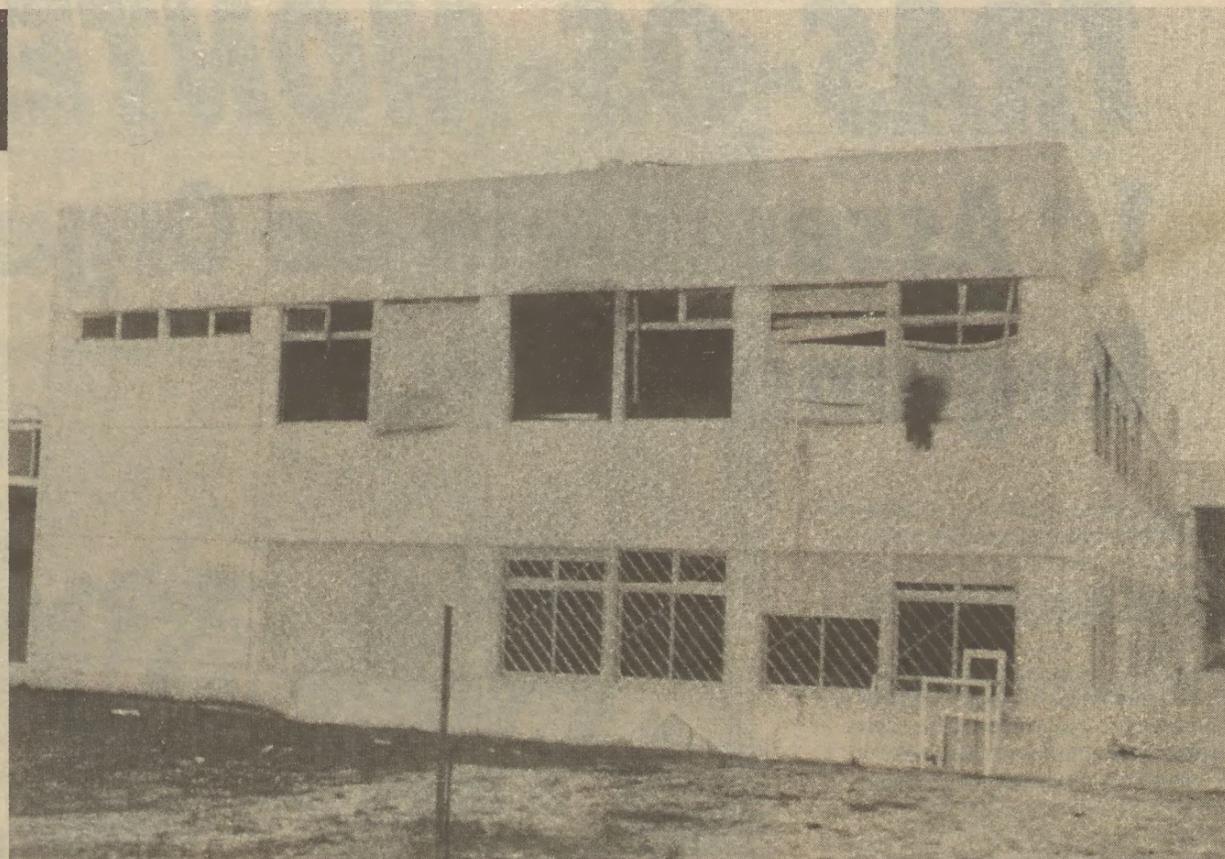
### Professores para casa?!...

Falaríamos ainda com outro professor da Escola Secundária do Cartaxo — Fernando Galinha, de Educação Física, que nos recebeu em sua casa. Para trás ficaram algumas horas de deambulação pela vila onde a tra-

gédia continua bem viva mas já não se vai atrás da «isca» lançada pelo Ministério ao procurar incriminar, na televisão, o Conselho Directivo. A noção de que é ao Estado que cabe a protecção dos cidadãos e a segurança dos serviços ao seu dispor volta à superfície, em perplexidades às vezes ingénuas («mas como é que se pode entregar uma escola assim?»), outras de rancores impotentes («o que «eles» precisavam era que os filhos deles andassem aqui, mas não, andam em colégios seguros!»).

Fernando Galinha colocaria uma questão ainda não abordada. Assim: Há uma tentativa por parte do Ministério em desmobilizar os professores da escola. Hoje fui lá e verifiquei que a Comissão de Gestão, certamente cumprindo orientações superiores, está a tentar mandar os professores para casa na base de que «a escola está fechada e não há nada que fazer», etc. Só que nós não desmobilizamos: a escola há-de reabrir em condições de segurança e connosco à frente desse esforço. Tal como não cruzámos nem cruzaremos os braços no apoio aos alunos atingidos, na organização dos pais para em conjunto lutarmos pela escola e pela sua segurança.

E apoios estatais às vítimas? Fernando Galinha sorriu: Promessas, já são mais de cem. O ministro da Saúde, Maldonado Gonelha, até prometeu a importação de pele e carne, quanta fosse necessária e ainda dos EUA, para as operações de cirurgia plástica. Estaremos cá para ver... Para já o que chegou fo-



O estado em que ficou o pavilhão onde está a sala da tragédia

ram 50 contos enviados pelo IASE como... apoio às famílias.

50 contos de «apoio» às famílias. Só mesmo este Governo.

Mas ainda conseguimos ouvir uma aluna, a **Maria Manuela Silva Félix**, do 11.º ano, numa circunstância fortuita quando, num café e já de partida para Lisboa a vimos num grupo atento, comentar com emoção os acontecimentos. Falámos-lhe e ela contou-nos, em linguagem particularmente desenvolvida, o que ela própria presenciou do café em frente da escola. Ainda no dia anterior eu tivera lá uma aula. Não me cheirou a gás e olhe que tenho bom olfacto! De qualquer modo duvido que alguém soubesse da existência de uma torneira de gás que ainda por cima estava escondida, e à mistura com outras condutas, por baixo de um lavató-

rio. De qualquer modo pergunto: se esta escola foi feita com dinheiro e planos americanos tão sofisticados, por que diabo colocaram

uma torneira de segurança de gás num sítio tão inseguro?

Sim, Manuela: Porque que diabo?!... ■

## Ministério contra a Educação

Saiba-se que «a falta de condições de trabalho e segurança em muitas das nossas escolas é uma realidade para a qual os professores, os órgãos de gestão democrática e os sindicatos têm alertado em múltiplas ocasiões o Governo e a opinião pública. A indiferença do Ministério da Educação e do Governo têm sido a resposta na maior parte das vezes». A afirmação não é nossa: constitui o primeiro parágrafo de uma moção aprovada no passado dia 31 de Janeiro numa reunião promovida pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) e que mobilizou, numa participação sem precedentes nos últimos anos, nada menos que 168 representações de Conselhos Directivos de escolas da Grande Lisboa, que a aprovaram com apenas duas abstenções e nenhum voto contra.

Esta significativa tomada de posição, além de expressar inequívoca solidariedade para com o Conselho Directivo da Escola do Cartaxo, aos seus professores, alunos, pais e particularmente vítimas da catástrofe de 25 de Janeiro, desenvolve fortíssimas críticas ao comportamento do Ministério da Educação neste caso da Escola do Cartaxo, acusando-o frontalmente de irresponsabilidade e tentativa de alijamento de responsabilidades. No 8.º ponto das 12 reivindicações da Moção, pode ler-se: «Exigir uma vitória de todas as instalações escolares e suspender qualquer tipo de actividade naquelas instalações onde já é visível o estado de degradação que ponha em risco a segurança dos que nela trabalham enquanto a referida vitória não se realize e não seja assinado um termo de responsabilidade por uma autoridade competente do Ministério da Educação.» Título genérico desta Moção que, como já dissemos, foi aprovada por quase unanimidade numa reunião de 168 CD's da Grande Lisboa: «**contra a irresponsabilidade do ministro da educação, a solidariedade e luta dos professores.**»

Mas se já é em si impressionante esta onda de solidariedade surgida na Zona da Grande Lisboa, em ligação com o repúdio pelo comportamento do ministro e do Ministério, mais significativa se torna quando sabemos que

idênticas tomadas de posição foram subscritas por todos os sindicatos de professores do País, a que se juntam centenas de telegramas de Escolas, Conselhos Directivos, professores, alunos e Associações de Alunos constantemente a chegar quer à Escola Secundária do Cartaxo quer ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, solidarizando-se com as vítimas, os alunos e professores da escola atingida, repudiando energicamente a atitude do ministro e do Ministério da Educação e exigindo-lhes que assumam as suas responsabilidades e não procurem «bodes expiatórios».

No mesmo sentido vai a extraordinária paralisação a nível nacional ocorrida na passada sexta-feira em três períodos de 15 minutos (manhã, tarde e noite), que teve elevadíssima adesão em todo o País, apesar de a sua convocação ter sido decidida e publicitada pelos órgãos de Comunicação Social apenas no dia anterior.

Outro aspecto que está a indignar os professores, em todo o País, relaciona-se com o carácter nitidamente persecutório da acção do ministro Augusto Seabra neste processo, particularmente ao anunciar por despacho lido na Televisão (a par com o anúncio da primeira morte das vítimas da catástrofe) a suspensão do Conselho Directivo com a acusação de «indícios de negligência», antes dos professores que o compõem serem notificados

e sem que sequer a Comissão de Inquérito tivesse iniciado o seu trabalho (fá-lo-ia no dia seguinte!). Procurou-se assim — deliberadamente e sem quaisquer provas — arranjar um «bode expiatório» que fizesse esquecer as evidentes responsabilidades dos serviços do Ministério do desastre. Posto isto já está a correr uma acção judicial intentada contra o ministro da Educação pelos professores lesados, através dos serviços jurídicos do SPGL.

Entretanto, os professores da Escola Secundária do Cartaxo — unanimemente solidários com o seu Conselho Directivo — têm desenvolvido notável actividade quer no sentido de apoiar os seus alunos e colega atingidos (criando grupos de acompanhamento permanente em Lisboa, onde estão internados), quer procurando, na luta e na organização, pôr a sua escola de novo em funcionamento, depressa e bem, em absoluta segurança, quer tentando organizar os encarregados de Educação para unirem esforços nesta luta comum.

Curiosamente a actual Comissão de Gestão imposta pelo Ministério à Escola Secundária do Cartaxo está, desde a passada segunda-feira e em nítido cumprimento de estratégia ministerial, procurando desmobilizar os professores, mandando-os para casa e dizendo-lhes que «não há nada a fazer», o Ministério «está a tratar de tudo», que voltem «quando a escola reabrir»...

Os professores e alunos é que não vão nisso. Tanto mais que, ao que parece, o Ensino em Portugal se encaminha a passos largos para a contingência de ter de ser construído e defendido contra um ministério que, teoricamente, existe para o servir... Há, pelos vistos, que lhe mudar a preposição chamando-lhe Ministério contra a Educação.

Mas o melhor mesmo é mudar o Governo que tal ministério tem, já que, como sabemos, se merecem tanto um ao outro ■

## Decretos não aguentam paredes

Toda a gente se lembra do exótico início deste ano lectivo de 1984/85 no nosso País, com as escolas a abrir à viva força embora em muitas faltasse professores, pessoal auxiliar, equipamentos, serviços, estruturas e até instalações tão obviamente indispensáveis como... salas de aula. E que apesar de também muitas delas quase não terem existência física — tal a degradação de edifícios que já foram escolas e hoje enriquecem o nosso património ruino-arquitectónico, todas abriam oficialmente na data definida por um ministério da Educação em bicos de pés, na obsessão de exhibir estatura governativa.

Está igualmente presente o subtil «modus faciendi» deste império governamental: Conselho Directivo que não abrisse a sua escola na data assinalada, levava com um processo disciplinar em cima. Por isso várias abriam as portas para as fechar no dia seguinte, dado que não havia nada lá dentro, outras nem isso porque nem portas havia e algumas iniciaram actividades pedagógicas em locais tão vocacionados como casas de banho e antigas prisões. Escusado será dizer que grande parte destas situações se têm mantido até hoje, com o que isso significa de dramático, de superlotação, de irracionalidade de horários, de insegurança, de desconforto, de insalubridade, de ineficácia, de desaproveitamento, e, enfim, indignidade.

Pois concretamente em relação à Escola Secundária do Cartaxo — também sujeita, na pessoa do seu Conselho Directivo à ameaça do processo disciplinar caso não abrisse as portas na data exigida pelo ministério — a situação era resumidamente a seguinte, no início deste ano lectivo: professores por colocar, um terço do pessoal administrativo necessário ao funcionamento da escola, uma cantina equipada mas fechada... por falta de verbas. Destas graves anomalias apenas se resolveu, até hoje, a primeira, completando-se o quadro do pessoal docente. Quanto ao pessoal auxiliar, a escola secundária do Cartaxo continua com dois terços a menos dos funcionários que deveria possuir, e a cantina mantém-se fechada, com as crianças (na sua maioria a morar longe da escola) a «almoçar» sandes de bornal ou compradas pelos cafés.

É este Conselho Directivo — a quem ordenou, sob ameaça, a abertura compulsiva da Escola sem que ela estivesse em condições operacionais de funcionamento — que agora o ministério da Educação de José Augusto Seabra suspende disciplinarmente. Lançando-lhe suspeições sobre a responsabilidade de uma tragédia que começa necessariamente — e para além de todas as negligências possíveis e a provar — nas condições criminosas em que se entregam escolas sem que se lhes conheça as redes de gás, água, electricidade, etc. (como foi o caso desta, há cinco anos e ainda hoje), que muitas vezes começam a funcionar sem estar acabadas (como também foi o caso desta e, concretamente, da sala onde se deu a tragédia, que só foi acabada e entregue pelo empreiteiro meses depois da escola ter entrado em funcionamento), que, finalmente, começam as suas actividades por ordem do ministério e independentemente das condições de (in)segurança em que se encontram.

É óbvio que não é no Cartaxo que deve começar o inquérito à tragédia do passado dia 25 de Janeiro. Ou no Crato, acerca do acidente ocorrido já no início desta semana na escola preparatória onde um tecto lhe deu para ruir, por acaso sem causar vítimas. Ou em qualquer desastre a ocorrer provavelmente nas muitas escolas deste país, que funcionam «por decreto» mas não se aguentam nas paredes... ■

# TRÁS-OS-MONTES

## 1.ª Assembleia da Organização Regional do PCP

**C**ulminando uma intensa fase preparatória, que incluiu a discussão do projecto de resolução política e a eleição dos delegados, vai realizar-se no próximo domingo em Vila Real a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Trás-os-Montes (ORT) do PCP.

Efectuando-se «numa região fortemente dominada política e ideologicamente pela direita», esta Assembleia, que reunirá representantes das organizações do PCP dos dois distritos (Bragança e V. Real), «constitui por si mesma um êxito de que se devem orgulhar os comunistas e todos os democratas transmontanos e durienses». Como assinala o projecto de resolução política, documento que dinamizou a fase preparatória, tendo registado numerosas propostas para o seu melhoramento, a 1.ª Assembleia da ORT é «o resultado de uma exigência do crescimento e consolidação do PCP na região, do amadurecimento dos seus quadros, da intensificação da sua acção e influência de massas», respondendo também às orientações definidas pelo X Congresso do Partido.

A realização da 1.ª Assembleia da ORT envolve quatro objectivos fundamentais: além de uma reflexão crítica sobre a actividade dos comunistas e do Partido na região ao longo deste 10 anos de liberdade, a Assembleia abordará os condicionalismos económicos, sociais e políticos da região em que se desenvolve essa actividade, as tarefas fundamentais do trabalho do Partido e vai eleger pela primeira vez a Direcção Regional do PCP — a DORT.

Recorde-se que a ORT existe há cinco anos e meio, tendo resultado da divisão da Organização Regional do Norte em três OR's: Porto, Minho e Trás-os-Montes.

A actividade preparatória da 1.ª Assembleia da ORT proporcionou um sério levantamento não só sobre a organização do PCP em Vila Real e

Bragança como sobre as principais questões que caracterizam a situação política, social, económica e cultural da região, confirmando-se de novo a pro-



### A representação da APU nas autarquias da região

- A APU tem nas Assembleias Municipais 33 eleitos. Não temos nenhum eleito nos concelhos de Mesão Frio, Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião e Valpaços, no Distrito de Vila Real e Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais, no Distrito de Bragança;
- Tem eleitos nas Assembleias de Freguesia, 56 em 36 Freguesias do Distrito de Vila Real e 38 em 25 Freguesias do Distrito de Bragança;
- Está presente nos executivos das Juntas de Cortiços e Freixo de Espada à Cinta (Distrito de Bragança) e, Pinhão, Cidadelhe, Nossa Senhora da Conceição, S. Dinis e S. Pedro (Distrito de Vila Real);
- Tem presentemente a maioria em 2 Juntas de Freguesia do Distrito de Vila Real, Ermida e S.º André tendo esta última sido ganha em eleições intercalares;
- Há ainda militantes do Partido que concorreram por listas independentes nos executivos de outras Juntas de Freguesia (Vilas Boas no concelho de Vila Flor);
- Além da presença de comunistas e outros democratas nas Comissões Administrativas que a seguir ao 25 de Abril geriram as Câmaras Municipais, houve vereadores da APU em 3 Câmaras do Distrito de Bragança — Vila Flor, Mirandela (conquistada em eleições intercalares) e Alfandega da Fé. As oscilações das votações não permitiram contudo conservá-los.

(Do projecto de resolução política da 1.ª Assembleia da ORT do PCP)

funda ligação dos comunistas aos problemas e aspirações das comunidades.

Reunindo apontamentos de vivo interesse, o projecto de resolução política da Assembleia é, ao longo das suas 59 páginas, um documento de extraordinária importância para todos os transmontanos e durienses que, de facto, estão interessados no futuro desta bela região, cujos recursos e potencialidades não têm merecido tanto no período do fascismo como agora as devidas atenções.

O passado, o presente e o futuro transparecem com realismo ao longo dos oito capítulos do documento, que, já melhorado e enriquecido com as propostas dos militantes comunistas, será posto à votação no próximo domingo na cidade de Vila Real.

Depois de uma breve nota introdutória, em que se fala da própria Assembleia, dos seus objectivos, do significado da sua realização e do momento político em que é efectuada, o projecto de resolução política dedica os capítulos II, III, IV, V e VI a aspectos diversificados da realidade transmontana e duriense. E é com muito interesse que decorre a leitura desses capítulos. Aí se dá uma panorâmica

multifacetada da região, a que não falta a componente histórica da luta e da resistência dos democratas e dos trabalhadores da região durante o fascismo.

Aí se explica o que foi a exploração dos agricultores e dos trabalhadores durante a ditadura, a emigração e o autêntico êxodo em direcção à Europa — a aventura de mais de 100 mil transmontanos e durienses à procura de uma vida melhor e mais digna, o «salto» clandestino nos anos 60 e 70; o que foi a luta do povo, o protesto popular e alguns dos seus exemplos mais corajosos como a greve dos trabalhadores de Freixo-de-Espada-à-Cinta em 1940, ou a dos Carvalhais (1958). Ou ainda as lutas dos trabalhadores das Pedras Salgadas (1957/58), da Cerâmica de V. Real (1957), da Barragem do Picote (1962), dos mineiros da Borralha (1962), dos motoristas de V. Real (1965), dos professores de Bragança (1971), etc.

Não é esquecido, naturalmente, o papel de relevo dos comunistas no desenvolvimento da luta popular e democrática contra o fascismo nesta região, a terra natal de Bento Gonçalves, primeiro secretário-geral do PCP, região em que outra figura destacada

da resistência, Militão Ribeiro, também trabalhou e lutou nos anos 30.

O 25 de Abril, a alegria e a esperança do povo transmontano e duriense é tema desenvolvido no capítulo III do documento. E aqui surgem diversos apontamentos: desde o desenvolvimento do PCP nas condições de liberdade à resistência contra a ofensiva contra-revolucionária e terrorista. Pelo meio, aparecem notas sobre a formação das comissões de aldeia e de moradores, os bairros do FFH, as medidas então preconizadas para os pequenos e médios agricultores, o nascimento da conhecida Cooperativa «Pioneiros» dos Cortiços, etc.

Os reflexos de nove anos de política de direita — a recuperação capitalista e o agravamento dos problemas regionais preenchem o capítulo IV do projecto de resolução política.

### Existem soluções!

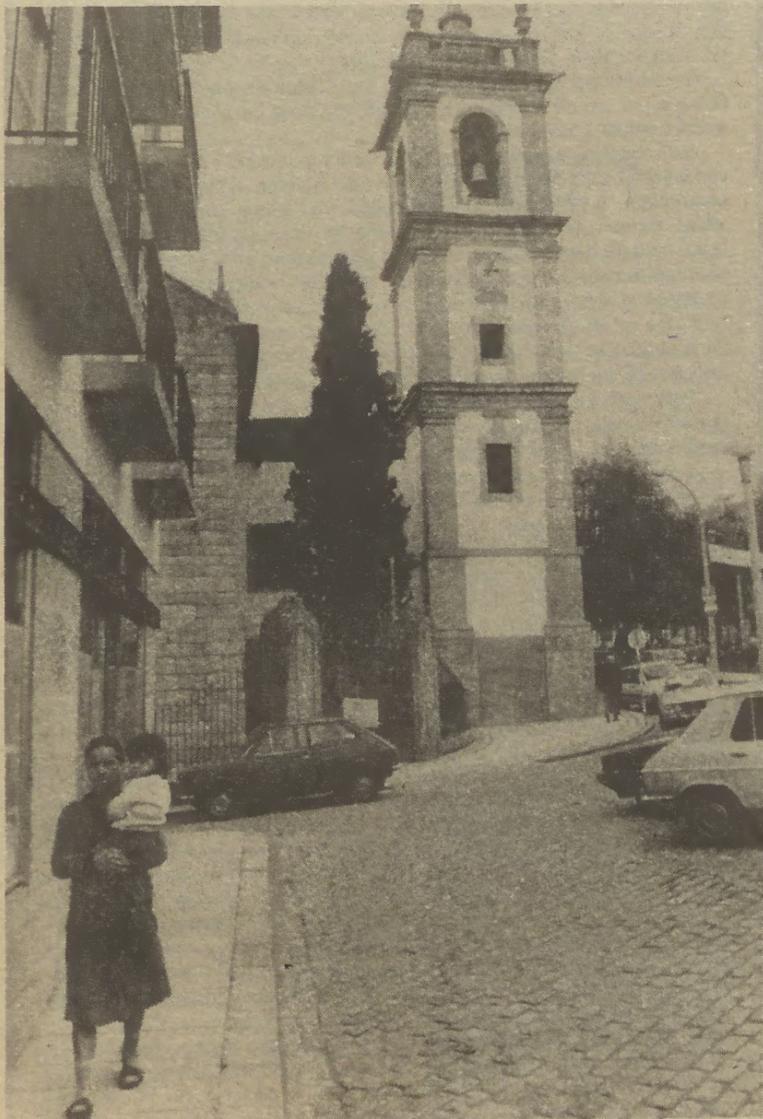
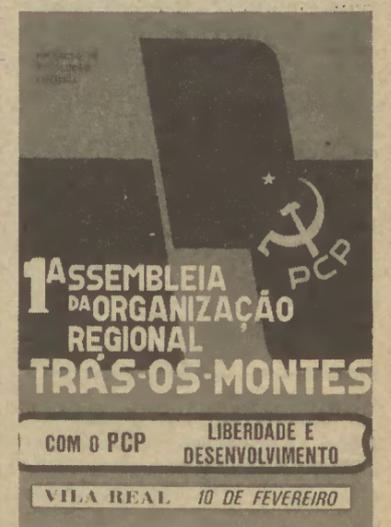
No capítulo seguinte apresenta-se uma síntese da alternativa democrática que o PCP apresenta e defende para o desenvolvimento regional. Nesta alternativa, respeitando em primeiro lugar o quadro constitucional, apresentam-se as medidas fundamentais para a política económica e financeira, agricultura, pecuária e silvicultura, indústria e comércio, infra-estruturas e qualidade de vida, saúde, ensino, regionalização, poder local e democracia, cultura, desporto e informação.

Este capítulo demonstra categoricamente que os problemas de atraso de uma região não são uma fatalidade. Longe disso. Existem soluções justas e objectivas. É tudo uma questão de vontade política.

Para ilustrar o que acabámos de referir, não resistimos a uma passagem do documento em que, no ponto dedicado às indústrias transformadoras, se propõem as seguintes medidas para as matérias-primas do subsolo e agrícolas/pecuárias/silvícolas:

### Matérias-primas do subsolo

- Estudar projectos para o aproveitamento integral, através de empresas



A Assembleia da ORT terá também como objectivo contribuir para impulsionar, na região, a luta pela demissão do Governo PS/PSD e pela criação de uma alternativa democrática à política e governo de desastre nacional (na foto: zona central da cidade de V. Real)



A 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Real, efectuada em Novembro passado, foi também um contributo para a actividade preparatória da 1.ª Assembleia da ORT, que decorrerá no próximo domingo

municipais ou regionais, de toda a riqueza de águas de mesa e termas inexploradas ou mal exploradas pelos seus actuais concessionários — Bem Saúde (Vila Flor), Vilarelho da Raia e Segirei (Craves), «águas lisas» (Montalegre e Boticas), Carlão, Caldas do Moledo, Pombal, etc.;

- Instalação de empresas para a transformação do tungsténio em produtos finais no distrito de Vila Real;

- Estudar o tratamento completo do minério de ouro de Jales, em Vila Pouca de Aguiar;

- Viabilizar o funcionamento das fábricas já instaladas para aproveitamento do quartzo (Vicominas e Milnorte), protegendo os espaços vizinhos da sua acção poluente;

- Construir a empresa pública capaz de fazer o levantamento/exploração/valorização do conjunto da riqueza mineira regional ainda mal aproveita-

da ou mal explorada. Não é do interesse do País e da região que o aproveitamento e a exploração sejam feitos, como vem acontecendo, por monopólios internacionais;

- Investimentos necessários para o aproveitamento de calcários do Marão, com destino a correctivos calcários do solo agrícola;

### Matérias-primas agrícolas/pecuárias e silvícolas

- Fazer do Cachão uma empresa pública virada autenticamente para o apoio à agricultura regional, garantindo-lhe os investimentos necessários

ao seu desenvolvimento e à satisfação dos seus compromissos com a lavoura;

- Estudo de um projecto para aproveitamento da batata (fécula, amido), na Zona de Chaves;

- Apoio ao desenvolvimento das tradicionais indústrias de salsicharia regional (alheiras, fumeiros, etc.);

- Instalação de indústrias de aglomerados de madeira/folheados;

- Apoio ao funcionamento da indústria de aproveitamento dos subprodutos vínicos na Régua.

A luta em defesa de Abril e do regime democrático está em foco no penúltimo capítulo do projecto de resolução política. Aí se destacam as acções e o papel da classe operária e dos restantes trabalhadores, do movimento sindical, dos pequenos e médios agricultores, de outras camadas e sectores sociais, dos intelectuais e

## O fascismo era assim... Um episódio de 1940

O «retrato» a corpo inteiro do fascismo é o relato da luta dos trabalhadores agrícolas de Freixo de Espada-à-Cinta, em 1940. Foram ter com o Presidente da Câmara reclamando um aumento de 7 para 8\$00 (trabalho de sol a sol). Com as ruas da vila cheias de GNRs, GFs e Legionários, 10 foram presos e considerados presos políticos porque teriam dito na rua «Hoje mandam eles amanhã mandamos nós». Após interrogatórios pela então PIDE, foram enviados para Bragança. Daqui foram para o Porto, para a Rua do Heróismo, onde estiveram 7 meses. Julgados, foram condenados uns a 4 e outros a 2 meses de prisão com a acusação de «abandono do trabalho». Soltos, só a solidariedade do povo de Freixo de Espada-à-Cinta permitiu arranjar dinheiro para os transportes de regresso a casa. («Apontamentos da luta do povo transmontano e duriense no fascismo» — cap. II do projecto de resolução política da 1.ª Assembleia da ORT do PCP)

quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos trabalhadores por conta própria, da juventude, das mulheres, e ainda o trabalho autárquico e luta das populações, outras expressões de organização, luta e intervenção popular, as lutas e as alianças sociais, a luta política — a unidade democrática.

A organização do PCP «fecha» o documento, que refere as deficiências ainda patentes no trabalho do Partido apontando ainda as tarefas que se colocam aos militantes comunistas e aos

seus organismos para ultrapassar essas deficiências e arrancar para uma maior ligação às massas e para um fortalecimento do Partido a todos os níveis.

Os efectivos, a estrutura e funcionamento das organizações, o trabalho de direcção, princípios orgânicos, estilo e características de trabalho, quadros, Centros de Trabalho, informação e propaganda, fundos e política financeira são os pontos abordados neste último capítulo — «Avante com a organização do PCP» ■

## O terrorismo pintado

Tomemos um mês, o espaço de trinta dias. E um país, por exemplo o nosso, que é o que interessa, pouco mais de 90 mil quilómetros quadrados. Acertemos o mês com o país e vejamos o que se passa. Damos conta, desde logo, que podemos abordar a questão por muitos lados e bons. O mês pode ser de chuva ou de sol, pode tirar-se-lhe a temperatura média e, ao país, observar-lhe apenas a superfície, a ruga, as linhas de água e os cumes dos montes: fica a saber-se a aparência. Más pode, a um país e a um determinado tempo, acrescentar-se muita coisa e de aparência não passar. Quando tal se faz nunca é por acaso. É que se pretende vender algum produto, impor certa ideia, tomar alguma decisão. Como faz o Governo, invocando os últimos tempos e o país. Ajudado por uma imprensa que lhe debita as razões ou que não vê mais do que a superfície de uma manobra mais profunda e vasta. Falamos do terrorismo que, mais do que acontecimento de dimensão nacional — e internacional, invade as páginas dos jornais e o discurso governativo, emprestando às acções terroristas a categoria de fenómeno.

Vai o Governo e reúne o gabinete da crise. Como se, de há tempos para cá, não reunisse sempre sobre a crise que provoca e que gere debatendo-se nas contradições da coligação e sofrendo o repúdio nacional. Vai o Governo e serve-se do assassinato e da bomba, do grupelho que não persegue e da segurança que não organiza dentro do que a lei democrática e a Constituição faculta, serve-se o Governo do terrorismo como pretexto para «implementar» a regulamentação dos serviços de informação e para trazer de novo à ribalta a «necessidade» da Lei de Segurança Interna. O terrorismo cumpre assim o seu papel de acessor governamental na tarefa exclusiva da coligação no Poder: tentar enterrar definitivamente Abril que, ao mesmo tempo que sofre ataques destruidores nas conquistas económicas e sociais dos trabalhadores, tem de sofrer, para que o caminho seja completo e resulte, ataques às liberdades e aos direitos que a Constituição consagrou.

Há, no entanto, uma certa ideia por aí muito vendida,

divulgada por alguns ingénus e propagandeada por outros muito menos ingénus, uma certa ideia de que o terrorismo a que se tem assistido nos últimos tempos em Portugal, nasce de um terreno favorável a actividades deste tipo. Invoca-se o mal-estar social e a crise, os salários em atraso e o desemprego, a destruição de UCP's e o encerramento de empresas, para afirmar que o resultado é o desespero das massas empurradas para a actividade terrorista ou, pelo menos, para uma atitude favorável ao seu desenvolvimento. Nada mais falso, nada mais gravemente mentiroso.

Precisamente porque a democracia e as liberdades, apesar dos ataques, existem — e existem mercê da luta organizada das massas em sua defesa —, é que o terrorismo bombista não corresponde hoje à luta dos trabalhadores e dos democratas. E porque tão eficaz, tão mobilizadora é, na adversidade promovida pela política da coligação PS/PSD, a luta organizada, os arautos governamentais, a sua TV e a sua Rádio, os pasquins controlados e a soldo da direita não lhes mostram nem a imagem, nem a palavra nem a luta. Não é por acaso que preferem, nas paragonas, exaltar os tristes feitos dos terroristas — o assassinato, a destruição, a bomba que rebentou e a que caiu na água.

Se o português leitor fosse a guiar-se por tais meios afectos à política governamental pensaria decerto que este é um país de bombas e não de persistente luta das massas para defender Abril e retomar o caminho de Abril.

O terrorismo surge assim como inimigo dos objectivos dos trabalhadores e das suas lutas. Por muito que se mascare. Aqui travestido com o próprio nome do 25 de Abril, noutros países com os nomes do comunismo e com as cores vermelhas da revolução proletária.

Curiosas são ainda as coincidências neste capítulo. Particularmente em países onde é poderosa a classe operária, onde os trabalhadores dispõem de fortes organizações sindicais ou de partidos que defendem os seus interesses a nível social e político, onde cresce o movimento pacifista e democrático e a luta de classes se torna mais acesa, é lá

que proliferam, tentando minar o terreno da batalha, os grupos terroristas, a bomba, o assassinato de personalidades ligadas ao Poder. Não consta, porém, que o assassinato tenha aberto uma empresa em vez de encerrá-la, tenha impedido despedimentos ou pago maiores salários. Serve e tem servido ao aumento do aparelho repressivo, à sofisticação dos sistemas de «segurança», à criação de ambiente favorável ao entendimento das facções da direita e das famílias da direita para aumentar a repressão sobre os trabalhadores e sobre as suas organizações de classe. O terrorismo, agindo como provocação e servindo de pretexto, funciona como apelo à fascização do Estado.

Não é por acaso que Mário Soares se serve dele. Em declarações recentes produzidas nos Açores, aproveitou o Primeiro-Ministro para revelar que o Governo aprovou a regulamentação dos serviços de informação que visam transformar o cidadão num bufo; e para trazer à baila a lei de «segurança interna» que, afirmou, é também um instrumento com que «se pode combater como deve ser o terrorismo»...

Não deixou Mário Soares de inserir os actos de terrorismo «numa estratégia internacional». «São actos», disse, «que visam instalações da NATO, outros que ocorreram como na Base de Beja, e têm um sentido que é claro». Por sua vez, Mota Pinto, referindo-se às acções terroristas, afirmou ser necessário procurar os seus autores «do lado dos inimigos da NATO». Pela certa que Mário Soares não procurará entre gente convertida à NATO, como o seu conselheiro Acácio; nem Mota Pinto olhará de viés o seu tigre de papel domesticado Eduíno. Toda a gente sabe quem são os inimigos do imperialismo. É pois do lado dos trabalhadores, dos democratas, dos que lutam pelo progresso e pela paz, que o Governo, se o deixarem armar-se com leis como a de «segurança interna», procurará. Não para desmantelar o terrorismo, prender assassinos e bombistas. Mas para tentar encerrar o 25 de Abril num Tarrafal qualquer.

■ L. M.

■ Albano Lima

# TRANSPORTES

## Assembleia é no sábado

### Do Ypsilon do Metro

# à Comapor em risco

## — pequena viagem pelo Sector



Neste último trabalho, publicado dois dias antes de começar na Academia de Santo Amaro, em Lisboa, a 3.ª Assembleia do Sector de Transportes da ORL do PCP, abordamos com o engenheiro técnico da CP, Rego Mendes, algumas questões sobre empresas incluídas no Sector que não tinham referido, ou quando o fizemos foi apenas de passagem, nas cinco entrevistas com camaradas da CTM/CNN, CP, Carris, Rodoviária Nacional e TAP. Foi nossa preocupação esboçar um panorama que sirva à boa preparação e ao êxito da Assembleia que se efectua sob o lema «Reforçar o Partido — Defender as Nacionalizações — Continuar Abril»

Os trabalhadores do sector público administrativo e empresarial têm protestado publicamente contra o corte de direitos adquiridos e a previsível extinção de postos de trabalho. Essas intenções do Governo, expressas principalmente na redução de verbas do Orçamento de Estado para este ano, têm incidência no vosso sector?

Para já, há os cortes nas remunerações acessórias. Cortes ou desaparecimento puro e simples?

Bom. Uma coisa é o que diz o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, chamadas assim de uma maneira um tanto pomposa quando tanto se fala e tão pouco se planifica...

As Gopes, como se diz correntemente, e o OE...

... E outra coisa é a prática que a luta dos trabalhadores tem imposto e vai continuar a impor.

Mas no OE vem, se não estou em

erro, a «eliminação» dessas remunerações acessórias. Os salários, já muito baixos para a maioria dos trabalhadores, não irão ainda sofrer reduções consideráveis?

O melhor é lermos o que diz o próprio texto do OE distribuído pelo Ministério das Finanças e do Plano.

No capítulo das despesas com pessoal, especialmente o número segundo do artigo nono, lê-se: «São eliminadas, a partir da entrada em vigor da presente lei (a do Orçamento) quaisquer remunerações acessórias, independentemente da sua designação, destinadas a premiar ou estimular a assiduidade no exercício de funções no sector público administrativo ou empresarial».

Aquele «independentemente da sua designação» pode servir, segundo parece, à primeira vista para deixar as remunerações reduzidas ao osso.

É verdade que há uma série de regalias alcançadas, por vezes através da luta, ainda antes do 25 de Abril, em empresas públicas, que já o eram antes da Revolução, e estão hoje incluídas no sector empresarial do Estado, que fazem, no fundo, parte integrante dos salários com que se conta ao fim do mês.

Como, por exemplo? Sem contar com as que refere expressamente o artigo nono do OE (assiduidade, etc.) há nesse etc., algumas que concretamente nos transportes (CP e TAP principalmente) representam uma viagem por ano em qualquer trajecto, ida e volta...

Que fazem parte de direitos não apenas adquiridos, mas legalizados e constantes dos acordos de empresa.

Não só de empresa. Resultam até de acordos internacionais. Só para citar um exemplo, veja-se o caso da CP

onde já antes do 28 de Maio (1926) os ferroviários tinham direito a essa regalia, que o Governo de hoje, dito socialista ou coisa assim, pode considerar uma «remuneração acessória» para a fazer desaparecer.

Do salário, afinal. Sim, na prática é isso. E nota-se que essas regalias podem ter variado desde que foram criadas, mas nunca desapareceram.

E é agora um Governo dito socialista...

... Que pretende reduzir os salários a um osso, e ainda chupá-lo se puder, fazendo desaparecer as remunerações que entender «acessórias», como o Orçamento refere.

Os responsáveis pelo sector empresarial do Estado e o Governo afinal, que é o primeiro responsável, não se limitam, portanto, a extinguir empresas como as da marinha mercante, a CTM e a CNN, val

até ratar nas remunerações acessórias. Com alguma contrapartida?

Não está à vista qualquer contrapartida: muito pelo contrário. Para já não falar no desequilíbrio bem visível entre os 22 por cento, ou menos, que o Governo quer impor nos salários deste ano e o salto enorme do custo de vida, que está muito para além dessa percentagem, o Governo reduz sistematicamente as verbas do OE para o sector.

Com reflexos nos investimentos... Necessariamente.

Mas sabe-se qual o montante dessas verbas para o ano corrente, segundo o OE?

Estão demasiado agregadas para se poder extrair conclusões sobre o que vai caber a cada uma das empresas. Mas uma certeza pode desde já avançar-se: é que não vão chegar para pagar as dívidas do Estado às empresas públicas, do SEE, nos transportes.

Voltando à marinha mercante, e ainda quanto a verbas, sabe-se também que não é pequeno o montante para os administradores das novas empresas com capital privado.

Cinquenta mil contos só para os vencimentos de membros das administrações da Portline e da Transinsular.

O Organismo de Direcção do vosso sector como é que caracteriza essa liberdade do Governo para os gestores da privada, enquanto que...

Chama-lhes muito justamente «tachos», distribuídos a alguns amigos.

**Marinha mercante: No «baralha e torna e torna a dar»**

Que certamente vão salvar a marinha mercante portuguesa da gran-



de derrocada. Ou trata-se de baralhar e dar de novo?

Eu diria que a privada vai lá para afundá-la ainda mais. Repare-se que a CTM e a CNN foram extintas só e exclusivamente para as abrir pela fraude — não tem outro nome — ao grande capital financeiro. Aliás já aqui foi dito no «Avante!», e creio que pela primeira vez publicamente, que a extinção da CTM e da CNN não passava de uma falência fraudulenta, pois por lei as empresas nacionalizadas e públicas não podem ir à falência, não caem sob a alçada do respectivo tribunal; mas criaram-se artificialmente todas as condições para que ao longo dos últimos oito anos elas chegassem na prática a esse estado.

E depois extinguíram-se. Vamos ver. O processo não terminou. Há outros poderes neste País além do Governo, como se sabe.

E há leis. Incluindo a que separa os sectores público e privado. E as nacionalizações são irreversíveis, segundo a Constituição. Não podem sobretudo reverter em benefício dos grandes lucros da alta dinastia privada, como sucedia no fascismo.

Pode-se inverter esse processo? Como este Governo não. Mas muito se tem evitado.

É evidente que as nacionalizações resistem mais do que se possa pensar. Mas cada passo nesse campo é um passo de defesa, que só pode ser dado com os trabalhadores. E são eles e as suas organizações representativas que suportam o embate directo.

Apenas pelas reivindicações próprias?

Sabe-se muito bem que não. As lutas reivindicativas, sobretudo por salários adequados, pela manutenção de regalias contratuais, etc. têm sido sempre acompanhadas pela exigência muito firme da salvaguarda económica e financeira das empresas do SEE como unidades nacionalizadas e públicas.

Julgo que isso tem ficado sempre muito claro nas lutas do sector dos transportes e, já que estamos a tratar do caso no âmbito da ORL, precisamente aqui na região da Grande Lisboa.

Onde têm a sede as maiores empresas do sector.

### O Ipsilon do Metro: uma estrutura desajustada

Certamente que sim. E, por falar nisso, algumas delas ainda não foram contempladas nesta série de entrevistas que o «Avante!» tem publicado ultimamente.

Fevereiro é o mês dos aumentos dos transportes. As novas tarifas anunciadas pelo Governo atingem sobretudo as classes trabalhadoras que habitam na periferia das grandes zonas industriais, com relevo para Lisboa, Porto e Setúbal. É fácil verificar como os que desprezam os serviços e as funções sociais do Estado cobram, por assim dizer, duas vezes o preço dessas funções, que depois se negam por sistema a repor nas indemnizações compensatórias às empresas transportadoras nacionalizadas. O passageiro paga e paga cada vez mais. É ele que fornece o grande caudal dos dinheiros que entram no Metro, na Carris, na RN, na CP. Mas esse caudal nunca é suficiente para os actuais responsáveis pelas contas do Estado, que sugam nos impostos, sugam nos transportes, sugam nos salários; e dizem que é tudo por mera austeridade. Isto quando a ela se referem explicitamente, pois a pouca-vergonha de que dão provas desvaloriza, até, algumas palavras que a realidade reclama, mas a demagogia confunde.

Não das maiores, que essas já cá estiveram.

Não das maiores, mas com peso. São os casos do Metro, da ANA (Aeroportos e Navegação Aérea), da Sopotana, Transtejo, Autocoop, Socarmar, a Comapor.

Todas abrangidas pela organização do Partido nos transportes. Podemos, então, começar por uma ponta; pelo Metro, por exemplo.

O Metropolitano de Lisboa começa por ter uma estrutura desajustada às necessidades e, como todas as empresas de transportes urbanos e suburbanos, tem uma situação económica negativa.

Que relação há entre a estrutura e a situação económica?

A estrutura, como se sabe em Y, tem sido mantida, apesar de constituir um estrangulamento.

Estrangulamento? Sem dúvida... Que evita o desenvolvimento da empresa. E apesar disso, os investimentos continuam a fazer-se desenvolvendo, ou na perspectiva de

desenvolver, os dois braços dessa letra Y.

Investimentos de que ordem?

Por exemplo, de 781 mil contos em material circulante, quando os investimentos prioritários deviam ir no sentido de desfazer o Ipsilon

E o que se faz?

O que se faz é aumentar os dois braços do Y. A negocia com os terrenos, de que se falou bastante ultimamente, explica uma parte das razões que levaram a essa opção prioritária de investimento.

A Sociedade Imobiliária da Quinta do Lambert e à Sociedade Luna Parque.

Quando?

A primeira em Abril de 1981 e à segunda empresa — se é que elas ainda existem com esses nomes — em Dezembro do mesmo ano.

Em prejuízo de quem?

Primeiro, em prejuízo da própria empresa do Metro e, como empresa pública, aos utentes passageiros que pagam couro e cabelo por um péssimo transporte, que ainda por cima não chega para as encomendas.

Mas que rende, pelos vistos...

Rende, neste caso dos terrenos, sobretudo para os especuladores. Repare-se que...

Só os especuladores?

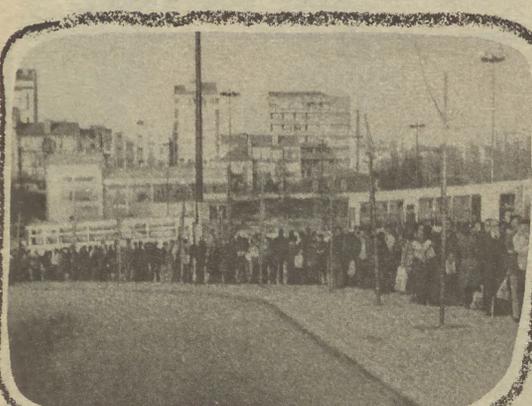
Eles e quem os protege, politicamente inclusive. E do domínio público que os principais interessados no «negócio» ao qual não será estranho, como afirma a Federação dos Rodoviários, «o presidente da Câmara, Krus Abecasis», desejam manter a tal estrutura em Ipsilon porque esses dois terrenos vendidos ficam no enfriamento de Sete-Rios, um dos braços da tal estrutura, como se sabe. E isso é apenas a «ponta do véu».

Que encobriria o quê?

Outros negócios ainda maiores. A mesma FSTRU, que foi a primeira organização a trazer a público o que chamou «as negociações do CG-Metro», revelou que dentro desta política de «enriquecer especuladores à custa de dinheiros públicos», o Metropolitano gastou em 1984 «mais de 5 milhões de contos».

Assim o que se sabe é pouco.

Sim. Crê-se que muito desse caso dos negócios com terrenos continua escondido. Por exemplo o caso de Loures. Mas o melhor é citar o que diz a Federação sindical do sector. Nomeadamente esta parte do seu comunicado de 29 de Novembro do ano findo: «Fala-se do Metropolitano em Loures quando é dado por certo que com o actual projecto nem daqui a quinze anos haverá Metro na Calçada de Carriche». Os prolongamentos «em perspectiva servem é para promover e valorizar as construções do Alto do Lumiar, os terrenos (proprie-





dade de Proença de Carvalho) junto às Telheiras e ainda para fazer subir os preços de venda da habitação no concelho de Loures».

#### E voltamos ao *epsilon*...

Pode até perguntar-se por que é que a ligação ao Cais do Sodré, sem dúvida prioritária, continua parada. Não será porque aí o Metro se limitaria a servir a população e não valorizaria grandes projectos imobiliários?

#### É de crer que sim.

É de crer que sim. E continuamos com o Y, com os braços a crescer principalmente para onde houver terrenos a valorizar e a pagar com dinheiros públicos por altos preços.

Mas passemos a outra empresa, senão ficamos pelo caminho.

Realmente a matéria dá pano para mangas.

## A Transtejo em boas condições

A Transtejo, por exemplo, para mudar de ares.

Aí o principal problema é a negociação colectiva. Podemos dizer, a partir das indicações colhidas no ano passado, que, com o recurso à luta, novamente se for necessário, a unidade pode aí fugar todos os «tectos salariais».

A situação da empresa permite-o?

A Transtejo tem boas condições financeiras. A situação líquida é posi-

va: 260 mil contos em 1980; 251 mil em 1981; 240 mil em 1982 e 136 mil em 1983. Neste último ano, tinha 454 trabalhadores. Não houve entretanto despedimentos e os postos de trabalho não diminuíram. Há condições para obter um aumento salarial considerável este ano.

Segundo consta, boa situação económica seria também a da Socarmar?

Sobretudo até 1981. Tinha elevadas taxas de rentabilidade e de autofinanciamento, o que não é vulgar nos transportes. A Socarmar movimentava cargas principalmente no porto de Lisboa.

E depois desse ano de 81?

A situação alterou-se. Começaram a surgir investimentos de montante elevado através do *leasing*.

Ou seja?

Com o recurso a empresas «alugadoras» de bens e serviços, que normalmente fazem bons negócios em prejuízo de quem aluga.

O Governo, segundo parece, tem visto esse *leasing* com bons olhos.

Apoia esse tipo de negócios, não há dúvida, em prejuízo da Socarmar, que poderia investir directamente. O mesmo *leasing*, recorde-se já agora, funcionou na TAP com os aviões «Lotus», o que deu motivo a um inquérito parlamentar apresentado na Assembleia da República pelo grupo parlamentar do PCP, em Junho do ano passado, cujos resultados se desconhecem.

Mas já que estamos perto de cargas e descargas e de aluguer de

Os gastos sumptuosos da administração da Soponata, quando o sector da Marinha Mercante estaria a afundar-se — é ver o que aconteceu recentemente às empresas CTM e CNN mandadas extinguir pelo Governo — foram denunciados oportunamente pela CT daquela transportadora marítima de que a Petrogal, empresa pública, é a principal accionista em dificuldades. O controlo de gestão, preceito constitucional que as gestões e o Governo procuram negar utilizando a repressão, teve na Soponata uma expressão flagrante: Nada menos que uma queixa-crime na Polícia Judiciária contra os 11 elementos da comissão de trabalhadores que, naturalmente, em época de recessão e de austeridade, acham excessivas as despesas supérfluas da administração da Soponata presidida por um gestor que se gaba publicamente de dispor de fortes lucros... à custa da Petrogal.



serviços poderíamos passar para a ANA, ep (empresa pública como as outras, aliás). A ANA aluga serviços a quem?

Principalmente à TAP. Fornece o controlo aéreo e assegura os serviços dos aeroportos. Pelo que sabemos, a coordenação entre as duas empresas públicas não é a melhor.

A melhor em que sentido?

No sentido, por exemplo, de não desbaratar dinheiros públicos e melhorar os serviços.

Especificando...

Por exemplo, os prazos de recebimento. A TAP para pagar à ANA tem dois meses, mas quando se trata de receber tem seis. Além disso, há na ANA, ep uma gestão virada para o endividamento externo, que se agrava substancialmente com a desvalorização do escudo. Esse endividamento atingia em 1983 os 4 milhões de contos.

E os juros?

São muito altos. Os empréstimos em dólares pagam-se a 7 e 8 por cento, na mesma moeda que, como se sabe, aumentou as diferenças cambiais de tal forma que os 470 mil contos de juros que a ANA, ep pagou em 1982 e 1983 foram quase na totalidade para o estrangeiro. Só a valorização desses juros e outros encargos financeiros representam naqueles dois anos um valor da ordem do milhão e 400 mil contos.

E já que se fala de grossas verbas podemos agora passar para a Soponata que parece navegar num mar de rosas. Segundo declarações públicas do seu presidente, o sr. Viana Gonçalves, a Soponata farta-se de ganhar dinheiro. Não diz é à custa do quem.

Da Petrogal, sem dúvida nenhuma, que é uma das principais accionistas. Uma empresa pública que utiliza os navios da Soponata, com êxitos tão seguros para esta última, que a excelente gestão do sr. Viana Gonçalves parece uma fábrica de moeda forte.

Para a Soponata?

Não; para os gestores ou gerentes, que renovaram toda a frota; não a dos navios, mas a dos seus carros particulares no ano passado, gastando só em viaturas nove mil contos. As ajudas de custo, as deslocações ao estrangeiro, o luxo do mobiliário para o presidente da Soponata alardear riqueza custaram, segundo as contas de 1983, uns 50 mil contos.

É caso para dizer tudo bem, se a empresa realmente dá dinheiro como afirma o seu presidente.

Pelo contrário. As informações que temos indicam é que qualquer dia, talvez em breve, a empresa mostrará como está comida por dentro. E nessa altura serão os trabalhadores a su-

portar mais uma «situação económica difícil».

Que lhes vai certamente retirar direitos e regalias.

Como sucede com outras onde tanto dinheiro tem sido desbaratado em despesas sumptuárias ou pelo menos evitáveis, em luxos desnecessários, como está a acontecer na Soponata.

## Duas cooperativas que resistem

Mas temos ainda o sector cooperativo dentro dos transportes. Talvez seja a altura de referir aqui a situação nessa área, pelo menos em traços gerais.

São duas experiências interessantes, a da Autocoop e a da Comapor. A primeira, como se sabe, é uma cooperativa de táxis; a segunda resultado de uma iniciativa de trabalhadores portuários, que se organizaram como operador de cargas e descargas no porto de Lisboa.

Mas as dificuldades não têm faltado, segundo parece.

Na Autocoop, o Governo não paga regularmente a bonificação dos juros. A dívida deve andar pelos 20 mil contos. Há um ano, mais ou menos, da parte governamental propuseram transformar a dívida de 20 mil contos em empréstimo. Mas o assunto tem andado do secretário de Estado do Fomento Cooperativo para o secretário de Estado do Emprego e vice-versa. Até hoje o empréstimo não veio.

Há um ano, a Autocoop parecia estar muito por baixo.

Estava mesma à beira do colapso. Mas foi alterado o esquema de funcionamento e a cooperativa resistiu. Passou a haver um esquema de responsabilização total por cada táxi distribuído a dois motoristas. A situação alterou-se. Hoje consegue-se equilibrar receitas e despesas, especialmente devido a um melhor controlo e aproveitamento dos meios de produção.

Apesar das quebras sucessivas na procura?

Apesar disso, que naturalmente tem reflexos graves, a Autocoop mantém uns 320 postos de trabalho, e os carros são todos da cooperativa. Claro que a quebra do poder de compra, os aumentos do preços sobretudo do gásóleo e das peças, o aumento do frete, etc. não deixam a Autocoop respirar fundo, como seria desejável.

E quanto à outra cooperativa?

Na Comapor, esta forma de cooperativismo está ameaçada; a associação dos operadores portuários não gosta da concorrência e evidentemente tem pelo seu lado este Governo.

A Comapor tem lastro para aguentar?

Tem uma movimentação de trabalhos significativa. Os operadores privados gostariam de ver-se livres dela; há pressões para que não lhe seja facultado o licenciamento, agora necessário segundo nova legislação entre-tanto saída.

Mas a cooperativa preenche os requisitos necessários à obtenção do licenciamento?

Preenche todos os requisitos; mas há pressões da parte da associação dos operadores privados para que a legislação do estatuto de operador portuário não lhe seja aplicada.

## Uma política socialmente injusta

Há força para resistir?

Sabe-se que a política socialmente injusta e perigosa deste Governo vai contra tudo o que não seja facilitar, sempre e mais, a vida ao grande capital privado. O caso da Comapor, da Autocoop e na generalidade de todo o sector cooperativo não tem nada a esperar dessa política. Mas a verdade é que o sector cooperativo, pelo menos neste ramo dos transportes, tem resistido bem e pode-se manter, desde que os cooperantes saibam exactamente onde se escondem as piores armadilhas e saibam afastá-las, não embarcando nas altitudes que só levam a água ao moinho dos grandes proprietários, dos grupos financeiros. Nas cooperativas investem e trabalham pessoas cujos interesses nada têm de comum com o grande capital, que não pretende outra coisa que não seja engolir sempre uma fatia maior, seja à custa de quem for. ■



# S

egundo as Grande Opções do Plano (GOPs) que, em teoria, seriam o suporte operativo do Orçamento de Estado (OE) para este ano, a CP não precisa de ser «reestruturada», como a generalidade dos transportes terrestres; não precisa, pelo seu lado, de ser «modernizada», como os transportes rodoviários e a navegação aérea. Segundo as GOPs/85, os caminhos-de-ferro necessitam de «reabilitação», como «meio de transporte alternativo». Até parece que pegou esta dos «alternativos»... que transportam. Desde que um secretário de Estado, agora com outras funções numa empresa pública transportadora, se lembrou de os lançar (sem êxito, aliás.) só para ver se furava uma greve no sector, deve ser esta a primeira vez que «os alternativos» merecem honras de Plano e Orçamento. Para os autores das GOPs, os mesmos do OE, nada de reestruturar ou modernizar o caminho-de-ferro. Pelos vistos não é nem deve ser um transporte de massas. A CP não deveria progredir nesse linha. Por este andar, qualquer dia os 23 mil trabalhadores da CP não teriam que fazer. Quem pode entender estes tecnocratas das GOPs que pelos vistos desconhecem onde fica a estação do Rossio e quantas pessoas servem por dia, aqui em Lisboa, as linhas suburbanas da CP?

TRANSPORTES



# Desarmamento à americana ou o striptease de um maníaco

## maníaco



Edward Teller  
o «pai» da bomba  
de hidrogénio

O físico nuclear Edward Teller, «pai» da bomba de hidrogénio e conselheiro do presidente Ronald Reagan, concedeu há alguns meses uma entrevista à conhecida revista Stern, da RFA. Vale a pena reter algumas das afirmações deste cientista de origem húngara, anticomunista fanático, que é um dos inspiradores do projecto norte-americano do armamentismo cósmico.

As suas palavras demonstram de forma inequívoca o que para a administração Reagan significa o diálogo para a paz e o desarmamento.

Interrogado sobre as razões que levaram Reagan a aceitar a proposta soviética de negociações para a proibição das armas cósmicas e se, agora, se poderia acreditar que não haverá «guerra das estrelas», Teller respondeu, sem o menor pudor:

O que se diz da «guerra das estrelas» faz-me rir. Quando Reagan apresentou a sua nova concepção de defesa, tratava-se de substituir a velha estratégia de destruição recíproca por uma estratégia melhor. Em vez de golpes destrutivos de resposta, dever-se-ia, com a ajuda das novas armas defensivas, impedir em absoluto um ataque dessa natureza. Não matam as pessoas, mas aniquilam as armas.

A contradição é evidente e os jornalistas da Stern fize-

ram-no sentir: se a medida era tão eficaz, porque haveria Reagan de a abandonar?

Na resposta à proposta soviética, disse Teller, o governo norte-americano falou de uma limitação controlável e eficaz das armas anti-satélites. Pelo que sei, eles não subcreveram nada que seja verdadeiramente controlável (...) O povo norte-americano, e sobretudo a imprensa norte-americana, reclama negociações que reforcem a paz, ainda que tenham apenas um carácter simbólico. Se o presidente omitisse esse gesto, poderia perder muitos votos num ano de eleições. Além disso, ele apenas prometeu negociar...

O que não significa que as negociações tenham êxito, como aconteceu em Genebra



a propósito dos mísseis de médio alcance...

Pode acontecer, afirmou o cientista, lembrando que é possível conduzir as negociações com o objectivo de deixar claro que a outra parte não consentirá em nada que seja possível controlar (...). Não conheço um único tratado que os soviéticos respeitem.

Mas conheciam os entrevistadores. Por exemplo, recordaram, o tratado sobre as experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e debaixo de água.

O conselheiro de Reagan não desarma: Pode ser que seja verdade, mas também pode ser que não seja. O tratado não contempla as experiências durante as quais se libertam gases. Segundo se diz, essas experiências são levadas a cabo na União Soviética.

A afirmação é tanto mais surpreendente quando é sabido que Edward Teller se opôs desde o princípio ao referido tratado. Sem o negar, justifica para os EUA o que acusa a URSS de fazer:

As experiências na atmosfera proporcionavam-nos a única possibilidade de observar até onde haviam chegado os russos.

É a velha tese do «direito» dos EUA à superioridade estratégica e da necessidade de controlo da URSS, que os conselheiros norte-americanos nunca põem sequer em causa.

Mesmo que para isso tenham de produzir afirmações tão absurdas como as de Teller, ao ser interrogado se os fins (no caso o conhecimento dos resultados das experiências soviéticas) justificavam os danos provocados pelas radiações:

Nas experiências nucleares — disse — não se produz nenhum mal devido a radiações destrutivas. O medo da radioactividade foi infinitamente exagerado (...).

Que dirão desta afirmação quantos sofreram as consequências das experiências nucleares, desde os atingidos com as cinzas resultantes da bomba feita explodir, em

1954, no atol de Bikini, no Pacífico, aos próprios soldados norte-americanos expostos à radioactividade durante exercícios com bombas de hidrogénio?

Que o grande erro, como pretende Teller na entrevista à Stern, foi o de não terem lavado imediatamente e cuidadosamente os utensílios de cozinha?

Ou antes que a administração Reagan está recheada de fanáticos que entendem as negociações para o desarmamento como um meio de tranquilizar a opinião pública enquanto prosseguem os seus diabólicos planos de holocausto? ■



# GUATEMALA

## Uma República das Bananas onde se luta pela democracia

**N**um dia longínquo de Junho de 1954 houve festa na Casa Branca. Especialistas, conselheiros, diplomatas encartados da CIA comemoravam com o então presidente general Dwight Eisenhower o acordo gerado em torno da necessidade de pôr termo à experiência democrática na Guatemala que em dez anos de revolução (1944/1954) se tinha transformado num «mau exemplo» para toda a América Central.

Foi nesse dia que os representantes da CIA, do Pentágono, do Departamento de Estado e da United Fruit Company (UFCO) aprovaram a «Operação Êxito» que have-



O secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, que anunciou a «vitória gloriosa» contra o «comunismo internacional»

ria de mergulhar a Guatemala na feroz ditadura militar que domina o país há mais de trinta anos.

Como concordaram todos os participantes naquela reunião decisiva, era inadmissível que no quintal dos EUA um país pretendesse pôr em causa o domínio exercido desde o princípio do século pelos norte-americanos, quebrar a

cadeia das «Repúblicas das Bananas», levar a cabo uma reforma agrária, proclamar-se não alinhado e defender uma política independente, em defesa de interesses nacionais.

A não serem tomadas medidas a Guatemala transformar-se-ia num «péssimo exemplo» para toda a América Latina, uma «ponta de lança do comunismo internacional», uma ameaça grave à «solidariedade continental», um atentado ao «mundo livre, cristão e ocidental».

Havia que agir. A «Operação Êxito» foi desencadeada em 17 de Junho de 1954, por grupos de mercenários armados, financiados e dirigidos pela CIA que, apoiados por aviões provenientes das Honduras, da Nicarágua de Somoza e do Comando Sul no Panamá, mergulharam a Guatemala num banho de sangue.

O êxito não foi tão imediato como se previa, dada a resistência heróica da população e de sectores militares leais ao processo revolucionário, mas acabou por se impor pela força bruta das armas e da institucionalização do terrorismo de Estado.

O sinistro secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, anunciou-o à imprensa em 27 de Junho, de modo lacónico mas claro: *O derrube do presidente Arbens na Guatemala constitui uma*



Um povo em armas contra a ditadura

*vitória gloriosa contra o comunismo internacional.*

No mesmo dia, trazido de El Salvador (onde aguardava o resultado do golpe pelo embaixador dos EUA na Guatemala, o coronel Castillo Armas era apresentado como o «libertador», enquanto no Palácio Nacional era içada a bandeira da «libertação», com o slogan *Deus, Pátria, Liberdade.*

A Guatemala voltava ao seio da República das Bananas!

E os EUA respiravam aliviados, restaurada a sua hegemonia, provada a sua supremacia, defendidos os interesses estratégicos e abertas de par em par as portas do país à exploração das multinacionais. Era a paz podre dos ce-

mitérios, a que farsas eleitorais sucessivas procuraram dar um verniz democrático, pese embora os também sucessivos golpes palacianos em que os militares se foram substituindo, devorados nas lutas intestinas pelo poder.

Até que nos finais de 1982 o então presidente Rios Montt — derrubado no ano seguinte em favor do general Mejía Victores, agora no poder — anunciou à Guatemala e ao mundo o início da «abertura democrática». ■

### Que abertura? Que democracia?

Em trinta anos de regimes militares impostos ou apadrinhados por Washington, o genocídio contra o povo guatemalteco excede o cento e dez mil assassinados, enquanto o número de desaparecidos é superior a trinta e cinco mil e o dos refugiados no México, Belize e Honduras está estimado em cerca de oitenta mil.

A repressão contra a população camponesa, suspeita de apoiar a resistência armada, provocou já a destruição total de mais de uma centena de povoações índias.

Tal como no Vietname, os assessores norte-americanos na Guatemala organizaram os Esquadrões da Morte para dar caça a todos os suspeitos de oposição ao regime genericamente tratados de comunistas. A divisa dos vários grupos — Mão Branca, CADEG, NOA, Banda Del Rei, Ejército Secreto Anticomunista — é só uma: *Comunista visto, comunista morto!*

Todos os que tentaram organizar sindicatos foram mortos; as manifestações que ousaram fazer-se foram metralhadas; os estudantes, os camponeses, os professores, os operários sofrem a mais brutal repressão.

O Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) foi particularmente visado. Em 1973, vários membros da sua Comissão Política, incluindo o secretário-geral, foram presos, torturados e assassinados com os maiores requintes de bestialidade.

Na última farsa eleitoral, em Julho de 1984, o povo guatemalteco deu

uma prova inequívoca do que entende por esta «abertura» e esta «democracia». Um milhão oitocentos e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e um cidadãos com direito a voto não foram às urnas; trezentos mil votantes anularam o seu voto e cento e doze mil votaram em branco.

O que significa que 59 em cada 100 guatemaltecos denunciaram desta forma a paródia eleitoral com que a ditadura se pretende continuar a legitimar.

O que significa também que a resistência, que os militares pretendiam ter aniquilado, está hoje mais forte do que nunca. A resistência política e a resistência militar, para o que contribuiu de forma decisiva a união, em Fevereiro de 1982, de todas as organizações guerrilheiras que combatem pela democracia.

A decisão do Ejército Guerrillero dos Pobres (EGT), Forças Armadas Guerrilheiras Rebeldes (FAR), Organização do Povo em Armas (ORPA), e Partido Guatemalteco do Trabalho, em conjugarem os seus esforços numa organização única, a Unidade Revolucionária Guatemalteca (URNG) constituiu sem dúvida um renascer da esperança de que a actividade patriótica e combativa pode levar o povo da Guatemala à vitória contra a ditadura.

Cada vez mais isolados no continente latino-americano, os ditadores têm os dias contados. Pese embora a política de Reagan e o seu crescente intervencionismo. ■



A repressão não consegue impedir as manifestações populares de solidariedade pelos que tomaram na luta pela democracia

# Vitória do socialismo

## A 4.<sup>a</sup> Idade na Checoslováquia

**U**m dos objectivos constantes e principais da sociedade socialista checoslovaca é o aumento do nível de vida dos cidadãos da República e a satisfação das necessidades de todos os grupos sociais, incluindo dos mais idosos.

Dá-se uma grande atenção à tarefa de assegurar as necessidades dos cidadãos mais idosos de acordo com a sua idade e saúde e a proceder a alterações positivas no seu estilo de vida.

A «quarta idade» — cidadãos que ultrapassam os 75 anos — é cada vez mais um domínio das mulheres. Por exemplo, na Eslováquia, há hoje em dia mais de 195 mil habitantes com esta idade, dos quais 122 mil são mulheres.

O engenheiro Štefan Bohuš, director do departamento de pensões sociais e familiares do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da República Socialista Eslovaca, fala-nos das medidas tomadas pelo Estado no interesse deste grupo social dos idosos que está a aumentar nos últimos tempos.

— O volume e as formas de ajuda social aos representantes da geração mais antiga baseiam-se sobretudo nas mudanças da estrutura demográfica dos habitantes. Na Eslováquia, é característico o aumento do número de cidadãos com mais de oitenta anos de idade que são os mais frequentes utentes dos serviços

des é um dos princípios mais aceites e praticados na República Socialista da Checoslováquia.

**P** — O Programa Mundial de Acção sublinha a importância da segurança material dos velhos, sobretudo através das pensões de reforma. Qual é a situação prática?

**R** — O Estado gastou, em 1983, 13,7 milhões de coroas na assistência social aos 971 mil reformados da Checoslováquia. À parte disso, a nossa sociedade socialista aprecia, de acordo com as recomendações do programa que já referi, a contribuição multilateral dos idosos para o desenvolvimento da sociedade e



Ser velho não é um drama nas sociedades onde o respeito pelo ser humano não é medido em função do lucro

da segurança social e dos serviços médicos.

Os resultados obtidos no desenvolvimento da assistência social prestada aos idosos demonstram que os princípios e tarefas estipuladas pelo programa mundial de acção adoptado pela Assembleia Geral da ONU sobre a Terceira Idade, em 1982, são aplicados na prática e no trabalho dos órgãos centrais do Estado, pelos Comitês Nacionais e organismos públicos como os sindicatos, a Cruz Vermelha Checoslovaca, a União de Mulheres, a União Socialista da Juventude, etc.

O princípio de criar condições de vida para os idosos em suas próprias casas, assegurando serviços sociais de acordo com as suas necessida-

utiliza as suas riquíssimas experiências e os seus grandes conhecimentos profissionais segundo as necessidades da nossa economia e a situação de mão-de-obra.

Cerca de duzentos e vinte mil reformados, dos quais 160 mil atingiram recentemente a reforma, trabalham presentemente na República Socialista da Eslováquia. Os comitês nacionais resolvem os problemas específicos dos idosos de acordo com a sua situação social e de saúde, atribuindo-lhes subsídios financeiros. Em 1983, foram desta forma pagos 166,7 milhões de coroas, os quais representam mais 40 milhões que em 1977.

**P** — Como é assegurada a alimentação racional da população mais idosa?



Uma das vitórias do socialismo é o direito à velhice sem problemas

**R** — As refeições colectivas dos reformados tem nisto um papel importante. São organizadas pelos Comitês Nacionais nos estabelecimentos de assistência social e noutros locais. Na Eslováquia havia, em 1977, 13 441 velhos que tomavam as suas refeições no âmbito da organização de alimentação colectiva. O seu número aumentou para 30 779 em 1983, isto é, quase duas vezes. Espera-se que aumente para 36 mil em 1990. O Instituto de Pesquisa da Alimentação Racional elaborou, com o objectivo de elevar o nível de racionalização das refeições colectivas, nas casas para reformados, e ementas de dieta para velhos e doentes. Este sistema leva em consideração as necessidades biológicas e calóricas dos idosos, a unidade de alimentação e o acesso em cada época do ano aos géneros alimentares.

**P** — A organização dos tempos livres leva a consolidar a saúde dos idosos. Quais são os resultados concretos, neste campo?

**R** — Os comitês nacionais organizaram em 1983 o recreio de 8463 reformados, portanto mais três mil que em 1977. Pensamos que em 1990 entrarão neste sistema de aproveitamento dos tempos livres mais de treze mil idosos e idosas.

À parte dos tempos livres organizados pelos Comitês Nacionais, há os que são programados pelas empresas onde o reformado trabalhou, pelas cooperativas agrícolas, no caso de cooperativistas retirados do activo, e os organismos do Estado que empregavam os reformados.

**P** — No quadro dos serviços de segurança social para os idosos que vivem sós, tem sido dada uma grande aten-

ção ao desenvolvimento dos serviços de assistência que eram assegurados na Eslováquia há uns anos por mais de quatro mil e quinhentas pessoas...

**R** — Os Comitês Nacionais da Eslováquia asseguraram estes serviços em 1977 a quase oito mil habitantes. Em 1983 este número aumentou para onze mil e conta-se que em 1990 utilizem estes serviços cerca de treze mil pessoas. Entretanto, estamos a criar importantes medidas de racionalização dos serviços que permitirão o seu funcionamento rápido e eficaz.

Contamos por exemplo com centros de higiene individual que já eram 111 na Eslováquia em 1983, centros de dia, 38 em 1983 e lavandarias públicas, 41.

Uma forma específica de apoio aos idosos é a sua instalação em edifícios de apartamentos propriedade da nossa organização, mantendo-lhes a independência mas facilitando os trabalhos de apoio doméstico. Todos os serviços de saúde necessários aos idosos estão assegurados. Na Eslováquia, havia em 1983 sessenta e cinco casas com 3083 apartamentos. O nosso ministério crê que o número destas casas poderá aumentar para 160 em 1990, com 5800 apartamentos.

**P** — Certos habitantes idosos, em consequência da diminuição da sua independência e do consequente crescimento da sua dependência, têm necessidade de cuidados quotidianos assegurados nas casas de reformados ou apenas de

uma parte destes cuidados prestados nas pensões para reformados...

**R** — A capacidade destes estabelecimentos aumentou em 1983 para 7790 lugares e até ao final de 1990 será de 11 915 lugares.

Uma rede de clubes de reformados ajuda a criar as condições para uma vida culturalmente recheada de motivos de interesse e para a manutenção da vida social entre os pensionistas. O número de clubes aumentou em 1983 na Eslováquia para 461. Em 1990 os reformados eslovacos deverão ter à sua disposição 535 clubes.

O nosso ministério, por outro lado, orienta o trabalho dos comitês nacionais, no sentido de criarem as condições ideais para a permanência de todo um dia nestes estabelecimentos e a criação de um programa rico que preencha os dias dos mais idosos.

O governo e outras instituições oficiais competentes continuarão a praticar as medidas que mais sirvam os interesses dos idosos e reformados, de forma a melhorar a assistência social aos nossos trabalhadores mais velhos, acompanhando o aumento do nível de vida dos habitantes da Checoslováquia.

Será uma questão de aumentar o seu poder de compra, com a assistência financeira, de tornar ainda mais acessíveis e desenvolvidos os serviços médicos e sociais, tendo em conta que o número de habitantes na Terceira e Quarta Idades não cessa em aumentar na República Socialista da Checoslováquia. ■



Apoiar os mais velhos sem lhes retirar o direito à privacidade é um dos objectivos da assistência social na Checoslováquia



A pesca, um dos recursos do Yemen do Sul. As aldeias de pescadores organizaram-se em cooperativas



A luta contra o analfabetismo. Lição de química numa escola do bairro Khormaksar, em Aden



Fábrica de cigarros em Aden. Cerca de 60% do pessoal é feminino, protegido pela lei da família e do trabalho

# YEMEN DO SUL

## Uma Arábia diferente

**A**o sul do «Rob al Khali» — dito de outra forma o «Quarto vazio», o deserto considerado o mais quente e mais hostil do mundo —, existe um país de que apenas alguns turistas de espírito aventureiro, alguns jornalistas e alguns especialistas conhecem as curiosidades antigas e o empenhamento revolucionário de hoje.

A República Democrática e Popular do Yemen (ou Yemen do Sul) leva com efeito a cabo uma experiência original cujo objectivo é o socialismo. Os seus sucessos são incontáveis apesar da imensidade de problemas colocados pelas consequências do colonialismo e do subdesenvolvimento. A RDPY foi fundada em 1967, após quatro anos de sangrenta guerra colonial de que a Grã-Bretanha saiu vencida por um povo decidido a impor os seus direitos.

O colonizador não deixou mais do que um país muito pobre, sem um único quadro qualificado, sem qualquer outra infra-estrutura para além do porto de Aden e as suas instalações de refinação de petróleo... mas o país não produz petróleo.

A ingratidão da terra junta-se à herança, vazia e árida

como o deserto, duma história contemporânea que conta os seus mártires por milhares pois esse foi o preço da independência.

O Yemen democrático sofreu enfim uma terceira hostilidade que cerca as suas costas e fronteiras, a presença, ou a omnipresença militar americana: a Este no sultanato de Oman e no Golfo Árabe-Pérsico, ao Sul e a Oeste na ilha de Diego Garcia e na Somália, ao Norte, na Arábia Saudita... Alguns navios de pavilhão soviético no porto de Aden mostram que a RDPY também tem os seus aliados. Contudo, um tal cerco americano é vivido no país como uma ameaça à segurança e também um peso para o desenvolvimento.

As riquezas nacionais são ainda raras: algodão, tâmaras, criação de gado, pesca, no

sector agrícola. A refinação de petróleo importado, algumas fábricas de têxteis ou de produtos agro-alimentares, o que é bastante pouco para a indústria.

Pode-se no entanto não se ser um país rico e saber satisfazer da melhor forma as necessidades essenciais da população. De 1967 a 1983, o produto interno bruto quintuplicou. De 1970 a 1983, o número de empregos mais do que duplicou (e os cálculos para 1984 apontavam para um aumento bruto de mais 6% de empregos). A taxa de escolarização, irrisória em 1967, aproxima-se hoje dos 100% (sendo ligeiramente mais baixa para as raparigas do que para os rapazes). Aquando da declaração de independência, havia no estrangeiro uma quarentena de estudantes yemenitas. Em 1983, saíram da universidade de Aden 2700 diplomados.

Quer isto dizer que o Ye-



As bases do desenvolvimento industrial estão lançadas

men democrático resolveu todos os seus problemas? Não, isso seria impossível. Mas este país de 2 milhões de habitantes «mexe-se» e dá uma certa lição de optimismo e de coragem.

Os quadros e os responsáveis políticos discutem abertamente as orientações e as opções políticas e económicas do país. Durante um colóquio, realizado há alguns meses em Aden sobre a «experiência revolucionária do Yemen democrático», assisti a um verdadeiro debate sobre as prioridades políticas e económicas do desenvolvimento.

Um ministro explica, por exemplo, como na sua opinião o domínio das infra-estruturas e do essencial da indústria pelo sector público é tanto mais necessário — contra a dependência — quanto o financiamento dos investimentos e das realizações provém largamente do estrangeiro (o plano 1981/1985 é financiado em 70% por contribuições externas provindo uma boa parte dos países socialistas). Um tal domínio impede de resto a reconstituição duma burguesia ligada ao capital privado e estrangeiro.

Além disso, acrescentava ele, seria errado pensar que o sector industrial pode ser o sector central quase exclusivo dos esforços de desenvolvimento. É necessário um desenvolvimento social, desenvolvimento das mentalidades e desenvolvimento económico, tendo em atenção o subdesenvolvimento relativo das zonas rurais, particularmente as montanhosas, onde é mais difícil criar cooperativas de produção.

O Fundo Monetário Internacional, pouco suspeito de simpatia pelos países que se empenham numa via socialista, confirma à sua maneira os sucessos obtidos:... **O desenvolvimento económico melhorou a infra-estrutura da economia e permitiu criar um conjunto de indústrias de bens de consumo, acompanhado de progressos visando distribuir equitativamente os rendimentos e satisfazer as necessidades essenciais da população** (boletim do FMI, 25 de Abril de 1983).

### A reunificação

Finalmente, o Yemen democrático está empenhado

num processo de reunificação com o seu vizinho do Norte, a República Árabe do Yemen.

Na verdade, a fronteira não é mais do que um fruto da história recente e qualquer afirma, tanto no Norte como no Sul, que apenas há um único povo yemenita e um único Yemen, berço de todos os árabes.

No entanto, muitas coisas separaram os dois países, antes do mais as orientações políticas e económicas essenciais. Assim, se o entendimento actual é bom, a reunificação é outra coisa completamente diferente.

Importa acrescentar, contudo, que o Yemen democrático conseguiu encontrar uma via que, sendo difícil, nem por isso deixa de fornecer soluções reais para os problemas existentes, nomeadamente no que se refere à satisfação das necessidades essenciais da população, como a alimentação, o emprego ou a educação. E não é de algumas importâncias que essa via se define como a do socialismo yemenita. ■

(Artigo de Jacques Fath em «L'Humanité»)



Quando o Yemen não era mais do que um protectorado britânico. Após o desencadear da luta de libertação nacional, Aden conheceu durante anos o estado de emergência e a repressão

# aTV

## Os «pontos» e os contos... do vigário

Os meus leitores perdoarão que lhes fale hoje unicamente do debate na TV sobre o Orçamento.

Digamos que foi um importante acontecimento inabitual na RTP e muito provavelmente contrária vontade dela. Importante no aspecto informativo pois a cobertura da discussão na Assembleia da República fora simplesmente deplorável, para não utilizar a palavra mais dura.

Tudo isto levou a que o povo português não estivesse a par do que realmente se encontrava em jogo. Octávio Teixeira, deputado do PCP, acentuaria o bloqueamento das instituições democráticas provocado pelo atraso de três meses (!) que o Orçamento já levava.

De facto, esse atraso abusivo apenas reflete as claras contradições entre as forças instaladas no poder — ou, se quisermos ser mais precisos, instaladas no poleiro...

De repente, compreende-se a razão por que a RTP tão mal cobriu as sessões em S. Bento: porque o governo não tinha defesa possível, era autêntico bombo da festa, e portanto, na óptica do governo (e, por consequência, na óptica desta televisão...) quanto menos se falasse nisso, melhor...

Esse facto tornou-se evidente no comportamento do ministro Ernâni Lopes e dos dois representantes dos partidos responsáveis do descalabro económico, financeiro, social, moral, em que o nosso país mergulhou.

Repare-se: o ministro, na impossibilidade de justificar as opções e os números, refugiou-se na selva impenetrável da retórica. Não tardaria, ele próprio, a perder-se na selva. De facto, logo no início da segunda ronda, o ministro tinha esgotado todo o seu tempo de intervenção e ainda com um défice de 1 minuto e 45 segundos!

Esse défice viria a ser coberto por Almerindo Marques, do PS — e para que o governo não ficasse... desgovernado, o representante do PSD, Mário Adegas, ofereceu ao ministro das finanças **todo** o tempo que lhe restava, ou seja, cinco minutos!

Foi uma oferta mas foi, igualmente, uma artimanha preciosa. De facto, para que queria o Adegas tanto tempo, se não sabia o que fazer dele? O melhor até seria descartar-se, não fosse dizer qualquer coisa que desagradasse à coligação, em geral, e ao patrão das finanças em particular...

O mais interessante desta sessão assenta em duas conclusões: ninguém defendeu abertamente o orçamento (nem o autor dele!!!) e apenas o PCP o atacou coerentemente, acentuando as relações entre os números e a filosofia que lhes estava subjacente.

Quer dizer: Octávio Teixeira não se limitou a apontar as doenças dos números, mas denunciou a política que é a causa dessas doenças.

Comicamente, Almerindo Marques acusava o PCP de não ver **nenhuma** qualidade neste Orçamento. E quando, laboriosamente, Marques apontou uma (é o primeiro orçamento que relança a produção...) mais lhe valera calar-se, pois Octávio Teixeira demonstrou a verdadeira natureza paralizante do plano PS/PSD.

Mas não devemos ser injustos. Este orçamento não tem nada mais do que os outros orçamentos? Tem, sim senhor, Tem mais vírgulas — e mais pontos...

São uns pontos!

■ **Ulisses**

# ... Síntese semanal da IMPRENSA

## As quezílias dos barões

«Cavaleiros que servem por interesse E acompanham por formalidade Abalam mal o céu escurece E deixam-te só frente à tempestade». (Shakespeare, «Rei Lear»)

A recente reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD foi um autêntico saco de gatos. E foi também um retrato vivo da situação degradada em que vivem os partidos responsáveis pela actual política.

O Governo está a cair. Por isso os barões se zangam e desertam. Não se trata só do descalabro das pessoas; trata-se fundamentalmente da falência de uma política.

## Salgueiro brande Machete contra Pinto

● «A situação interna no PSD, resultante da votação da moção de confiança apresentada por Mota Pinto em Conselho Nacional, tem suscitado reacções bastante desencontradas dos dirigentes sociais-democratas. Com efeito, e enquanto que o líder do PSD mantém um total mutismo em relação à posição que hoje anunciará na Comissão Política, João Salgueiro disse que a votação constitui uma «derrota política» do presidente dos sociais-democratas.

Esta tese, partilhada por Santana Lopes, não é contudo sublinhada por outros dirigentes, entre os quais João Jardim e Eurico de Melo, que defendem que Mota Pinto deve continuar, pois ganhou a moção, embora apenas por dois votos.

Os vários dirigentes políticos ouvidos pelo «DN» são contudo claros num ponto: a crise interna do PSD não deverá pôr em causa a coligação no Poder. Aliás, e neste aspecto, João Salgueiro afirmou: «Felizmente, quem substitui o professor Mota Pinto na direcção do partido, sendo também a segunda figura no Governo, por parte do PSD, é Rui Machete, o que assegurará a estabilidade ao nível governativo.»

Em toda esta polémica, posição curiosa é a assumida por Eurico de Melo, o qual considera que a situação interna do PSD «tem o seu epicentro nos Açores», acrescentando mesmo que João Salgueiro «lidera no continente a oposição partidária a Mota Pinto».

O primeiro resultado concreto desta situação terá sido a demissão de Rogério Martins do cargo de vogal da Comissão Política do PSD.

Segundo fontes citadas pela NP a decisão assumida é «irrevogável» e de natureza «política», e tem particularmente em conta o facto de o PSD se encontrar «dividido a meio».

Entretanto, começam a ser conhecidas as primeiras reacções das estruturas distritais dos sociais-democratas. Num comunicado relativamente violento, a Comissão Política Distrital do Porto considera que a liderança de Mota Pinto representa a «voz

e a vontade das bases do partido, contrapondo-se aos barões de Lisboa».

Embora amanhã já seja conhecida a posição de Mota Pinto, e segundo tudo indica, é muito natural que o desfecho de todo este processo tenha por momento decisivo a nova reunião do Conselho Nacional do PSD, marcada para o próximo fim-de-semana, em Lisboa.

(«Diário de Notícias», 5 Fevereiro)

## Este Orçamento é um insulto à inteligência

● «O leitor mais atento já conhece a nossa opinião sobre este assunto. Os défices, em si mesmos, não são bons nem maus: tudo depende da aplicação dos dinheiros que os originaram. Fosse o Governo capaz de apresentar projectos de relançamento económico, com projecções minimamente críveis que apontassem para a sua viabilidade, e ninguém contestaria os défices orçamentais. Mas não. Os défices deste Governo, e os dos outros governos que precederam, começam por ser défices de natureza corrente, isto é, défices que praticamente nada mais fazem do que estimular a inflação.

Falemos verdade, porque a ninguém adianta que nos enganemos a nós próprios: um Orçamento deficitário em 9,5% do PIB e ainda por cima inflacionista, acompanhado de um Plano em que o consumo público aumenta 3% contra apenas 0,6% do consumo privado, é a prova provada de que o Governo não foi capaz de cumprir a sua missão e, pior do que isso, constitui um insulto à inteligência e à capacidade de sacrifício da generalidade dos portugueses.

Apetece-nos fazer uma sugestão, mas não sabemos se vale a pena. Sobretudo porque temos dificuldade em imaginar a vida deste Governo para além de uns meses. Mas enfim, ela aqui fica, para este ou outro governo qualquer. A sugestão tem a ver com o próximo Orçamento de Estado e assenta em três pontos fundamentais: 1) a preparação, a título

excepcional, deverá iniciar-se cerca de dois-três meses mais cedo do que é hábito fazer-se; 2) os diferentes serviços — todos os serviços! — serão obrigados a justificar, uma a uma, todas as despesas que se propõem fazer no ano seguinte, e não apenas a crescer um qualquer x% ao realizado no ano anterior; 3) os funcionários que não forem capazes de justificar as suas verbas serão demitidos.

Sugestão violenta? Não exequível? Capaz de provocar tensões incontroláveis ao nível da Administração Pública? Admitamos que sim. Mas não acham que esta apatia, esta permissividade, este gozo nacional — não acham que isto, a manter-se, é bem pior que tudo o resto?»

(Daniel Amaral, «o jornal», 1 Fevereiro)

## Défice é o dobro do que diz o Governo

● «Os défices do sector público administrativo português andarão pelo dobro do que tem sido efectivamente anunciado e pelo menos 40 por cento das despesas do Estado escapam ao controlo da Assembleia da República.

Estas afirmações foram feitas, ontem, quinta-feira, pelo ex-ministro e ex-governador do Banco de Portugal, José Silva Lopes, no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), no âmbito da conferência «Políticas de Desenvolvimento Económico e Social».

No seu trabalho — um documento «explosivo» de que o Conselho de Estado, apesar de também reunido, para apreciar a situação económica, não deve ter

tomado conhecimento — Silva Lopes criticou a falta de informações satisfatórias para uma mais correcta determinação do défice do sector público administrativo, considerando essa falta um «facto grave, nada conforme com as exigências da gestão governativa num Estado democrático».

«Se o sector público administrativo tivesse pago e registado nas despesas públicas todos os encargos vencidos que são efectivamente da sua responsabilidade, o seu défice financeiro total teria ido, em 1983, além dos 370 milhões de contos, ou seja quase o dobro do valor declarado» — afirmou o antigo ministro das Finanças, com base em «múltiplas indicações fragmentárias, colhidas em fontes dispersas, incluindo declarações de membros do Governo».

(...)

Silva Lopes afirmou que «as receitas e despesas de uma parcela importante das entidades que constituem o sector público administrativo escapam ao controlo da Assembleia da República e não são objecto de publicação com suficiente detalhe em documentos oficiais».

Assim, sublinhou, «não têm sido submetidos à apreciação parlamentar, nem publicados de forma individualizada, os orçamentos e as contas de numerosos fundos, institutos e serviços autónomos, pelos quais se movimentam gastos correspondentes a mais de 40 por cento das despesas do Estado».

Essa prática — acrescentou — «não está conforme com as exigências da lei do enquadramento orçamental (...), nem aparentemente obedece por completo às disposições da Constituição».

(«o jornal», 1 Fevereiro)



Profetizos de todos os países. UNI-VOS!

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

1985

NOVO ANO

NOVO GOVERNO

QUE DEFENDA ABRIL

**NESTE NUMERO:**

- Campanha de Recrutamento: Importante êxito do Partido
- Assembleias das organizações regionais do Porto, Minho e Algarve
- O 2.º Congresso da JCP

# Gazetilha

por Ignotus Sum

Eles dizem que desejam relançar a produção quando falam, percebem de nojo e de rejeição. Mas dizem mal? Não senhor, não senhor, não dizem mal, eles querem, sem favor, mais produção, afinal. O que importa, já se vê é saber com exactidão a produção — mas de quê... Eis aqui tal produção: governo quer fomentar a produção de mais fome a produção de mais nojo a produção de corruptos produção de desemprego a produção sem salários a produção de doenças a produção da miséria a produção de mais luxo a produção de tristeza produção de carestia a produção do abandono a produção dos sem-casa a produção da ignorância produção da repressão e da desinformação que a TV nos dá a ver: pois é esta a produção que este desgoverno quer.

E nisso é um governo vivo produtivo, produtivo...



É um saco cheio de muitos milhões um saco cheio de más intenções... Por que é que está no orçamento? Por que é que há tal instrumento um tal buraco gordo e taful? Para quê o saco o «saco azul»? Dão que pensar estes milhões tão singulares! Há que pagar as eleições de Mário Soares...



Sacos, buracos, e desacatos saco de sapos saco de gatos...

No pilim e no vintém e no salário real o Soares está bem mas o povo é que está mal...

A comer, mais que ninguém, em plena fúria dental O Soares está bem mas o povo é que está mal...

Passes de vaivém de turismo etc. e tal, o Soares está bem mas o povo é que está mal...

Mas no futuro que tem para viver Portugal é o Povo que está bem e o Soares que está mal...

# Pontos Cardeais

## À postalada

O «Correio da Manhã» tem um cantinho, carinhosamente chamado «bilhete postal», onde o director da folha bota opinião. O «CM» de anteontem, que na primeira página, obediamente se esquece das quesílias entre «sociais-democratas», vem no tal bilhete pedir ao leitor que seja clemente em relação à pequena figura de Seabra. «Não quer dizer», escreve VD, «que ele não mereça algumas palmatoadas». Mas que se tem abusado... Isto a propósito do acidente do Cartaxo. VD acha que o ministro não tem responsabilidades, compara o sistema escolar a um bairro, cada escola é uma casinha portuguesa, com um chefe de família que ele sim, é responsável e não o senhorio se houver fugas de gás. O chefe de família é o conselho directivo, o senhorio é o Seabra. Assim se distribui o mal pelas aldeias e as responsabilidades pelas famílias. À postalada.

## Mário de aperitivo

«Com champagne e Mário Soares» abriu o Museu do Teatro. Isto vem em título no «CM», em reportagem de espanto ao lado da ficha de inscrição para o concurso de Miss Portugal que a folha procura para este ano. Se o concurso das misses não vem ilustrado se não com a ficha — nome, morada, idade, medidas e línguas que fala — a reportagem vem abundantemente servida de fotografias. «Mário Soares bebe champagne com Palma Ferreira»; «Coimbra Martins, Maria Barroso ouvem as explicações de «alma mater» do museu, Vitor Pavão dos Santos»; «Soares perante a cadeira de Almedida Garrett». Enfim, uma grande jornada cultural, com Mário e champagne a servir de aperitivo. Até que enfim! exclama o ministro da Cultura. Temos Museu. E figuras de cera não faltam.

## A vaga

Aos milhares, assegura «O Dia», os telegramas de apoio «inundavam a sede nacional do PSD». Mota Pinto, debaixo da chuva, reflecte. «É uma autêntica vaga, nascida das bases do partido. Pode afirmar-se que, afinal, o apoio que foi negado por alguns dos conselheiros acabou por despertar os militantes e simpatizantes do PSD», confidenciou oportunamente um colaborador do professor de Coimbra. Quer dizer, ou os militantes andavam a dormir ou estão agora a praticar o mesmo expediente que Soares tantas vezes tem utilizado. O da «vaga de fundo». Mota Pinto corre o risco de afogar-se. Pelo menos em telegramas. Se conseguir subir à tona, vai decerto despedir os conselheiros nacionais. Que falta fazem, quando as bases estão acordadas?

## A vasta confusão

Armando em confidente do «chefe do Estado», o inefável Rocha do «Tempo» editorializou a semana passada uma larga prosa onde se mete a Zandinga político, armadilhando vários cenários. Um deles: «Em confidência, o chefe do Estado já afirmou que admite a hipótese de clarificar a situação, renunciando ao seu cargo, para provocar eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República. A ser assim», adverte o editorialista Rocha, «Portugal mergulharia numa vasta confusão política, com os partidos a reagruparem-se e a tentarem captar o eleitorado móvel que no nosso País está avaliado em meio milhão de votos... Quer dizer, sempre que há eleições — e os partidos se põem a tentar captar o tal eleitorado móvel —, há uma vasta confusão política. Mas desta vez, ainda segundo Rocha, «juntar-se-ia a perturbação causada pelo

aparecimento imediato do Partido eanista, nesse caso chefiada pelo próprio Presidente da República já desligado das suas funções constitucionais». De facto, perturbador!

## Uma abrangência de dois

Mota Pinto foi criticado. Acusado. Empurrado. No dizer de alguns servís arautos colocados em órgãos de comunicação social, saiu «reforçado» do Conselho Nacional do PSD. Indisposto ou «mal disposto» (como o terá classificado João Jardim) com a pouca vergonha de ser investido mais a sua política por alguns dos seus pares, o abrangente Mota, saiu e foi para Coimbra onde é professor e onde gosta, como outro, que o vão buscar. Saiu para que lhe não acertassem os perdigotos do «terrorismo verbal» e também porque, como refere «O Dia», considerou «indispensável que o Conselho, de uma forma substancial, nítida e libérrima decida se devo ou não continuar como presidente». Isto é, Mota reclamava a abrangência por outros adjectivos. E a abrangência foi-lhe concedida. Um grupo de amigos, caneta na mão e punhal atrás das costas, assinou uma moção de apoio ao Mota. Moção votada

e... Mota Pinto ganha por dois votos! Menos do que os signatários do apoio! Uma verdadeira abrangência!

## «Bêbado» mas com razão

No «Jornal de Notícias» do passado dia 4, um texto em caixa integrado na reportagem sobre a tumultuosa reunião do Conselho Nacional do PSD, contava a história de um «bêbado» que se teria introduzido no «automóvel oficial» de Rui Machete e teria pedido ao motorista que o levasse a casa, no que não teve acolhimento, pois o «automóvel do Ministro» acabou por levá-lo sim... mas à esquadra. Acontece que o «JN» não reparou no melhor da história. É que, se por «automóvel oficial» e «automóvel do Ministro» se entende o carro do Estado de que o Ministro Rui Machete se serve, então o «bêbado» tinha carradas de razão na sua pretensão. É inatacável que os carros do Estado, se servem para levar um dirigente do PSD a uma reunião do seu partido, também, com idêntica legitimidade, podem muito bem servir para levar um «bêbado» a casa. Para não dizer que, bem vistas as coisas, nesta última hipótese, os estragos para o país são bem menores.

